

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**RAZÕES DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO
DISTINTIVO DE COLÔNIA NOVA, DISTRITO
DO MUNICÍPIO DE ACEGUÁ - RS**

Dissertação de Mestrado

JOÃO PAULO LUNELLI

Porto Alegre, Outubro de 2001

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**RAZÕES DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO
DISTINTIVO DE COLÔNIA NOVA, DISTRITO
DO MUNICÍPIO DE ACEGUÁ - RS**

João Paulo Lunelli

ORIENTADOR: Prof. Dr. Luis Roque Klering

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas.

Porto Alegre, Outubro de 2001

Dissertação defendida e aprovada em 19 de Outubro de 2001, pela banca
examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis (PUC/RS)

Prof. Dr. Gentil Corazza (FCE/UFRGS)

Prof^ª. Dr^ª. Zilá Mesquita (PPGA/EA/UFRGS)

Prof. Dr. Luis Roque Klering (PPGA/EA/UFRGS)
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a todas as pessoas e instituições que, de uma forma ou outra, colaboraram para que esta dissertação pudesse ter sido realizada. Àqueles que tiveram uma participação mais efetiva e contribuíram diretamente na busca de subsídios para elaboração desta dissertação, faço um agradecimento especial:

- à minha família, especialmente minha esposa, por ter mantido um apoio irrestrito, durante os três anos que se passaram, do início do curso até à defesa da dissertação;
- ao professor Luis Roque Klering, pela sua paciência, dedicação, por ter sido um verdadeiro parceiro na escolha do tema e na execução do trabalho;
- à coordenação e ao conjunto de professores do PPGA, que participaram do programa de mestrado UFRGS / URCAMP, pelo constante companheirismo nas atividades intelectuais;
- aos colegas de mestrado, pela amizade;
- aos funcionários da área administrativa do PPGA, pela cordialidade;
- às pessoas da comunidade de Colônia Nova, que foram incansáveis no fornecimento de informações e na participação da pesquisa;
- às direções das associações e da cooperativa - CAMAL, que disponibilizaram os dados existentes;
- à administração da URCAMP - Universidade da Região da Campanha, que deu apoio integral para a realização do mestrado;
- a todos os amigos que compartilharam deste período de muito trabalho, de poucas folgas em fins-de-semana, mas que sempre ajudaram e apoiaram.

*“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor
Mas lutamos para que o melhor fosse feito.
Não somos o que deveríamos ser
Não somos o que iremos ser
Mas, graças a Deus, não somos o que éramos”*

(Martin Luther King)

SUMÁRIO

SUMÁRIO	VI
LISTA DE TABELAS	VIII
LISTA DE FIGURAS	IX
RESUMO.....	X
ABSTRACT.....	XI
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Questão de pesquisa.....	3
1.2 Objetivo geral	3
1.2.1 Objetivos específicos	3
1.3 Estrutura dos capítulos.....	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1 Desenvolvimento local e regional.....	10
2.2 Trabalho e seus significados	16
2.3 Desenvolvimento das pequenas propriedades rurais.....	20
2.4 A perda de competitividade	24
2.5 Cultura e suas cons equências	27
2.6 Racionalidade administrativa de comunidades.....	30
2.7 Qualidade de vida	34
3 METODOLOGIA	38
3.1 Entrevistas semi-estrutura das sobre a evolução da colônia.....	42

3.2	Forma de execução.....	43
4	A COMUNIDADE DE COLÔNIA NOVA.....	45
4.1	Processo e evolução da colonização	46
4.2	Dados sócio-econômicos da comunidade	54
5	FATORES RELEVANTES DO DESENVOLVIMENTO	68
5.1	Influência cultural.....	68
5.2	Utilização de tecnologia e inovação	70
5.3	Trabalho e sua evolução	73
5.4	Participação religiosa	77
5.5	Organização e cooperação	79
5.6	Estrutura familiar e nível de instrução.....	80
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6.1	Conclusões do Estudo	85
6.2	Contribuições	88
6.3	Limites da pesquisa.....	90
	ANEXOS.....	91
	Roteiro para entrevista.....	92
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção dos núcleos de Mennonitas de Colônia Nova - 1998.....	50
Tabela 2 - Produção de grãos comercializados pela CAMAL - 1999.....	53
Tabela 3 - Domicílios familiares de Colônia Nova - 1999.....	54
Tabela 4 - Distribuição da população de Colônia Nova por profissão - 1999.....	55
Tabela 5 - Classificação da população de Colônia Nova por idade - 1999.....	58
Tabela 6 - Índice de alfabetização da população de Colônia Nova - 1999.....	60
Tabela 7 - Distribuição das terras - 1999.....	61
Tabela 8 - Máquinas e equipamentos existentes na Colônia Nova - 1999.....	62
Tabela 9 - Bens móveis e utilitários - 1999.....	62
Tabela 10 - Situação habitacional de Colônia Nova - 1999.....	62
Tabela 11 - Número de leitos do Hospital de Colônia Nova - 2000.....	64
Tabela 12 - Participação da população de Colônia Nova em associações - 1999.....	65
Tabela 13 - Animais criados na Colônia Nova - 1999.....	66
Tabela 14 - Evolução da população total, urbana e rural de Bagé - 1950/96.....	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Potencializadores do desenvolvimento	15
Figura 2 - Mapa de localização Aceguá – Colônia Nova	49
Figura 3 - Distribuição da população de Colônia Nova por profissão - 1999.....	56
Figura 4 - Estado civil da população de Colônia Nova - 1999.....	57
Figura 5 - Participação religiosa da população de Colônia Nova - 1999.....	58
Figura 6 - População de Colônia Nova por local de nascimento - 1999.....	59
Figura 7 - Dados de Bagé - 2000.....	66
Figura 8 - Ocupação da população de Bagé por setor - 1998.....	67

RESUMO

A comunidade de Colônia Nova, distrito do município de Aceguá, inserido na região da campanha do Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, apresenta características distintivas, com traços culturais diferenciados e indicadores sócio-econômicos melhores que os normalmente encontrados nas regiões vizinhas.

A pesquisa teve como objetivo central identificar as razões que levaram a comunidade a atingir o atual estágio de desenvolvimento, e compreender o papel e a influência de alguns fatores. Revendo estudos anteriores, principalmente “Ética Protestante” de Max Weber e utilizando informações obtidas junto à população residente na comunidade, objeto do estudo, foi possível identificar e compreender razões, que tornam o modelo de desenvolvimento bem sucedido, que a comunidade apresenta. Dentre tais razões, destacam-se: devoção ao trabalho, crença religiosa e suas conseqüências, o nível cultural, valorização da tecnologia e inovação, e uma forte ênfase para a vida familiar e comunitária.

O trabalho de pesquisa baseou-se em abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semi-estruturadas, observações e anotações de visitas de campo, bem como dados quantitativos secundários.

Palavras-chave: desenvolvimento, cultura, trabalho, religião, comunidade.

ABSTRACT

The community of Colônia Nova is a township in the county of Aceguá that lies in the Brazilian southernmost plains section, bordering with Uruguay and it shows distinctive characteristics with both cultural and socio-economic features that are better than those most often found in the neighboring areas.

The research job pursued as its central goal the identification of the reasons that led the community to its present state of development, striving to spotlight the influences of some of these factors. After a review of prior studies, mainly “The Protestant Ethics” by Max Weber and using such information as was obtained from the people residing in the community that was the subject of our study, it became feasible to identify and understand the reasons that lie behind the successful development model shown by same community. Among such reasons may be mentioned, devotion to work, religious beliefs and their consequences, cultural level, and a strong emphasis on family and community life.

The research work was based upon a qualitative approach through the use of half-structured interviews, field visiting observation and data collecting, as well as secondary quantitative data.

Keywords: development, culture, work, religion, community.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar e compreender os aspectos que influenciaram o desenvolvimento diferenciado da comunidade de Colônia Nova, em relação à média de outras comunidades e municípios do Estado do Rio Grande do Sul, desde a sua fundação até a atualidade.

Procura-se entender, a partir de uma análise detalhada, de que forma este povo de origem alemã, oriundo das estepes russas, conseguiu, em uma região onde as propriedades rurais não têm tradicionalmente prosperado, estabelecer-se e, em um período relativamente curto, atingir um nível de desenvolvimento diferenciado, podendo servir de referência ou modelo para futuros projetos de colonização e de reforma agrária para a metade sul do Estado, ou até mesmo para outras áreas geográficas, que apresentem condições de similaridade e características compatíveis.

Serão destacados os seguintes aspectos: o processo de colonização; a evolução desta colônia, apresentando os principais acontecimentos; a situação atual da comunidade, que caracteriza o distrito como destaque do município de Aceguá, principalmente os aspectos culturais, religiosos, sociais, de educação, formação de redes de associação e cooperação, além de outros componentes, que somados têm levado a comunidade a atingir níveis de desenvolvimento econômico e social bastante significativos e diferenciados em relação a outras colonizações, que, teoricamente, poderiam estar nas mesmas condições.

A pesquisa busca traçar uma linha de análise, de caráter teórico, sobre os fatores que propiciaram o desenvolvimento da comunidade de Colônia Nova, como sinônimo de crescimento econômico ao longo do tempo, procurando identificar e discutir as variáveis que contribuíram para o desenvolvimento obtido e destacar a participação de cada uma no contexto geral. Será destacado nesta abordagem a interação das potencialidades naturais da região, com a potencialidade assentada em sua população, ou seja: a interação destas

pessoas de origem alemã, que possuem cultura distintiva, com o território e as suas relações internas e externas.

O surgimento de um sistema local/regional competitivo estimulou à pesquisa da influência dos fatores culturais, religiosos, capacidade de trabalho e fé, como determinantes do desenvolvimento econômico e social distintivo da população de imigrantes de origem alemã, que se instalou na comunidade de Colônia Nova, a partir de 1949, e que, hoje, constitui-se um caso de estudo, em função de seu sucesso, principalmente por apresentar um desenvolvimento sustentado, que tem por base a pecuária leiteira e a produção de arroz.

Busca-se verificar se o modelo de desenvolvimento bem sucedido que foi adotado, está de fato atrelado aos fatores acima expostos, se há, eventualmente, outros determinantes, como por exemplo: a utilização de energias fósseis não renováveis, as políticas federais ou estaduais para o setor agropecuário.

Para tanto, a dissertação está dividida em sete capítulos ordenados, em que são apresentados os fundamentos teóricos que servem de esteio para a identificação das razões do desenvolvimento apresentado pela comunidade. São identificados os conceitos de desenvolvimento local e regional, de trabalho e seus significados, de cultura e de qualidade de vida. Trata-se ainda, do modo de produção capitalista, do mito das pequenas propriedades rurais, da perda de competitividade, da racionalidade administrativa e das relações de poder, conflito e controle.

Utilizando-se de metodologia entendida como adequada, para este tipo de estudo, levantaram-se dados que abrangem a evolução histórica da comunidade, tais como: descrição sobre a origem do povo Mennonita, processo de colonização e as principais entidades que constituem o distrito, dados sócio-econômicos, com interpretações a respeito dos indicadores ostentados, composição das famílias, ocupação das pessoas por atividade, situação civil e religiosa, situação habitacional, distribuição das terras, estrutura de saúde existente e a participação associativa. Foram analisados os principais fatores instigadores do desenvolvimento da comunidade, comparados e discutidos os registros literários, com a situação encontrada, em relação a cultura, a utilização de tecnologia e inovação, ao trabalho, a religiosidade, a cooperação e a estrutura familiar. Finalmente, são apresentadas as considerações finais em relação à análise feita sobre as

razões do desenvolvimento local, bem como as principais conclusões alcançadas sob a luz dos conceitos apresentados e sob a ótica desse pesquisador, dentro de uma perspectiva de contribuição prática .

1.1 Questão de pesquisa

A questão que norteia a presente pesquisa é a seguinte:

Quais os fatores que contribuíram para que a comunidade de Colônia Nova atingisse um grau de desenvolvimento sócio-econômico distintivo, colocando-a entre as comunidades agrícolas mais bem sucedidas do Estado do Rio Grande do Sul (RS)?

1.2 Objetivo geral

Identificar as razões que levaram a comunidade de Colônia Nova a atingir o atual nível de desenvolvimento sócio-econômico distintivo, no contexto do RS, avaliando a influência de alguns fatores decisivos tais como: cultura, fé, práticas de trabalho e organização, uso de tecnologia e inovação, formação de redes de associação e cooperação, condições geográficas e suporte técnico e financeiro de outras instituições.

1.2.1 Objetivos específicos

- Investigar as origens e a formação do distrito;
- Compreender como a cultura do povo, com seus padrões de comportamento, valores e premissas, influenciou positivamente ou negativamente, o processo de desenvolvimento da comunidade;
- Avaliar e compreender a contribuição das principais entidades constituídas, como influenciadoras do desenvolvimento;

- analisar de que forma fatores como: trabalho dedicado, disciplina, confiança recíproca, domínio da tecnologia e outros, propiciaram a evolução econômica e social de uma pequena comunidade de imigrantes, assentada em minifúndios, no contexto de uma região que, de modo geral, não tem propriedades agrícolas prósperas.

1.3 Estrutura dos capítulos

A dissertação está estruturada da seguinte forma:

1º capítulo: apresenta a problemática da pesquisa, seus objetivos, justificativa da escolha do tema, e delineamento dos limites do trabalho.

2º capítulo: apresenta os fundamentos teóricos que servem de sustentação para identificar as razões do desenvolvimento apresentado pela comunidade.

3º capítulo: apresenta a metodologia utilizada para o levantamento dos dados e a forma de execução da pesquisa.

4º capítulo: utilizando-se de metodologia que entende-se adequada para este tipo de estudo, levanta dados referentes à evolução histórica da comunidade focalizada, com uma descrição da origem do povo Mennonita, o processo de colonização e as principais entidades que constituem o distrito.

5º capítulo: são abordados os dados sócio-econômicos, com as interpretações a respeito dos indicadores ostentados.

6º capítulo: analisa os principais fatores instigadores do desenvolvimento da comunidade, comparando-se e discutindo-se os registros literários com a situação encontrada, em relação a cultura, a utilização de tecnologia e inovação, ao trabalho, a religiosidade, a cooperação e a estrutura familiar.

7º capítulo: tece considerações finais sobre a pesquisa empreendida e destaca, como conclusões principais, fatores que impulsionaram, de forma distintiva, o desenvolvimento sócio-econômico da comunidade de Colônia Nova. Tais achados são feitos à luz dos conceitos apresentados e sob a ótica do autor, dentro de uma perspectiva de contribuição prática deste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será feita uma revisão da literatura sobre os temas que se julgou serem os mais relevantes para subsidiar as abordagens que constituirão a pesquisa. Entre os temas considerados importantes para compreender melhor o problema da pesquisa destacam-se: o desenvolvimento sócio-econômico local e regional, a agricultura familiar, o trabalho e seus significados, a perda da competitividade das pequenas propriedades rurais, os aspectos culturais, as relações associativas e a qualidade de vida.

O atual projeto de desenvolvimento do Brasil acentua o processo histórico de exclusão social. A ausência de políticas de desenvolvimento econômico, seja na área agrícola, de reforma agrária, industrial, ou de geração de empregos, sinaliza, de forma clara, uma subordinação do governo federal às estratégias empresariais. Mostra, também, a insuficiente atenção aos produtores rurais, principalmente de minifúndios, que constituem o principal objeto de nosso estudo.

A reestruturação dos sistemas produtivos, buscando a recuperação da produtividade, para atingir níveis internacionais, a reestruturação do sistema financeiro, as privatizações, o aumento das importações, a abertura comercial, a redução dos investimentos e dos financiamentos públicos e a falta de políticas governamentais de desenvolvimento concentram e limitam, ainda mais, a frágil estrutura econômica do País.

As conseqüências mais dolorosas deste novo processo são o fim de milhões de postos de trabalho, com a continuidade do **êxodo rural**, e a redução dos serviços públicos para a população mais carente. Se o Plano Real trouxe, nos seus primeiros meses, um aumento de renda para as populações mais pobres, isto se deu graças ao arrocho nos preços dos produtos agrícolas, que provocou uma das maiores quedas de renda da história da agricultura. Segundo Melo (1997), somente em 95 houve uma queda global de cerca de 10 bilhões de dólares no setor agrícola, o que prejudicou, sobretudo, os agricultores familiares.

De acordo com os dados do Relatório sobre Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (1997), o processo de globalização da economia acentuou as desigualdades econômicas e sociais. O Brasil é apontado, nesse relatório, como o campeão mundial de desigualdades na distribuição de renda. Na região sul do Brasil, apenas 7% dos habitantes da zona rural possuem acesso ao abastecimento d'água, e somente 16% são atendidos pelos serviços de saneamento básico. O número de analfabetos adultos na região Sul corresponde a 9% do total do País, isto é, aproximadamente 1,78 milhão de pessoas. Isso representa cerca de 8% da população da região, valor superior aos verificados na média de países como Argentina, Uruguai e Chile. Por sua vez, existem 188 mil crianças em idade escolar (7 a 14 anos) fora da escola. A parcela dos 40% mais pobres da população sulista detinha na média menos de 9% do total da renda gerada nos três estados (Paraná - 9%; Santa Catarina - 9,1%; Rio Grande do Sul - 8,8%). Destaca-se, ainda, que a média da renda obtida pelo estrato dos 20% mais ricos da população é 23 vezes maior do que a média da renda dos 20% mais pobres (Paraná e Santa Catarina - 22 vezes mais; Rio Grande do Sul - 24 vezes mais). Diante dessas considerações, pode-se perceber que a região sul, apesar de apresentar médias superiores à média nacional, também possui uma face desigual, excludente e concentradora de renda, segundo o DESER (1997)¹. Estes dados servem de comparativo e quadro de fundo, para posicionar e destacar os índices, bastante diferenciados, que a comunidade de Colônia Nova apresenta, quer seja em relação à produtividade, aos serviços de saneamento básico, ao analfabetismo e a outros indicadores.

No Brasil, a agricultura familiar sempre foi marginalizada pelas políticas públicas. A agricultura cumpriu um papel para o Estado brasileiro de gerador de divisas, a fim de que este pudesse honrar seus compromissos externos.

Este modelo originou graves conseqüências sociais e econômicas como: a) êxodo rural, expulsando cerca de 28 milhões de brasileiros do campo nos últimos 30 anos; b) a fome, que assola 32 milhões de indigentes brasileiros; c) o inchaço das cidades com a miséria, o desemprego e a violência. Para os trabalhadores urbanos, o resultado foi o aumento dos preços dos alimentos, fruto da priorização às culturas de exportação e do aumento dos preços dos insumos agrícolas (principalmente, na década de 80, quando

¹ DESER – DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – **Agricultura familiar e desenvolvimento local**. Municipalização diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas. Curitiba, 1997. <http://www.deser.org.br>

subiram acima da inflação), afetando a renda dos trabalhadores urbanos que gastam grande parcela dos seus proventos na compra de alimentos.

A marginalização econômica e social dos pequenos municípios não foi tão acentuada a ponto de ser percebida num primeiro momento, porque o processo de modernização da agricultura, com a utilização de novas tecnologias de produção e a expansão do complexo agro-industrial, que teve seu auge na década de 70, gerou aumento de produção e de produtividade agrícola. Este fato gerou, também, o desenvolvimento comercial, agro-industrial e de serviços dos pequenos e médios municípios.

A viabilização deste processo foi possível porque o Estado transferiu importantes recursos na forma de crédito subsidiado, incentivos fiscais, garantias de preços, pesquisa e extensão rural e outros. Mas isto não se sustentou ao longo do tempo. O setor agrícola entrou em crise, levando os pequenos municípios a uma situação de profundas incertezas.

Várias contradições no processo de modernização da agricultura conduziram à crise atual: a miséria no meio rural não foi eliminada; estimulou-se a concentração de renda e de propriedade da terra; houve incentivos para a concentração agro-industrial; foi incentivado o uso de tecnologias que provocaram a degradação e a contaminação do meio ambiente; não se garantiu qualidade de vida às pessoas que vivem no meio rural (acesso a bons serviços nas áreas de saúde, educação, previdência, lazer, cultura, etc.).

Um projeto de desenvolvimento deve-se orientar pela não-exclusão de qualquer setor da sociedade do processo produtivo e social. Segundo o DESER(1997), as propostas e experiências organizativas devem garantir a incorporação dos setores, hoje excluídos, do mercado e das políticas sociais. O projeto deve buscar um desenvolvimento em que todos os setores do campo atinjam um mesmo patamar de qualidade de vida e de renda. Nesse sentido, é fundamental a democratização da terra, através da reforma agrária, da oferta dos serviços públicos, e da introdução de inovações tecnológicas na agricultura, como forma de garantir a ocupação e a melhoria das condições de trabalho a todos os trabalhadores.

A agricultura é a principal força geradora do desenvolvimento da grande maioria dos municípios brasileiros, proporcionando, também, o desenvolvimento dos setores comercial, industrial e de serviços, ou seja, mais empregos, mais impostos arrecadados e desenvolvimento social e econômico.

O desenvolvimento econômico de uma comunidade, eminentemente agrícola, envolve vários fatores, entre os quais a cultura do seu povo, a religião, as tradições e os costumes. Para diversos antropólogos e sociólogos, a cultura apresenta-se como um conjunto de significados, organizado em termos de representações e símbolos. Conforme Smircich (1985), quando fala da produção intelectual, o mundo social dos atores de uma coletividade ou comunidade é construído, segundo o significado que as coisas, os eventos e as interações assumem para eles, ao tecerem sua prática social,

Não há, a rigor, prática separada de cultura, de conjunto organizado de significados. A ação de duas ou mais pessoas, ao interagirem, pressupõe uma rede de significados, e são eles que aparecem nos mitos, nas religiões e nas ideologias, compondo um imaginário que inexistente sem a prática social, da mesma forma que esta só existe com suas múltiplas relações com o imaginário (ANSART, 1978).

A cultura, aqui tratada, é vista como algo que é compartilhado na mente dos membros de uma comunidade, incluindo-se aí crenças, valores, idéias que as pessoas sustentam em comum, como também aquilo que é diretamente observável nos membros de uma comunidade, isto é, nos seus padrões de comportamento, discurso e uso de objetos materiais.

O desenvolvimento econômico acelerados, segundo Freitas (1991), tem gerado quebras de uniformidades e coesões culturais. Tal desenvolvimento acelerado gera a tecnoburocratização da vida social, destrói os padrões culturais tradicionais e leva à redução do significado da religião, e da moral determinada pela religião, à redução da importância dos papéis sexuais, ao declínio da ética do trabalho tradicional e à institucionalização de uma maneira de vida consumista e hedonística.

Para Almeida (1998), a noção de progresso, que vigorou até a década de 30, era entendida como um movimento evolucionista, na direção do crescimento e da ampliação do conhecimento. Não era restrito ao campo das ciências, mas se referia, sobretudo, às melhorias nas condições de vida. Assumia um sentido parcial e prático. À medida em que a noção de progresso se alargou em termos gerais, virou crença, ideologia. O termo “progresso”, após os anos trinta, passou a se denominar desenvolvimento, mais entendido como crescimento econômico.

O processo de desenvolvimento de uma região apóia-se na colocação em prática de alguns projetos, que podem ser políticos, de mobilização das culturas locais pré-existentes; e depende, fundamentalmente, de inversões financeiras, existência de lideranças locais, administrações públicas mais idôneas e empreendedoras, sistema educativo eficaz, (apoiado em pesquisas científicas), exploração dos recursos naturais, “inclusive com o turismo”, abertura externa, e, também, do fator sorte.

A capacidade de organização social é verdadeiramente crucial para se pensar em desenvolvimento de uma região; mas, para isso, devem estar presentes alguns fatores de produção decisivos, tais como: capital humano, capital social, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, informações importantes, instituições flexíveis e outros contextos específicos, característicos de cada comunidade organizada.

Na ótica do desenvolvimento sob o paradigma da modernização, o padrão moderno, desenvolvido, é o que é adotado pelos agricultores empresariais, com a produção, altamente mecanizada e em grandes quantidades. A modernização é dada como único caminho para o desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento deveriam privilegiar ações em direção à modernização, desvalorizando formas de produção que não se enquadrem nos ditos padrões modernos de desenvolvimento.

A capacitação dos agricultores familiares, bem como o fortalecimento de suas instituições para o exercício da participação, das trocas de informações, dos apoios mútuos e do desenvolvimento de tecnologias, são pontos fundamentais para o avanço econômico e social. Neste sentido, é muito importante o conhecimento, pelos agricultores familiares e de suas instituições, dos sistemas de tomada de decisão nas instâncias locais, regionais, nacionais e até internacionais, para que possam influir nas políticas econômicas locais e regionais e se articular com outros agentes sociais. Delgado (1998) diz que a descentralização do poder na elaboração das políticas de desenvolvimento sustentável é um aspecto importante.

Justifica-se a abordagem sobre os processos de desenvolvimento, a estrutura do sistema produtivo e as conseqüências da modernização da agricultura, pois isto subsidiará as análises do sistema de produção local.

2.1 Desenvolvimento local e regional

O desenvolvimento local e regional ganha força com a descentralização, pois possibilita uma participação mais efetiva dos agricultores e de suas instituições, e porque permite, de forma mais efetiva, trabalhar com a diversidade ecossistêmica, biológica, com análise das diferentes disciplinas e tipos de saberes, incluindo os dos próprios produtores agropecuários.

O desenvolvimento a longo prazo de uma região (não só crescimento econômico), depende, segundo Boisier (1992), da interação de três processos. Em primeiro lugar, depende da participação relativa do território no uso dos recursos regionais; em segundo lugar, depende do significado e magnitude do impacto que o quadro global da política econômica tem sobre o território em foco; e, finalmente, o terceiro e crítico passo para uma completa situação de desenvolvimento é a capacidade da organização social do território em transformar os impulsos de crescimento em “estados” de desenvolvimento.

Etimologicamente, o termo “desenvolvimento” significa fazer crescer, progredir, melhorar, retirar o invólucro, desenrolar. O “des-envolver” significa sair do envolvimento, de uma situação existente para outra situação diferente. Lisboa (1996) afirma que, nos principais idiomas, o sentido literal de desenvolvimento é o mesmo: “descansar, desembrulhar, tirar do envelope”, ou seja, trata-se de romper com as amarras, os condicionantes naturais ou constituídos que impedem o progresso.

O estudo do desenvolvimento de um território segue, de certa forma, os mesmos pressupostos do estudo do desenvolvimento econômico em geral. Invariavelmente, o caminho procurado por diversas abordagens do desenvolvimento regional parte da adoção dos critérios e métodos estabelecidos para a análise econômica geral, adaptando-os para as especificidades do estudo de um território, ou localidade. Contudo, pode-se conceber a idéia de desenvolvimento regional como uma definição centrada nela mesma, circunscrita a pressupostos e métodos que possibilitem o entendimento de seus processos e relações específicas ao espaço estudado. Compreendendo-se a região como um espaço único, onde as transações ocorrem tanto interna, quanto externamente, pode-se definir sinteticamente o desenvolvimento regional como “um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural que conduz a uma melhoria do nível de vida da população local” (Coffey e Polese, *apud* VÁZQUEZ BARQUERO, 1988, p. 26).

Em uma definição mais complexa, entende-se o desenvolvimento regional como “um processo localizado de mudança social constante que tem, como última finalidade, o progresso permanente de uma região, de uma comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela” (BOISIER, 1992, p.190). A grande contribuição deste conceito reside no fato de identificar e destacar os agentes econômicos, culturais e sociais envolvidos, permitindo a inserção de novos elementos neste debate.

Desta forma, o desenvolvimento regional, territorial e local deve ser compreendido como um processo dinâmico, com várias dimensões, que reflete mudanças nos campos político, econômico, e sócio-cultural. Em grande parte, são transformações coletivas de dois sentidos, em que a melhora dos valores culturais construídos e a distribuição das oportunidades individuais, geradas a partir da riqueza produzida, do processo tecnológico alcançado e dos padrões elevados de vida proporcionados pelo desenvolvimento, são os principais elementos que determinarão, no longo prazo, os fatores que conduzirão ao próprio desenvolvimento.

Apesar dos principais fatores do desenvolvimento regional serem, em grande parte, hoje conhecidos, explicitar as causas para o fato de que habitantes de determinadas regiões atinjam padrões de vida superiores aos de outros continua sendo um dos principais desafios das ciências sociais e uma tradicional preocupação no campo da ciência econômica. Polese (1998) refere que os elementos de explicação nem sempre são econômicos. A questão não se reduz a um modelo matemático ou a relações quantitativas. Se a resposta fosse simples e se fosse possível tomar facilmente as medidas adequadas, não existiriam países ou regiões pobres.

Vive-se em um mundo de privações, de destituição e de opressão extraordinárias; existem problemas novos convivendo com os antigos e muitas necessidades econômicas e sociais ainda não satisfeitas, ameaças cada vez mais graves ao meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social, dificuldades estas encontradas nos países ricos mas, principalmente, nos pobres. Superar estes problemas é a parte central do processo de desenvolvimento, que consiste, basicamente, na eliminação de privações de liberdade, que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem, de modo ponderado, sua condição de agentes do desenvolvimento.

Segundo Sen (2000), o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

A liberdade é defendida por Sen (2000) como sendo o principal fim do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida, por duas razões:

- 1) a razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se, primordialmente, se houve aumento das liberdades das pessoas;
- 2) a razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas (SEN, 2000, p. 18)

Alguns componentes são constitutivos do desenvolvimento; entre estes podem ser destacados: a liberdade política, a oportunidade de receber educação básica, assistência médica, entre outros. Os valores sociais e costumes prevalecentes podem influenciar as liberdades das pessoas. Também as normas comuns podem estabelecer características sociais e ter papel relevante, no estabelecimento do tamanho da família e dos padrões de fecundidade, do tratamento dispensado aos filhos e até mesmo em relação ao meio ambiente.

Conforme a abordagem de Sen (2000), os valores prevalecentes e os costumes sociais respondem pela presença ou ausência de corrupção e pelo papel da confiança nas relações econômicas sociais ou políticas. Nesta concepção de desenvolvimento, os indivíduos, desde que disponham de oportunidades sociais adequadas, podem efetivamente moldar o seu próprio destino e ajudar uns aos outros; portanto, não precisam ser vistos como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento.

Fukuyama (1995) aborda o papel da cultura na construção das virtudes sociais. Para ele, o desenvolvimento é fruto da comunhão entre as virtudes individuais e sociais. A afeição ao trabalho, a prudência, a racionalidade, a capacidade de assumir riscos e de empreender atividades inovativas são todas virtudes empreendedoras individualmente definidas, fundamentais para o crescimento. “Mas há, da mesma forma, uma série de virtudes sociais, como a honestidade, a confiabilidade, o sentido de cooperação, e o senso

de comprometimento com os outros, que são, essencialmente, sociais na sua natureza” (FUKUYAMA,1995, p. 46).

A preocupação em definir ações dirigidas para o campo regional tem origem na percepção da preponderante existência de determinados fatores em regiões específicas, responsáveis pela desigualdade encontrada no desenvolvimento entre regiões, ou de pequenas localidades. Estes fatores, condicionantes das diferenças regionais, podem tornar-se foco de políticas econômicas, quando forem percebidos como problemas pelos agentes com responsabilidade no processo de formulação de políticas, gerando a elaboração de ações no campo regional (MATTOS, 1988).

Historicamente, os modelos de desenvolvimento das nações demonstraram, na maioria dos casos, a expansão e a concentração econômica em algumas regiões propulsoras do crescimento, relegando a um plano inferior regiões com um dinamismo menor, que não conseguiram acompanhar o desenvolvimento alcançado pelas demais, isto levou a um distanciamento econômico e social, o que justifica que políticas de incentivo e de redistribuição de renda sejam implementadas, para que as regiões atrasadas sejam reorganizadas.

“Configura-se assim uma organização do espaço, uma divisão territorial do trabalho e uma forma de crescimento regional em grande parte mais funcional aos interesses agregados de todo o sistema do que aos interesses específicos de cada região componente dele” (BOISIER, 1992, p. 16).

Em geral, as sociedades organizam-se com o propósito de atingir objetivos determinados por sua coletividade, como, por exemplo, o crescimento econômico, a liberdade política, a equidade social e a integração territorial. Invariavelmente, entre as sociedades modernas, estes objetivos pouco se diferenciam. Por conseguinte, as políticas públicas, como instrumento fundamental para o alcance destes objetivos e que são conduzidas com o intuito de suprimir e minimizar as dificuldades e barreiras impostas no seu caminho também apresentam padrões semelhantes.

O enfoque endogenista do desenvolvimento regional entende que os fatores que condicionam o progresso devem ser enraizados e estimulados na própria região. Todas as potencialidades existentes, sejam naturais, humanas, sociais, locais, devem constituir a base do processo de mudança. Somente desta forma, ou seja, respeitando e estimulando aspectos da cultura regional, é possível estimular os agentes locais, introduzir novos

conceitos e incorporar inovações sem entrar em conflito direto com a base sócio-cultural da região.

“Normalmente a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas e os novos esquemas de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local. Desta feita, tendem a integrar-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas viáveis aos problemas locais. As atividades industriais integram-se na vida social e cultural local, incorporando novos valores que desenvolvem e potenciam os antigos, sem criar um certo conflito e contradições no processo de adaptação” (VÁSQUEZ BARQUERO, 1988, p. 90).

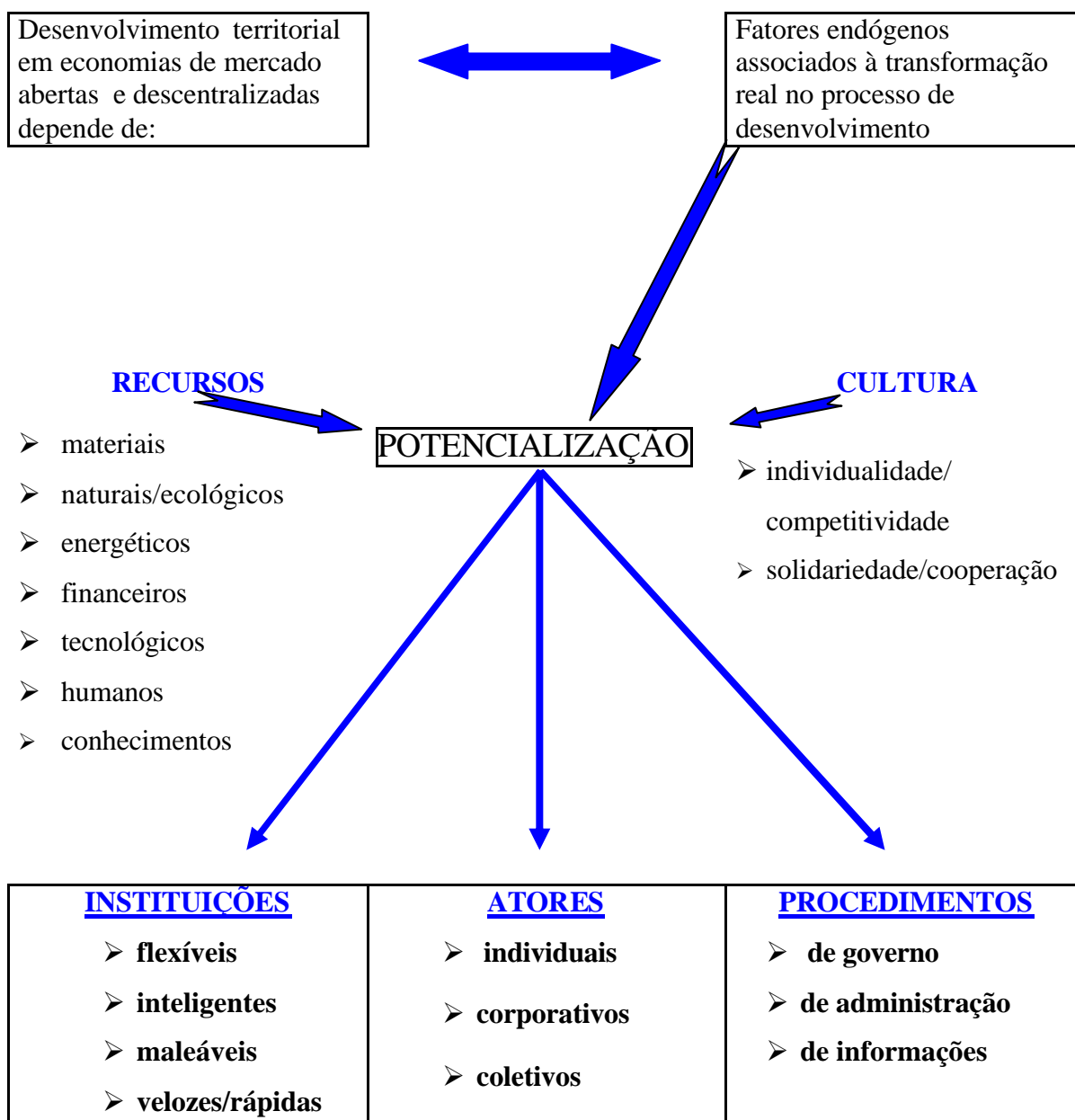
O desenvolvimento regional, ainda segundo Boisier (1992), depende mais de atitudes coletivas de condução social do que de recursos externos; depende também da existência de certas atitudes coletivas que favoreçam a cooperação, o intercâmbio de idéias, o surgimento da sinergia; além disso pressupõe um enfoque cultural, em amplo sentido, para se perceber o mundo e de como se relaciona o homem, em termos coletivos com ele.

Segundo Boisier (1992), o Estado contemporâneo está sendo empurrado para um novo cenário, caracterizado por uma crescente abertura externa, globalização da economia, e, também, por um aperto interno, motivado pela força da descentralização. Para fazer uma condução social capaz de colocar os territórios organizados em uma nova ordem internacional de uma maneira moderna, competitiva, pressupõem-se mudanças radicais nos conceitos das organizações e das administrações.

O modelo seguinte, sugere que o desenvolvimento em economias de mercado abertas e descentralizadas depende da associação dos fatores endógenos (regionais), os quais dão sustentabilidade ao processo de transformação. O potencial endógeno compreende, entre outros, os recursos físicos e ecológicos da região, as aptidões naturais, a disponibilidade de energia, a estrutura tecnológica, o capital acumulado, o potencial de inovação e a capacidade adaptativa da região.

A potencialização proposta envolve e ordena os participantes do processo de desenvolvimento regional, na busca de uma mudança social sustentada, que tem, como finalidade principal, o progresso sustentado da região, da comunidade como um todo e de cada indivíduo residente nela.

Para explicar o desenvolvimento de uma região, Boisier propôs o seguinte modelo de análise:



Fonte: modelo adaptado de Boisier (1992)

Figura 1 - Potencializadores do desenvolvimento

Para Boisier (1992), o desenvolvimento de uma região só é possível, quando existe a integração no processo de todos os envolvidos, sejam eles endógenos, ou participantes indiretos, conforme fica explicitado no modelo, que envolve desde os recursos materiais, financeiros, tecnológicos e humanos, até os procedimentos de governo, de administração e os sistemas de informações.

O modelo exposto permitirá analisar como, a comunidade de Colônia Nova usou os fatores endógenos e os recursos, potencializando-os através da organização social e do trabalho, que são valorizadas de forma característica nesse grupo social, com raízes numa religião protestante.

2.2 Trabalho e seus significados

A palavra “trabalho” designa a operação de transformação da matéria natural em objeto de cultura pelo homem. Para a maioria das línguas européias, “trabalhar” possui mais de um significado, embora, em sua grande maioria, acentuem-se os conteúdos de esforço e cansaço (ALBORNOZ, 1992).

Segundo Guareschi e Ramos (1989), os romanos já estabeleciam uma diferenciação fundamental entre dois tipos diferentes de trabalho. A um tipo denominavam de *labor* e a outro de *tripalium*. O primeiro era o trabalho dos livres, dos que trabalhavam no que lhes pertencia, e o que faziam ficava para si, enfim, daqueles que planejavam, organizavam e decidiam como fazer. O segundo designava um instrumento de tortura dos escravos, significava o trabalho escravo ou alienado, em que a participação do trabalhador ficava restrita quase que, exclusivamente, à execução, sendo portanto excluído do planejamento e dos resultados do seu esforço.

“Labor”, na acepção atual, é aquele trabalho do corpo do homem, buscando a sobrevivência, submetido, passivamente, aos ritmos da natureza, às estações do ano, às interpéries. Em português, é possível encontrar na mesma palavra “trabalho” ambas as significações: realização de uma obra que sirva à expressão, que garanta o reconhecimento social e permaneça além da vida de quem a criou (tendo, aí, o sentido de “labor”); e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável (com o sentido de “tripalium”). Todo o trabalho tende para um fim e exige esforço. Para uns, este esforço será preponderantemente físico, enquanto para outros, intelectual. Para Albornoz (1992), trabalho é o esforço e também o seu resultado: a construção, enquanto processo e ação, e a obra concluída. No mundo atual, está ocorrendo a redução de todo o trabalho laborioso, de esforço rotineiro e cansativo com o único

objetivo de sobrevivência. Segundo Arendt (1993), isto se deve em grande parte à politização do operariado e aos avanços tecnológicos.

Para Foucault (1990, p. 271), o trabalho, como atividade econômica, “só apareceu na história do mundo no dia em que os homens se acharam numerosos demais para poderem nutrir-se dos frutos espontâneos da terra”, colocando em risco sua subsistência. Prosseguindo em sua análise, afirma que a cada instante de sua história, a humanidade só trabalha sob ameaça da morte. Como a pendência da morte se faz mais temível à proporção que as subsistências necessárias se tornam de mais difícil acesso, o trabalho, inversamente, deve crescer em intensidade e utilizar todos os meios de se tornar mais prolífico.

A história desempenha, para Foucault (1990), então, um papel negativo que, acentuando as pressões da necessidade, faz crescer as carências, coagindo os homens a trabalhar e a produzir sempre mais, sem receberem mais do que lhes é indispensável para viver e, algumas vezes, um pouco menos.

Na tradição judaica, o trabalho também possui um significado de uma labuta penosa, à qual o homem está condenado pelo pecado, e a Bíblia o apresenta como castigo, como um meio de expiar o pecado original. Nos primórdios do cristianismo, o trabalho era visto como punição para o pecado, servindo também aos fins últimos da caridade, para a saúde da alma e do corpo, e para afastar os maus pensamentos decorrentes da preguiça e da ociosidade. Entretanto, não era digno por si mesmo, por pertencer ao mundo mortal e imperfeito dos homens. Outras seitas de crentes, rebeldes em relação a Igreja de Roma, consideravam o trabalho uma tarefa penosa e humilhante, devendo ser, ardentemente, procurado como penitência para o orgulho da carne (ALBORNOZ,1992).

Com a Reforma Protestante, o trabalho aparece como a base e a chave da vida, embora persistindo a idéia do trabalho, como consequência do pecado. Todo o homem capacitado para trabalhar tinha o dever de fazê-lo, pois tal ato implica servir a Deus, sendo o ócio considerado uma evasão antinatural e perniciososa. Desse modo, o trabalho é visto como virtude e como obrigação, como o caminho religioso para a salvação. A profissão é vista como vocação, associando-se o trabalho (como virtude) à idéia de predestinação. Neste particular, Albornoz (1992, p. 127) afirma:

“Se, pela preferência divina, alguns estão predestinados a ter êxitos, e outros a ficar na miséria, contudo é vontade de Deus que todos trabalhem, e é pelo trabalho árduo que alguém pode chegar ao êxito, e assim realizar a vontade de Deus, que o inclui entre os eleitos”.

Weber (1999), em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, ao buscar as origens da classe burguesa ocidental e de suas particularidades relaciona-as com a organização capitalista do trabalho, atrelando as origens desse sóbrio capitalismo burguês com sua organização racional do trabalho. Segundo este autor, o desenvolvimento das possibilidades técnicas influenciou fortemente, à primeira vista, a forma peculiar do moderno capitalismo. A utilização técnica dos conhecimentos científicos, importante para as condições de vida das massas, foi encorajada por considerações econômicas. As estruturas racionais do direito e da administração estão entre os fatores de incontestável importância, porque o moderno capitalismo racional baseia-se, não só nos meios técnicos de produção, como, também, num sistema legal e numa administração orientada por regras formais.

Weber (1999) procura abordar a relatividade da formação de uma “mentalidade econômica” de Ethos de um sistema econômico ao seu ver, o problema que, geralmente, é o mais difícil de ser apanhado. Em sua opinião, a reforma não implicou a eliminação do controle da Igreja sobre a vida cotidiana, mas a substituição do controle vigente por uma nova forma.

Weber (1999) refere que, na concepção da “ética protestante”, o trabalho é a forma de conseguir o “eterno descanso da santidade”. Portanto, a perda de tempo é o primeiro e o principal de todos os pecados, ou seja, o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida; a virtude está, justamente, no trabalho e na riqueza.

A religião “reformada” parece ter promovido o desenvolvimento do “espírito do capitalismo”. Da ótica desta nova ética, ganhar dinheiro legalmente, dentro da ordem econômica moderna, é resultado e expressão de virtude e de eficiência em uma vocação. A idéia do dever profissional é a mais característica da “ética social” da cultura capitalista, sua base fundamental, obrigando o indivíduo, na medida de seu envolvimento no sistema de relações de mercado, a conformar-se às regras capitalistas de ação.

Na ética tradicional, a oportunidade de maior ganho era menos atrativa do que a de trabalhar menos. “O homem não deseja, por natureza, ganhar cada vez mais dinheiro, mas simplesmente viver como estava acostumado a viver e ganhar o necessário para este fim”. A resistência imposta por este traço orientador do trabalho pré-capitalista, para Weber, levou à adoção de uma política oposta à tática de salários mais altos, forçando o trabalhador a trabalhar mais para ganhar a mesma coisa. Os baixos salários e os altos lucros parecem estar correlacionados ; tudo o que é gasto em salários parece envolver uma correspondente redução dos lucros. Os baixos salários, sendo produtivos, incrementam os resultados materiais do trabalho, reforçando a crença de que as pessoas somente trabalham pela sua condição e enquanto pobres.

Para Weber (1999) a “nova” educação religiosa oportuniza superar o tradicionalismo, concebendo o trabalho como um fim em si mesmo, como um valor. Valor este condizente com o capitalismo. Aqueles que adotaram a nova atitude ascenderam, porque não desejavam consumir, mas ganhar, tendo como resultado o surgimento de um novo “espírito do capitalismo moderno”.

Uma das mais importantes finalidades da vida profissional dos representantes do capitalismo é o trabalho a serviço de uma organização racional para o abastecimento de bens materiais à humanidade. Desse racionalismo ou pensamento racional, originou-se a idéia de uma vocação e a divisão do trabalho na vocação, embora irracional, do ponto de vista de um auto-interesse puramente hedonista, mas que tem sido, e ainda é, um dos elementos mais característicos de nossa cultura capitalista. A profissão do indivíduo vai sendo interpretada, cada vez mais, como um dom especial de Deus e a posição, na sociedade, como resultado da vontade divina.

O trabalho especializado em vocações, justificado em termos de amor ao próximo, a serviço da utilidade social impessoal, surge como promotor da glória de Deus e, portanto, desejado por ele. A perda de tempo é o primeiro e principal de todos os pecados, pois cada hora perdida redundando em perda de trabalho para a glorificação de Deus (WEBER, 1999). Isto significa dizer que o tempo é, primeiramente, aquele da produção; os outros tempos devem encontrar seu lugar, de algum modo, nas margens do processo produtivo, ou seja, o tempo consagrado ao trabalho ocupa uma posição central, em torno do qual se organizam todos os outros tempos da existência social.

“O trabalho passa a constituir-se, antes de qualquer coisa, a própria finalidade da vida, sendo a falta de vontade de trabalhar considerada um sintoma da ausência do estado de graça” (WEBER,1999, p. 113).

Tal ascetismo secular do protestantismo, opondo-se ao espontâneo usufruir das riquezas, restringindo o consumo, libertava, psicologicamente, a aquisição de bens das inibições da ética tradicional, rompendo os grilhões da ânsia de lucro, legalizando-o e considerando-o como diretamente desejado por Deus. A combinação da restrição do consumo com a liberação da procura de riqueza teve como resultado a acumulação do capital, por meio da compulsão ascética à poupança.

No modo de produção capitalista, todo o esforço tem se direcionado no sentido de transformação do indivíduo em instrumento de trabalho; em outras palavras, tornar as pessoas como agentes ou força de trabalho, tendo certa autonomia numa estrutura social organizada e disciplinada, assentada em propriedades normalmente pequenas e status equilibrado.

2.3 Desenvolvimento das pequenas propriedades rurais

O sistema cooperativo apresenta-se como uma das alternativas para o crescimento econômico e social de uma região. Recentes discussões acerca da reforma agrária no Brasil, a adoção de políticas tributárias descentralizadoras da propriedade e a falência do sistema agropastoril tradicional, assim como das indústrias a ele ligadas, demandam uma profunda reflexão sobre as ameaças e oportunidades da produção agropecuária, e sobre a viabilidade econômica do *agribusiness* como um todo. Argumentos não faltam, pró e contra a redistribuição da terra como forma de minorar os problemas sociais e atingir melhores índices de produtividade e competitividade. Tais argumentos incluem desde uma visão idílica da pequena produção, contraposta aos empreendimentos comerciais que se estabelecem em torno da produção agropecuária, até a concepção oposta, de que a articulação com o *agribusiness* seria a solução para o pequeno produtor e, portanto, uma luz no fim do túnel. E, neste contexto, nada melhor do que conduzirmos a nossa linha de raciocínio para a investigação das variáveis que condicionam a produção, tanto nas pequenas como nas grandes e médias propriedades, assim como nas indústrias ligadas às

principais cadeias produtivas, para tentar identificar as determinantes do sucesso, ou do fracasso e o conseqüente estrangulamento financeiro.

O governo brasileiro, embora com alguma resistência, vem progressivamente cedendo à pressão de grupos organizados, que postulam o loteamento de grandes propriedades consideradas “improdutivas” e a sua distribuição a pequenos agricultores, para que estes, com seu trabalho, transformem tais glebas em “terras produtivas”. Segundo Farina e Lazzarini (1999), a discussão em torno deste tema, lamentavelmente, tem fluído muito mais em termos ideológicos do que propriamente práticos. Correntes importantes de pensamento defendem o assentamento de colonos em áreas improdutivas, como forma de minorar os problemas sociais e aumentar a oferta de alimentos. Afirmam os defensores deste ideário que, uma vez assentados, estes grupos de colonos poderão obter melhorias no seu padrão de vida e aumento da produtividade da terra através do trabalho solidário, e que, uma vez organizados, poderão chegar a níveis razoáveis de competitividade através do *agribusiness* cooperativo. Outra corrente, porém, enxerga a reforma agrária no Brasil como um processo puramente político, demagógico e absolutamente inviável sem a utilização de subsídios ou de outros aportes financeiros por parte do governo. Argumentam os seus opositores, que os novos proprietários, por não possuírem recursos mínimos que lhes possibilitem a produção em escala – capital, tecnologia e extensão de terras – jamais conseguirão atingir níveis razoáveis de produtividade e competitividade que lhes permitam sobreviver, economicamente, uma vez que, por se constituírem no polo passivo da equação comercial, estes se tornarão vítimas do *agribusiness*. Uma terceira corrente de opinião vai ainda mais além, afirmando que a falência do sistema agropastoril como um todo, incluindo as indústrias processadoras, cooperativas e demais empresas ligadas ao setor, resulta pura e simplesmente do modelo latino-americano de produção, baseado na lógica da comida barata. Segundo estes últimos, pouco importa o tamanho das propriedades ou o nível tecnológico empregado, uma vez que a causa principal do estrangulamento financeiro da atividade não é operacional mas, sim, estrutural. A baixa lucratividade do setor como um todo seria fruto de uma política deliberada de suporte social, através da qual os governos transferem para os produtores primários o ônus de alimentar, a baixo custo, uma multidão de trabalhadores urbanos subassalariados, viabilizando assim a oferta de mão-de-obra barata para as demais indústrias e serviços tipicamente urbanos. Segundo Reydon e Ludwig (2000), na gestão fundiária brasileira, a grande dificuldade dos programas de reforma agrária reside na compatibilização das lutas e pressões políticas pela terra com

o planejamento e organização dos assentamentos. Existe divergência ideológica entre os que vêem a reforma agrária como instrumento de transformação da sociedade e aqueles que entendem ser a reforma agrária um projeto de inclusão social e de desenvolvimento econômico, por meio da criação de novos agricultores familiares.

O Brasil vive, atualmente, uma etapa decisiva de sua evolução política, econômica e social. Nesse contexto, é mais do que oportuno identificar as causas geradoras de dificuldades econômicas para o setor primário da fronteira sul do Rio Grande Sul, os quais atingiram, por extensão, as empresas comerciais e industriais da região. No momento em que o governo brasileiro vem transferindo para a iniciativa privada, um número cada vez maior de atribuições, é razoável supor que o setor primário tão cedo não volte a contar com o suporte financeiro generoso de outrora, restando-lhe, como alternativa, buscar na própria iniciativa privada o apoio financeiro necessário à sua capitalização.

A primeira questão que costuma ser colocada, quando se aborda a viabilidade econômica da atividade primária ou das indústrias que lhe dão sustentação, diz respeito à estrutura fundiária e à propriedade dos meios de produção, assuntos que comportam as mais diversas interpretações, e cuja discussão, geralmente, é influenciada mais pela paixão e pelas posições dogmáticas, do que mesmo pela realidade dos fatos ou pela verdade científica. E, como todo assunto onde a paixão extrapola os limites da razão, também este acaba por criar certos mitos que nem sempre correspondem à realidade, e que, se não forem adequadamente analisados, poderão acabar validando teorias sem fundamento científico.

O primeiro mito que sempre se apresenta, quando se abordam questões relativas à produtividade ou à competitividade da produção primária, refere-se à inviabilidade da pequena propriedade como estrutura competitiva, devido à sua limitação em obter ganhos de escala ou até mesmo de se autofinanciar. Embora se possa concordar, a priori, com esta posição, não se pode deixar de concordar com Farina e Lazzarini (1999), de que “é possível fazer uma leitura, completamente, inversa da questão, pois núcleos de pequenos produtores conseguem sobreviver, quando se orientam para o mercado e promovem ganhos de eficiência cooperativos sob uma perspectiva de longo prazo”. Experiências passadas mostram que o associativismo pode ser muito útil, tanto na obtenção de produção em escala, quanto na alavancagem financeira de projetos conjuntos. A prova disso seriam os distritos industriais do Norte da Itália, congregando pequenas empresas familiares que se

mostram competitivas, e a organização dos produtores de uva no Vale do São Francisco, estabelecendo câmaras de comercialização da fruta (*marketing boards*).

Por outro lado, há que se questionar o mito oposto, o de que o estímulo à pequena produção deve solucionar problemas de produtividade (especialmente em função da ocupação da terra) e, assim, auxiliar na alimentação populacional. Em quase todo o mundo, e no Brasil não haverá de ser diferente, a produção agropecuária de uma forma geral sofre um intenso processo de concentração, e o abastecimento alimentar baseia-se, fundamentalmente, em empreendimentos de grande escala de operação, mesmo naquelas atividades que ocupam pequenos espaços.

A produção agro-industrial, além de deparar-se com mercados altamente competitivos e produtos praticamente homogêneos, não pode mais prescindir de um lastro financeiro mínimo, ou pelo menos de garantias mínimas que lhe permitam levantar no mercado financeiro os recursos necessários a uma produção mais intensiva. A abertura de mercados, surgida após o fim da guerra fria, trouxe consigo uma rápida evolução das técnicas e dos processos, das próprias relações de trabalho e, conseqüentemente, um aumento da competitividade que se intensificou pelas modificações tecnológicas, políticas e sociais. Dentro desse novo contexto, as empresas brasileiras foram compelidas a alterar, radicalmente, a sua forma de produzir e de se relacionar com os demais agentes econômicos: no plano produtivo, assuntos como flexibilidade, qualidade, melhoria contínua, confiabilidade, preço, produtividade e concorrentes mundiais passaram a ser objeto de preocupação permanente, enquanto no campo financeiro as linhas de crédito tornaram-se ainda mais escassas, e o custo do dinheiro elevou-se substancialmente.

Para complicar ainda mais a situação, as empresas rurais brasileiras e as indústrias processadoras de alimentos, que já vinham num processo de endividamento crescente, de uma hora para outra viram o seu espaço mercadológico ser invadido por uma leva grande de produtos estrangeiros e, impotentes, não tiveram como reagir. Faltou-lhes, ao que parece, tecnologia adequada, infraestrutura e suporte financeiro, para fazer a reconversão tecnológica necessária naquele momento, já que se encontravam descapitalizadas e o crédito tornou-se excessivamente caro e escasso, ao contrário do que ocorria nos países concorrentes, onde o crédito era mais barato e abundante. As fontes públicas de crédito, as únicas onde os juros ainda eram e continuam sendo razoavelmente acessíveis, tornaram-se privilégio de uns poucos, não apenas em decorrência do acanhamento das linhas

oferecidas, como também e, principalmente, pela exigência de garantias reais, que, praticamente, impossibilitam o acesso dos pequenos e médios empreendedores a tais créditos. As conseqüências desse processo de descapitalização são perceptíveis a olho nu: campos vazios, produtores endividados, vendendo as suas propriedades por preços vis, cooperativas sendo leiloadas e tradicionais indústrias alimentícias fechando suas portas por insolvência. Mas, a falência, conforme nos ensina Matarazzo (1993, p. 161), “nunca se deve exclusivamente ao endividamento”; em geral, “há todo um quadro de má administração, desorganização, malversação e projetos fracassados”, que merece ser investigado.

As características cooperativas estão presentes na comunidade estudada, tendo a mesma partilhado das vantagens e desvantagens do sistema, conforme exposição anterior. Foi, também, influenciada pelas oscilações do agro-negócio, pelo surgimento de novos concorrentes e pela conseqüente perda de competitividade de seus produtos, que passa-se a descrever.

2.4 A perda de competitividade

O estrangulamento financeiro, apontado por muitos como a causa primeira e única das dificuldades de nosso *agribusiness*², pode ter sido importante no processo, mas certamente não terá sido a única. A degradação do poder de competitividade de nossas empresas, como aconteceu com as empresas ocidentais em geral, foi causada, em grande parte, pela obsolescência estrutural (em termos de tecnologia e pessoal) e infra-estrutural (quanto a sistemas de gestão da produção). Entre os fatores que contribuíram para a obsolescência de práticas gerenciais e tecnológicas, segundo Corrêa e Giansi (1993, p.18), encontram-se: medidas de desempenho ineficazes, desinteresse por questões tecnológicas, especialização excessiva e falta de integração, perda de foco no negócio e diversidade excessiva, resistência às mudanças, falta de criatividade e sensibilidade para novas demandas do mercado. No caso brasileiro, a ênfase demasiada em avaliações de curto prazo, fruto do flagelo inflacionário dos anos 80, que culminou com a estagflação do início dos anos 90, induziram os gestores a evitar investimentos de longo prazo, privilegiando os

² Agribusiness = agronegócio.

investimentos de rápido retorno que, sozinhos, não seriam capazes de garantir vantagens competitivas sustentadas. A ênfase que foi dada aos aspectos financeiros e comerciais durante o longo período inflacionário pelo qual passou o país e a excessiva dependência das empresas rurais dos créditos públicos subsidiados, tudo isto somado à miopia dos seus executivos em questões tecnológicas, gerou muitas decisões equivocadas, levando muitas empresas a um processo esclerótico quase irreversível. A cômoda garantia de absorção da produção, obtida graças ao fechamento do mercado brasileiro, levou muitas organizações a distanciarem-se das bem sucedidas tecnologias, e estas estão pagando caro por não anteverem os riscos dessa defasagem. A ausência de um aperfeiçoamento das práticas gerenciais, o foco da atenção em questões comerciais, como distribuição e publicidade e a falta de atenção para a necessidade de se adequar a manufatura para atender às novas necessidades do mercado são exemplos de inércia e acomodação.

O *agribusiness* brasileiro, estruturado nos anos 50/60 ainda dentro da ótica nacionalista do pós-guerra, foi concebido à luz de um Estado forte e protetor, que sempre o encarou como sustentáculo do abastecimento doméstico e por isso sempre o protegeu da concorrência internacional e garantiu-lhe um mínimo de rentabilidade, mas esqueceu-se de prepará-lo para a competição que haveria de vir um dia. Quando as barreiras comerciais começaram a cair, toda a estrutura teve que ser revista e o (re)aprendizado tornou-se um fato imperioso. Muitas empresas, aí incluídas as empresas rurais, cooperativas e agroindústrias do Brasil, não se aperceberam a tempo, ou não tiveram fôlego financeiro para encarar as mudanças, e sucumbiram; outras, talvez por vaidade ou despreparo de seus administradores, purgam dolorosos processos de reengenharia, após terem levado avante projetos com Valor Presente Negativo, ou com períodos de *payback*³ excessivamente longos, numa época em que a atividade já era francamente decadente.

O potencial de gerar rendas com a terra, em função das novas regras competitivas, está diretamente relacionado às características da produção agropecuária e às capacitações técnicas e gerenciais dos produtores, favorecendo naturalmente a grande produção, por sua capacidade de investir em tecnologia. Mas como boa parte dessa produção não vem de grandes produtores, com unidades produtivas capitalizadas e tecnificadas, e sim de pequenas propriedades, onde a falta de estrutura e de capital não permitem ganhos de escala, e onde a aplicação de tecnologias modernas é bastante dificultada pela baixa

³ Payback = retorno, restituição dos valores investidos.

instrução do camponês médio, a solução associativa tem sido apregoada como a única possibilidade de salvação. O problema é que até mesmo o modelo cooperativado, adotado para obter ganhos de escala e superar a baixa rentabilidade da atividade agroindustrial, tem se mostrado pouco produtor nos últimos anos. Muitas cooperativas têm contraído dívidas para investir em grandes projetos, alguns até mesmo de Valor Presente Negativo, ao invés de enxugar as suas plantas produtivas, reestruturar os seus quadros sociais e funcionais e redirecionar o foco de sua atividade para produtos mais nobres ou de maior valor agregado. Projetos grandes, mesmo que de valor negativo, diminuem o valor da empresa para os sócios ou acionistas, mas ainda assim exercem grande fascínio sobre os administradores. Tal acontece, segundo Ross, Westerfield e Jaffe (1995, p. 107), “porque alguns administradores gostam de controlar uma empresa de grande porte”, ou mesmo devido às relações de *agency*⁴, que fazem com que os objetivos da administração e dos associados sejam divergentes, ou até mesmo conflitantes, em determinadas situações.

As cooperativas brasileiras, que no passado constituíram-se em fator de júbilo e de progresso, assim como as demais indústrias processadoras de alimentos, também mergulharam num processo de endividamento crescente, deixando boa parte dos produtores associados à mercê dos bancos credores. Requejo (1977) chama a atenção para a falta de monitoramento das cooperativas brasileiras, tanto por parte do governo, como por parte dos bancos de crédito cooperativo, fato este que estaria levando muitas delas à falência devido a falhas graves na sua gestão financeira ou até mesmo por problemas de *agency*. Segundo Requejo, nos anos de 1993/94 e 1994/95, foram utilizados indicadores de liquidez, lucratividade, eficiência, alavancagem e motivação dos membros, para monitorar as cooperativas do Rio Grande do Sul, e os resultados não foram nada animadores.

Entre os problemas apontados, figuram desde questões típicas de má gerência financeira, como a hesitação dos diretores em penalizar os maus pagadores por questões de laços de família ou de amizade, até o paternalismo governamental, que gera excessiva dependência e não exige o gerenciamento mais eficiente dos recursos.

4 O problema central de análise na Teoria do Agenciamento (*agency problem*) é a possibilidade do agente assumir um comportamento oportunista no tocante as suas ações (ou omissões), visando aumentar sua satisfação pessoal. Entre as hipóteses implícitas no modelo, observa-se que o agente é racional, evita o risco e está primariamente orientado para seus próprios interesses. Em outras palavras, o agente está procurando maximizar o seu próprio bem estar (utilidades pessoais).

Segundo Rosegrant e Siamwlla, (*apud* REQUEJO, 1997, p.87): “a presença do governo sempre leva os devedores a acreditar que estes terão os seus débitos aliviados, fazendo do calote algo atraente”. Outro aspecto que estaria contribuindo para o endividamento das cooperativas, levantado por Requejo (1997), está relacionado ao afastamento dos agropecuaristas brasileiros destas instituições, devido aos problemas gerenciais de muitas delas e à falta de uma política clara de distribuição de dividendos ou de outros benefícios, já que a maior parte dos ganhos cooperativos destinam-se aos fundos indivisíveis, que quase nunca retornam aos associados. A associação em cooperativas, para ser exitosa, deve envolver o associado através de mecanismos de solidariedade que vão muito além da busca do lucro puro e simples; a experiência tem demonstrado que o trabalho associativo pode apresentar uma grande sinergia positiva quando, além da busca de lucro, os associados têm entre si laços de família, de religião ou de ideologia política, assim como de traços culturais, que serão revistos na seqüência deste trabalho.

2.5 Cultura e suas conseqüências

Segundo Smircich (1985), cultura representa um conjunto de significados, organizados em termos de representação e símbolos; a ação conjunta de duas ou mais pessoas pressupõe uma rede de significados e são eles que aparecem nos mitos, nas religiões e nas ideologias, compondo um imaginário que inexistente sem a prática social, da mesma forma que esta só existe em suas múltiplas relações com o imaginário.

A cultura, para Freitas (1991), é um poderoso mecanismo que visa conformar condutas, homogeneizar maneiras de pensar e viver numa organização, introjetar uma imagem positiva da mesma, sugerindo uniformizações, escamoteando diferenças e anulando a reflexão. Salienta, também, que o desenvolvimento acelerado dos últimos anos tem resultado num processo de quebra de uniformidade e da coesão cultural, com a destruição dos padrões culturais tradicionais, o declínio da ética do trabalho tradicional e a institucionalização de uma maneira de vida consumista e hedonista.

O conceito de cultura varia muito; depende fortemente da perspectiva e contexto de quem o estuda e pretende compreender e considerar. A corrente teórica cognitiva destaca os conhecimentos compartilhados; a simbólica, os significados compartilhados; e a antropologia estrutural, os processos psicológicos inconscientes.

Para o sociólogo Schein (1985), “cultura é o modelo de pressupostos básicos que determinado grupo inventou, descobriu ou desenvolveu no processo de aprendizagem para lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna”. Este conceito contempla os comportamentos observáveis e os valores que podem ser justificados conscientemente, mas privilegia a força dos pressupostos subjacentes, que são tipicamente inconscientes e os que realmente determinam como os membros de um grupo percebem, sentem e pensam.

Pode-se dizer que cultura é um conjunto de resultados, que um grupo de pessoas tem, a partir de suas experiências, que incluem as práticas convencionais, os valores e os pressupostos. De uma forma mais simples, cultura pode ser definida como a maneira como se faz as coisas por aqui, ou, o conhecimento adquirido que as pessoas usam para interpretar experiências e gerar comportamento social, baseado na formação étnica, ou religiosa.

A cultura se forma em torno de necessidades reconhecidas e tarefas requeridas, o que a torna muito funcional inicialmente; porém, com o tempo, a cultura torna-se uma entidade em si mesma, independente das razões iniciais e dos incidentes que a formaram. Ela se torna também distinta de seus membros à medida em que é repassada sem questionamentos. A cultura se mantém, em razão da energia controladora do comportamento existente em todos os níveis de uma sociedade, através da incorporação das regras não escritas e da aceitação das normas pelos grupos que garantem a sua reprodução.

Os fundadores têm, muitas vezes, importância decisiva na formação da cultura de uma organização; seus valores, objetivos, idéias e personalidade constituem a base a partir da qual a organização inicia sua existência, sobrevive e se desenvolve através dos anos, cultivando um conjunto de princípios e crenças compartilhados pelos membros, que influenciam seus comportamentos, expressões e objetos, formando a cultura local.

Segundo Katz e Kahn (1973), toda a organização cria sua própria cultura (e decorrente clima), com seus próprios tabus, costumes e usanças. O clima ou cultura do sistema reflete tanto as normas e valores do sistema formal como sua reinterpretação no sistema informal.

Para Souza (1978, p. 36), cultura organizacional é um conjunto de fenômenos resultantes da ação humana, visualizada dentro das fronteiras de um sistema e compõe-se de três elementos: os preceitos, a tecnologia e o caráter.

Por preceitos, entende-se a autoridade e o conjunto de regulamentos e valores explícitos ou implícitos que regem a vida de uma organização ou de uma comunidade. Por tecnologia, entende-se o conjunto de instrumentos e processos utilizados no trabalho, inclusive em suas relações com o ambiente externo, enquanto o caráter corresponde ao conjunto das manifestações afetivas espontâneas dos indivíduos, tais como: alegria, depressão, medo, entusiasmo, carinho, etc. A autora ainda enfatiza que:

“Toda sociedade tem seu tipo básico de personalidade e sua própria série de personalidades de status que, em certos aspectos, diferem dos de qualquer outra sociedade”. (SOUZA, 1978, p. 61)

Segundo Peters & Waterman (1982), a distinção entre as empresas inovadoras/alto padrão e aquelas que não apresentam essa performance, reside em oito atributos que caracterizam uma cultura excelente, os quais devem estar presentes não necessariamente no mesmo grau. Os atributos são: a) uma firme disposição para agir, fazer as coisas até o fim; b) posicionamento ao lado e junto do cliente; c) autonomia e iniciativa; d) produtividade através das pessoas; e) mãos à obra, orientados por valores; f) ater-se ao conhecido; g) formas bem simples e equipes pequenas; h) propriedades flexíveis e simultâneas.

Segundo Freitas (1991), a cultura da comunidade pode ser fonte de vantagem competitiva e assegura um desempenho melhor, pois atende a três condições:

- 1) a cultura é valorativa, acrescenta valor financeiro;
- 2) a cultura é rara, ou seja, apresenta atributos e características que não sejam comuns a grande número de outras;
- 3) tal cultura é imitável, somente de forma parcial.

O elemento central que destaca a importância dos fatores culturais para o processo de desenvolvimento é o conceito de capital social. Ao lado do capital físico e do capital humano, este terceiro tipo de capital pode ser de importância decisiva para explicar as diferenças verificadas na comunidade quanto à prosperidade econômica.

O capital social é conceituado como constituído pelo conjunto de “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996). Fazem parte do capital social, portanto, os traços culturais característicos de uma comunidade que contribuem para fazer com que seus membros se tornem propensos a colaborar na solução de problemas de interesse comum.

A cultura e o clima afetam a produtividade de uma organização, pois podem facilitar ou entravar sua eficiência, influenciando significativamente o tipo de racionalidade administrativa e os comportamentos dos seus integrantes, aspectos que serão revistos a seguir.

2.6 Racionalidade administrativa de comunidades

Para definir-se a ação administrativa nos tempos atuais, tem-se que levar em conta alguns aspectos do conhecimento, como estes: o entendimento de que o âmbito das técnicas administrativas não coincide com o da sociedade global; a percepção de que eficiência e produtividade são fenômenos mais complexos do que supunha a teoria tradicional; a consciência de que é necessário conhecer de modo sistemático a influência do ambiente externo sobre as organizações. Segundo Boisier (1992), esta influência cresce quando se estudam problemas administrativos de regiões e sociedades subdesenvolvidas, ou em transição.

Na visão sociológica de Weber (1993), o mundo e as organizações apresentam uma cumplicidade recíproca, decorrentes de um pessimismo cultural, conduzentes à racionalização, através da delimitação do mundo social moderno. Faz-se mister restringir os modos possíveis, eliminando diferenças, dentro de um “cativeiro no colete-de-forças” burocrático de modernidade. Tal colete-de-forças constitui um princípio,

o de ser repositório instrumental e obediente da racionalidade, limitando a incerteza do mundo. Weber defendia que, num futuro previsível, o destino da nossa época faria com que a reprodução dessa modernidade dependesse da existência de um vasto setor de burocracias públicas e privadas e que a disciplina racional atravessaria todas as relações de autoridade.

Weber (1993) afirmava que a burocracia constitui um modo de organização em que a dominação é do tipo racional-legal, no qual a autoridade para o comando assenta-se em um conjunto de normas e regras. Esta advinha do conceito de “autoridade racional-legal”, legitimada no conjunto de normas escritas que definem as relações de mando e subordinação, em que a técnica é considerada como argumento ou critério de superioridade. A burocracia constitui uma forma ou tipo de dominação, legitimada pela crença no valor das regras e normas escritas. Diferencia-se da dominação tradicional (crença na tradição) e da carismática (crença no carisma).

A tipologia proposta por Weber baseia-se em tipos ideais, em que as três formas de obediência advêm de 3 tipos de dominação. Racional é a dominação baseada na crença da legalidade da ordem e dos títulos dos que exercem a dominação. Tradicional é a dominação fundamentada na crença do caráter sagrado das tradições antigas e na legitimidade dos que são chamados pela tradição a exercer a autoridade. Carismática é a dominação que se baseia no devotamento fora do cotidiano, justificado pelo caráter sagrado ou pela força heróica de uma pessoa e da ordem criada ou revelada por ela. Weber esclarece que a realidade é sempre uma mistura ou confusão desses três tipos puros.

Outro conceito importante legado por Weber, em seu livro *Economia e Sociedade*, é a definição de ação social, de onde advém o conceito sociológico de racionalidade. Ele distinguiu quatro tipos de ação social: a racional no tocante aos fins, a racional no tocante aos valores, a afetiva e a tradicional. Vê-se, assim, que Weber estabelece diferentes classificações. E chega sempre à fórmula da ação racional em relação a um fim, que é o tipo ideal da ação econômica ou política, destacando que a ação emocional está sempre presente nestas classificações. A ação tradicional se transforma, às vezes, em ação religiosa e, na verdade, a religião é uma forma de tradição.

Diz-se que é substancialmente racional todo ato intrinsecamente inteligente que se baseia num conhecimento lúcido e autônomo de relações entre fatos. É um ato que atesta a transcendência do ser humano, sua qualidade de criatura dotada de razão (razão que preside o ato “intelectual”).

A racionalidade que a tecnologia e a industrialização difundem, quando entregues a um processo cego, é a que submete o homem a critérios funcionais, antes que substanciais, de entendimento e compreensão. É nesta perspectiva que se fala hoje dos perigos da massificação, da utilização de técnicas modernas com o objetivo único de aumentar a produtividade a qualquer preço, deixando de lado a preocupação com o ser humano, ou com as conseqüências ambientais.

O exercício de qualquer atividade, cargo ou função, requer a autorracionalização da conduta de seu ocupante ou titular. O indivíduo está orientado, em seu comportamento, por valores, isto é, por estimações e avaliações, das quais decorre a sua concepção de mundo, e seu ideal de racionalização própria e social, e que consubstanciam sua ética de convicção. A ética da responsabilidade é ingrediente de toda ação administrativa. É o conteúdo subjetivo por excelência.

É necessário um mínimo de consenso social, para que a tensão entre as duas éticas, de convicção e de responsabilidade, mantenha-se num grau que permita às organizações operarem segundo as expectativas normais de produtividade e eficácia. A tensão entre as éticas varia segundo o tipo de organização; numa escala gradativa, pode-se dizer que é mínima nas organizações normativas e máxima nas organizações coercitivas.

Para Weber (1993), nas sociedades antigas, a autoridade repousa na tradição e, em conseqüência, na lealdade e na obediência àquele que detêm o poder. Na sociedade moderna, as bases da autoridade se encontram na supremacia da razão e no contrato social.

Segundo Bobbio, Matteuci e Pasquino (1986), o poder é concebido como a capacidade de agir do indivíduo, mas também como a capacidade de determinar o comportamento de outro indivíduo. É o exercício de poder do homem sobre o homem.

O poder como fenômeno social é entendido como uma relação entre os homens e entre os grupos que eles compõem, mas as diversas concepções de poder divergem ainda quanto à identificação dos elementos e fatores que provocam o acontecimento de um

fenômeno de poder. Diversos autores concordam com a divisão entre uma categoria simétrica de poder, que ressalta o caráter benigno e comunal deste, e uma categoria assimétrica, que pressupõe relações sociais e políticas que apresentam sinais de resistência e conflito.

O poder interpretado sob o enfoque da desigualdade encerra uma noção que focaliza as capacidades diferenciais para assegurar as vantagens e os recursos valiosos, mas escassos, dos atores dentro de um sistema. Se interpretado sob o enfoque de aquiescência ou controle, enfatiza o predomínio da vontade de uns sobre a vontade de outros.

Para Weber (1993), o poder representa a probabilidade de que um ator, em uma relação social, possa realizar sua própria vontade, apesar da resistência de outros, independentemente da base na qual essa probabilidade repousa. A classificação weberiana de poder é estabelecida em relação estreita com o conceito de autoridade, pois enquanto o poder exige o emprego da força, a autoridade representa uma forma de poder que não implica no uso da força.

No plano organizacional, o fenômeno do poder está em estreita relação com a estrutura, na medida em que é no arcabouço estrutural que ocorrem as ações que estabelecem as condições necessárias para as relações de poder.

As bases do poder, nas relações interpessoais entre detentor e receptor, são: coerção (capacidade de punição), recompensa, legitimidade (direito adquirido), referência (imitação) e especialização (reconhecimento da competência do influenciador). Segundo Clegg, Hardy e Nord (1999), a análise do poder nas organizações, baseada nas fontes ou bases, carrega um problema inevitável, que é a invariabilidade, pois, nas organizações, o poder resulta de um processo dinâmico, em razão da dinamicidade dos elementos da estrutura organizacional, para a qual a mudança representa fonte de informação sobre a alteração do arranjo de poder.

As comunidades, ou organizações, constituem coalizões de interesses díspares, com objetivos múltiplos, nas quais os indivíduos procuram alcançar seus objetivos pessoais, ou do seu grupo, ou os objetivos mais amplos da coalizão em que estão integrados. Desses arranjos e jogos de força, emergem naturalmente conflitos. Um conflito pode ser definido como uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e

coletividade, que indicam choque para o acesso a recursos escassos. Para Morgan (1986), o conflito organizacional é identificado em três níveis: pessoal, interpessoal e grupal.

Entre as correntes de pensamento que enfocam e avalizam a existência de conflitos na vida social, destacam-se duas: a corrente marxista (centro de atenções na luta de classes) e a corrente liberal (que põe em relevo a instância superestrutural, onde ocorrem as bases do conflito). Para a corrente marxista, a necessidade do exercício do controle existe pela contradição criada, como conseqüência da separação do trabalho e da propriedade dos meios de produção no capitalismo.

Dessas diferentes visões de conflito, decorrem também diferentes proposições em relação ao controle de gestão, o qual, se visto como um sistema de técnicas, pode ser compreendido como um mecanismo utilizado para transmitir informação e para implantar e regular as atividades, permitindo que se obtenha um certo nível de previsibilidade, tanto da ação como do tipo de execução do proposto. É o processo pelo qual os líderes ou gerentes influem sobre os outros membros da comunidade, para que se ponham em marcha as estratégias coletivas ou de uma organização ou comunidade específica. Para alguns, o controle de gestão deve ser essencialmente hierárquico; para outros, o controle deve derivar de uma autogestão.

A revisão dos tipos de racionalidade é importante para explicar o comportamento e as formas de agir dos moradores que formam a comunidade estudada, como também as relações de poder, controle e conflito, as quais tem influência direta sobre a qualidade de vida dos moradores, fator que será tratado no item que segue.

2.7 Qualidade de vida

Qualidade de vida é um conceito que engloba duas diferentes realidades do ser humano: a realidade do trabalho e a realidade de uma vida social e familiar. Vamos referir-nos a estas duas realidades como sendo a qualidade de vida no trabalho (relacionada ao local de trabalho) e a qualidade de vida fora do trabalho (não relacionada com o local de trabalho). "Qualidade de vida consiste em possuir os recursos necessários para a satisfação de necessidades pessoais, de coisas que se quer e deseja, a participação em atividades que

permitem o desenvolvimento pessoal e a auto-atualização e uma comparação satisfatória entre alguém e os outros, todas as quais são dependentes de experiências prévias e do conhecimento” (BOWLING, 1991, p. 9).

Patterson (1975), *apud* Bowling (1991), identificou certas características julgadas essenciais para qualquer avaliação da qualidade de vida. Estas incluem saúde geral, condição de performance, conforto geral, condição emocional e condição econômica. A qualidade de vida fora do trabalho é acessada fora do ambiente empresarial. Indicadores desta são, por exemplo: posição social; família (ex., se casado, satisfação com o casamento); tempo disponível para o lazer e para outras atividades que não sejam trabalho (vida social). A qualidade de vida no trabalho ocorre dentro do local de trabalho e é entendida aqui como os resultados do trabalho realizado por alguém - resultados positivos estão relacionados a aspectos positivos da qualidade de vida no trabalho. Exemplos destes resultados são: satisfação com o trabalho sendo realizado; recompensas provenientes do trabalho; possibilidade de evolução na carreira, dinheiro recebido com o trabalho realizado. Um índice de qualidade de vida tanto no trabalho quanto fora do trabalho é a condição geral de saúde (física, mental e social) do trabalhador que levam alguém a viver com prazer e com expectativas em relação ao futuro. Entende-se que uma pessoa possui uma boa qualidade de vida se ela tem satisfeitos estes fatores.

Sabe-se que as pessoas dedicam grande parte das suas vidas ao trabalho. Desde que se sai da escola, e em alguns casos antes, a necessidade de achar um trabalho para ser independente e para começar a construir uma vida é um objetivo principal. As ambições pessoais e profissionais precisam ser alcançadas, e a maneira mais certa de conseguir isto é trabalhando. Trabalho é, para uma pessoa normal, 1/3 do seu dia dentro de uma instalação, sem contar o tempo de deslocamento e horas extras. Isto significa que praticamente 1/3 da vida produtiva de alguém é dedicada ao trabalho, e uma significativa parte dos outros 2/3 é relacionada de alguma maneira com o trabalho.

As maneiras pelas quais as pessoas respondem aos seus trabalhos têm conseqüências para a felicidade pessoal destas, para a efetividade da organização em que trabalham e ainda para a estabilidade da sociedade. Esta colocação relaciona o indivíduo à organização e à sociedade. Pode-se dizer que um indivíduo saudável e feliz tem grandes possibilidades de ser um empregado e um membro da comunidade, ou da sociedade, sendo produtivo e que ajuda a organização, ou a comunidade, a alcançar seus objetivos.

Qualidade de vida, também envolve saúde das pessoas. Já que se fala sobre pessoas saudáveis e não saudáveis, é importante definir qual é o conceito de saúde. Uma definição bem ampla é a dada pela Organização Mundial da Saúde, que refere: "Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade" (BOWLING, 1991, p.7). Este conceito foi um marco na definição de saúde, porque mudou o foco de uma saúde negativa (ausência de doença) para uma saúde positiva.

Saúde positiva pode ser descrita como a habilidade de se lidar com situações estressantes, de manter um forte sistema de suporte social, de integração com a comunidade, de alta moral e satisfação com a vida, de bem estar psicológico, e ainda níveis de aptidão física bem como saúde física" (LAMB *et al.*, 1988, *apud* BOWLING, 1991).

A maneira pela qual o ambiente exerce influência no indivíduo e no seu nível de saúde ou má-saúde é através do estresse e do processo de codificação cognitiva (*coping*). Na perspectiva de Noack (1987), os indivíduos possuem capacidades fisiológicas, cognitivas e emocionais específicas que permitem que eles lidem com seus ambientes. Estas podem ser influenciadas por situações tais como pobreza, exaustão física e nível de suporte social, quando entendidas como estressantes pelo indivíduo. O indivíduo que estiver com suas capacidades afetadas terá seu equilíbrio entre saúde e má-saúde alterado e, como consequência, poderá vir a desenvolver doenças que poderão ser ou não ser relativas ao trabalho.

Noack (1987, p. 16) também define duas dimensões para a saúde. A primeira é chamada de **Balanco de saúde** e a segunda de **Potencial de saúde**. Em nível do indivíduo (ele também discute isto em nível de comunidade) **balanco de saúde** é um processo ou um estado interno que é, costumeiramente, tomado como um equilíbrio dinâmico. Parâmetros de balanço de saúde são, por exemplo, necessidades físicas e sociais, sintomas e doenças, ou parâmetros de comportamento físicos e/ou biológicos. **Potencial de saúde** é a capacidade ou um tipo de interação particular entre uma pessoa e o ambiente, que é requerido para manter tal equilíbrio e para restabelecê-lo quando perdido. Fatores relacionados ao potencial de saúde são, por exemplo: boa situação nutricional, resistência imunológica, aptidão física, estabilidade emocional e eficiente padrão de codificação com o estresse psicossocial.

O ponto principal é que saúde é mais do que apenas um estado de estar ou não doente. Saúde é um estado definido por uma série de fatores que afetam e influenciam o indivíduo. Tais fatores existem no ambiente externo em que o ser humano se encontra e no próprio corpo humano. Com relação ao ambiente, estes fatores podem ser achados no local de trabalho ou fora deste, podendo inclusive estar presentes em ambos os ambientes. Alguns exemplos destes fatores são: temperatura; qualidade do ar; perigos; fatos que influenciam a interação social, o bem-estar psicológico e a satisfação. Quando se acessa a qualidade de vida de uma pessoa, deve-se estar ciente de que esta busca envolve o ambiente de trabalho e o ambiente fora do trabalho, com fatores específicos a cada um destes e fatores comuns a ambos, e, acima de tudo, não se deve esquecer que estes fatores influenciam o mesmo indivíduo.

A maneira usual de se acessar a qualidade de vida no trabalho de um indivíduo é através do entendimento de suas atitudes. Atitudes com relação ao trabalho, à tarefa e à organização ajudam a entender se um indivíduo possui qualidade de vida neste. Atitudes individuais de trabalho são importantes indicadores da qualidade de vida no trabalho por si mesmas (STAW, 1984, *apud* LOSCOCCO e ROSCHELLE, 1991). Para medir estes indicadores, utilizam-se os conceitos de satisfação com o trabalho, envolvimento com o trabalho, compromisso com o trabalho, bem como interesse central de vida e proeminência com relação à carreira (LOSCOCCO e ROSCHELLE, 1991, p. 167).

Outra maneira utilizada para se acessar a qualidade de vida é a avaliação do bem estar dos indivíduos. Andrews e Withey (1976) citam que "é a **percepção** (dos indivíduos) de seu próprio bem-estar, ou falta de bem-estar, que fundamentalmente define a qualidade de suas vidas."

Flanagan (1978), *apud* Baker e Itagliata (1982), identificou 15 fatores que definem a qualidade de vida. Estes fatores foram agrupados em cinco dimensões gerais, que são: (a) bem-estar físico e material; (b) relacionamento com outras pessoas; (c) atividades social, de comunidade, e cívicas; (d) desenvolvimento e satisfação pessoal; e (e) recreação.

A pesquisa literária acima exposta, teve como objetivo discutir alguns conceitos de acordo com a visão de diversos autores, para dar a sustentação necessária na análise dos dados obtidos, na interpretação das informações colhidas junto aos moradores da comunidade e nas conclusões dessa dissertação, que constituem os capítulos seguintes.

3 METODOLOGIA

No presente capítulo, apresentamos e justificamos a metodologia empregada na pesquisa e detalhamos os procedimentos específicos utilizados na coleta de dados.

O trabalho de pesquisa foi realizado na Comunidade de Colônia Nova, município de Aceguá, desmembrado de Bagé, e instalado em 01-01-2001. Este projeto de pesquisa foi iniciado em 1999, quando foram realizadas diversas atividades no intuito de colher material, para fazer uma apresentação sobre a formação e a evolução econômica e social da população que compõe a comunidade em estudo, o que possibilitou acumular informações relativas à cultura, religião, união, trabalho e tecnologias empregadas pela comunidade, visando identificar e compreender as razões que propiciaram seu desenvolvimento distinto.

Desta forma, este trabalho está de acordo com o que diz Trujillo, citado por Marconi e Lakatos (1990), isto é, que a pesquisa deve ter como objetivo tentar conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no mundo existencial. Sobre isso, Bunge, também citado pela mesma autora, diz que a pesquisa tem como finalidade a acumulação de dados e compreensão dos fatos levantados, tentando responder às necessidades de resolução, ou explicação de situações da vida prática.

Minayo (1994) define pesquisa como a atividade básica de indagação e compreensão da realidade. Embora seja uma prática teórica, vincula pesquisa com ação, visto que, de modo geral, nada pode ser um problema teórico, se não tiver sido antes um problema na vida prática.

Assim sendo, o trabalho se enquadra nas classificações de Ander-Egg (1978) e Best (1972), citados por Marconi e Lakatos (1990). Ander-Egg caracteriza, como pesquisa aplicada, aquela em que os seus resultados podem ser aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorram na realidade. Best acrescenta

classificações nas quais se enquadra este trabalho, que são: a pesquisa histórica, que descreve o passado para compreender o presente e prever o futuro; e a pesquisa descritiva, que descreve, registra, analisa e interpreta os fenômenos atuais. A compreensão do presente, através do passado, como afirma o autor, pode servir para embasar e melhorar as discussões sobre as alternativas para o futuro, sem que se queira propriamente “prever o futuro”.

Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se apóia também em dados quantitativos secundários para embasar as suas afirmativas e auxiliar na análise de seus resultados. De acordo com Triviños (1987), toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa, desde que os dados estatísticos levantados sejam aproveitados para buscar e analisar a informação de uma forma mais ampla. Minayo (1994) afirma que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, tais como: motivos, aspirações, costumes, crenças, traços culturais, valores e atitudes, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. E, ainda, que a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas em um lado não perceptível e não captável das equações, médias e estatísticas. Entretanto, afirma Minayo (1994), o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem; pelo contrário, complementam-se, pois a realidade abrangida por eles interage, dinamicamente.

A abordagem qualitativa tem, no Estudo de Caso, um tipo de pesquisa dos mais relevantes. Estudo de Caso, segundo Triviños (1987), é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa, aprofundadamente, sendo determinada de acordo com o tipo e pela abrangência da unidade. Bressan (1995) afirma que o método de Estudo de Caso é indicado para responder às perguntas “como” e “por quê”, que são questões explicativas nos estudos que tratam de relações operacionais que ocorrem ao longo do tempo. Neves (1985) considera importante o Estudo de Caso para a análise de situações concretas, capazes de fornecer referenciais das relações sociais, das práticas de diferentes agentes, da interferência de fatores políticos, ideológicos, culturais, do jogo de forças e das representações sociais existentes, possibilitando uma análise profunda.

Triviños (1987), citando os diferentes tipos, mostra que o Estudo de Caso de uma comunidade, tende a constituir uma pesquisa complexa, em que, mesmo setorizando a unidade em exame, não se pode perder a visão integral do foco em análise. Esse estudo

enquadra-se neste tipo. Stablein (1996) distingue o tipo de dados gerados pelo Estudo de Caso de outros delineamentos de pesquisa, como o experimento, a *survey*, e classifica os estudos de caso em (1) etnográficos – orientados para representar a realidade nativa dos participantes; (2) casos que geram teoria – orientados para proposições teóricas generalizáveis, em que o ponto de partida da pesquisa é a perspectiva do pesquisador e não dos sujeitos pesquisados; (3) casos exemplos, mais comuns na pesquisa organizacional.

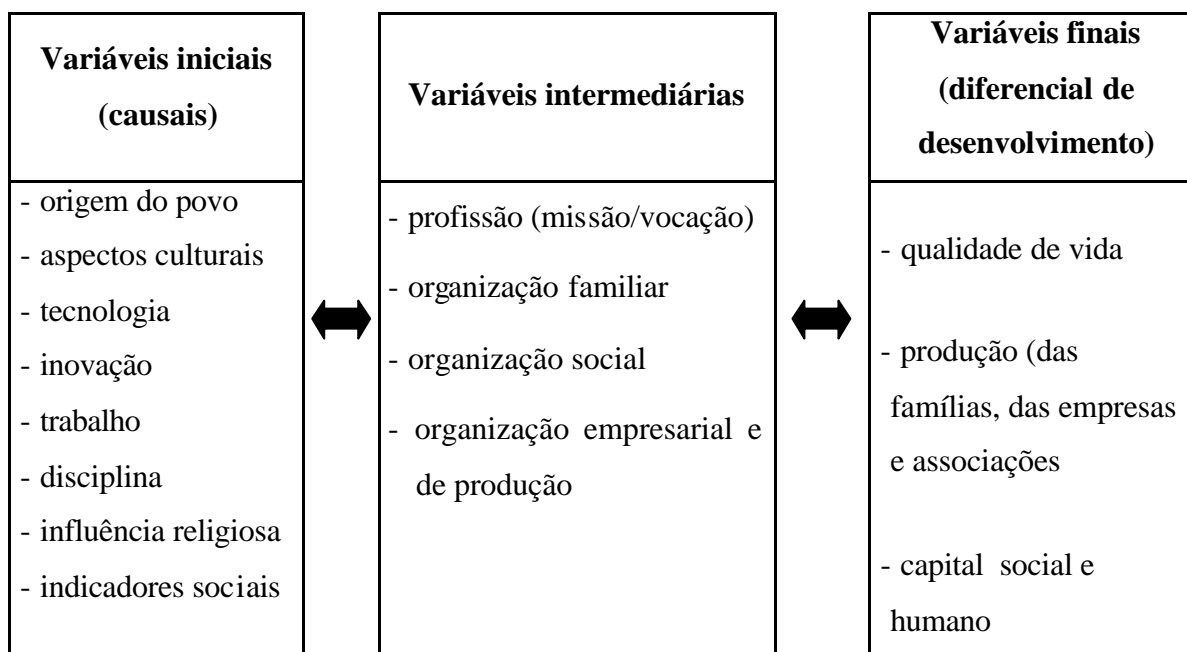
A coleta de dados dá-se através da combinação de diversas fontes e metodologias, baseando-se na técnica de triangulação. A técnica da triangulação na coleta de dados, de acordo com Triviños (1987), tem como objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo e parte do princípio de que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro-realidade social. A todo momento, recomenda-se ter em conta três perspectivas de um mesmo fator, o que ajuda a verificar a informação (comprovação cruzada) e a melhorar a sua precisão.

Neste estudo, outras informações foram coletadas por meio de pesquisa documental. A diferença desta para a pesquisa bibliográfica reside na natureza da fonte da informação. A pesquisa documental, ao invés de utilizar a contribuição dos diversos autores sobre o assunto em questão, baseia-se naqueles materiais que não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reestruturados, conforme os objetivos da pesquisa (GIL, 1999).

Santos Filho (1995) afirma que o propósito fundamental da pesquisa qualitativa é a compreensão, explanação e especificação do fenômeno, privilegiando uma análise interpretativa que considere como se formam a postura e o comportamento de indivíduos, definindo os elementos ou variáveis que influenciam neste processo, quer relativos à sua socialização, quer relativos à sua atividade individual. Ou seja, a pesquisa qualitativa busca compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos, trabalhando com a vivência, a experiência, a cotidianidade e com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana, mostrando que a linguagem e as práticas são inseparáveis (MINAYO, 1994).

Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, optou-se pela investigação de algumas variáveis que, presumivelmente, podem ter influenciado, positivamente ou negativamente, o grau de desenvolvimento que a comunidade apresenta, a partir de hipóteses subjacentes e perspectiva do pesquisador.

Para explicar o diferencial de desenvolvimento, construiu-se o seguinte modelo de análise, que usa as idéias da escala de Likert⁵, em relação à existência de variáveis causais, intermediárias e finais.



O modelo busca respostas, objetivando demonstrar como as variáveis pressupostas, influenciaram o desenvolvimento diferenciado da comunidade. Tenta estabelecer as relações das variáveis e seus resultados, em função das convergências destas que, teoricamente, deram à comunidade, objeto do estudo, as características de diferencial constantes no modelo e tidas como relevantes para a evolução econômica e social desta comunidade.

As respostas a essa questão, da relação das variáveis e os diferenciais de desenvolvimento, deverão ser obtidas através do estudo e análise das opiniões ou percepção dos respondentes, da vivência do pesquisador junto à comunidade, dos dados e indicadores coletados, que fazem parte dos próximos capítulos desta dissertação.

⁵ Também chamada de escala somatória, proposta por Rensis Likert, em 1932.

3.1 Entrevistas semi-estruturadas sobre a evolução da colônia

De acordo com Minayo (1994), a história de vida é uma forma de entrevista semi-estruturada que, utilizada como estratégia de compreensão da realidade, permite retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos, comunidades ou organizações. Ela permite um diálogo intenso entre pesquisador e entrevistado, além de fornecer um material extremamente rico, no qual se pode encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual.

Marconi e Lakatos (1990) afirmam que a história de vida se constitui em importante fonte de dados, tendo em vista que, através dela, o pesquisador descobre a concepção que o indivíduo tem de seu papel e de seu status nos vários grupos dos quais é membro. Thompson (1992) menciona que a história oral é uma história construída em torno das pessoas, lançando a vida dentro da própria história e, com isso, alargando o seu campo de ação. Além disso, traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. O mesmo autor cita ainda que o valor histórico do “passado lembrado” proporciona informação significativa e, por vezes, única daquele momento, podendo transmitir a consciência individual e coletiva deste passado, e fazem com que esta perspectiva histórica permita avaliar o significado a longo prazo da história.

As entrevistas se constituíram em uma importante fonte de informações, pois

“algumas vezes é o único meio de obter a informação necessária para a pesquisa. E tem certas vantagens que outros métodos não têm. (...) Uma das grandes vantagens da entrevista é sua profundidade. Os pesquisadores podem ir mais abaixo da superfície das respostas, determinando razões, motivos e atitudes”.(KERLINGER, 1980, p. 350).

Para este trabalho, foram realizadas 12 entrevistas semi-estruturadas com o intuito de dar destaque aos aspectos informativos relevantes à pesquisa. Adotou-se o critério de amostragem estratificada dos entrevistados, a população foi dividida em subgrupos, buscando aqueles que, teoricamente, dispõem de um maior conhecimento, em relação aos fatores objeto da pesquisa, cujas informações contribuiriam para o melhor desenvolvimento dessa dissertação. Foram verificados os aspectos culturais, de acordo com os valores e opiniões emitidas, o que permitiu a reflexão sobre a evolução da comunidade em estudo. Estas entrevistas foram realizadas, seguindo-se roteiro prévio, do qual constaram os itens de interesse da pesquisa (Anexo 1).

3.2 Forma de execução

Na primeira etapa, levantaram-se as informações existentes relativas às condições sócio-econômicas da comunidade, através da coleta de informações junto às principais entidades locais: Associação de Moradores, Escola Menno Simons, Igreja Evangélica Irmãos Mennonitas, Cooperativa Mista Aceguá (CAMAL), Coopersul, órgãos do município de Bagé que dispõem de dados estatísticos do Distrito (Colônia Nova), relatórios do processo de emancipação e publicações referentes à região contendo subsídios do processo de crescimento econômico e social, durante os 50 anos que se passaram desde a sua implantação.

A segunda fase do trabalho está constituída de um referencial básico, que permite uma visão integrada do assunto, para, através de uma fundamentação teórica, definir e posicionar os fatores relevantes que, de alguma forma têm participação direta no modelo de desenvolvimento que a comunidade apresenta, com a expectativa de poder contribuir com aqueles que têm interesse pela área, fornecendo dados e argumentações consubstanciadas sobre alguns fatores considerados decisivos para que se alcançasse o **desenvolvimento distintivo**, objeto desse estudo, quais sejam: cultura, religião, união, trabalho, inovações tecnológicas, fé em Deus e redes de associação e cooperação .

Nesta fase, realizou-se também uma investigação histórica sobre as origens dos colonizadores, além do detalhamento relativo à formação do Distrito, à sua expansão territorial, à distribuição de áreas por família, do número destas e à sua composição, principais aspirações e projetos de vida dos que constituem e sustentam o processo de desenvolvimento local. Para isto, colheram-se informações junto aos primeiros habitantes “imigrantes”, ou seja, aqueles que têm uma maior participação na sociedade e que conseqüentemente, mais puderam contribuir fornecendo dados, informações históricas e relatos de como a comunidade foi fundada e como evoluiu. Para isso, realizaram-se visitas de observação e acompanhamento da população local, buscando vivenciar, junto aos componentes da comunidade, seus hábitos, seus costumes e seus comportamentos, o que possibilitou a obtenção de um embasamento fundamentado para a condução da dissertação.

Na terceira fase, realizou-se a coleta através de entrevistas semi-estruturadas; selecionaram-se os casos pelo método de amostragem estratificada, considerando que os

indivíduos do grupo em estudo são bastante semelhantes entre si, o que permite que se obtenha uma amostra fidedigna, mesmo que um pequeno grupo de pessoas representativas da comunidade seja entrevistado. Foram realizadas 12 entrevistas, tendo como critério de escolha parâmetros, tais como: ser residente na comunidade, ser descendente dos primeiros colonizadores, possuir instrução suficiente para responder aos questionamentos de forma consciente, ter participação destacada na sua área de atuação. Tais entrevistas tiveram como objetivo buscar informações consistentes e reais, relativas aos aspectos culturais, religiosos, de formação social, de distribuição de renda da população, de projetos de vida, de organização familiar, de aspectos cooperativos, de influências geográficas, de atividades produtivas, de formação profissional, de contribuição étnica como determinante do desenvolvimento diferenciado, de culto à língua e às tradições festivas.

De posse dos dados levantados e das informações colhidas nas três fases referidas acima, foi feita a análise e, como consequência, buscou-se identificar e compreender, de forma mais completa e consubstanciada, as razões que levaram esta comunidade de pessoas ao grau de desenvolvimento distintivo que apresenta atualmente.

4 A COMUNIDADE DE COLÔNIA NOVA

O povo de origem Mennonita (evangélica) tem raízes na Suíça (séc. XVI) e na Alemanha, na época da reforma conduzida por Martin Lutero. Foram perseguidos por batizarem somente pessoas adultas, motivo pelo qual foram chamados de “anabatistas”; por valorizarem os ensinamentos bíblicos (base e guia absolutos de vida). Espalharam-se, refugiando-se, pela Europa. Um grupo da Holanda, liderado pelo sacerdote Menno Simons, fez com que fossem redenominados de “Mennonitas”; outro grupo refugiou-se nos pantanais da Prússia, atual Polônia. O trabalho, a união, a honestidade e o êxito dos Mennonitas foram capazes de transformar terras inaproveitáveis em bonitas granjas e fazendas rentáveis. Esse desbravamento levou a Imperatriz Catarina II, da Rússia, a convidar os Mennonitas, no século XVIII, a colonizarem as terras conquistadas na guerra com a Turquia. Ali criaram um celeiro de grãos, especialmente de trigo, no vasto território russo. No início da 1ª Guerra Mundial, somavam 120.000 na Rússia.

Com a Revolução de 1917, em que o regime comunista assumiu o poder, a colonização Mennonita perdeu seus privilégios, suas propriedades foram desapropriadas e eles foram perseguidos. Em 1929, dos 120.000 colonos, restaram 6.000, que emigraram para Alemanha e China. Em 1930, parte deste grupo que emigrara para a Alemanha, com o auxílio dos Mennonitas holandeses e americanos, emigrou para o Chaco Paraguai e outra parte para o município de Ibirama - SC - Brasil.

Esse grupo que se instalou no Brasil dedicou-se ao cultivo de milho e mandioca, por vinte anos. Porém, o que sabiam mesmo fazer era plantar trigo. Por isso, parte desses colonos resolveu emigrar para os EUA e Canadá; os que resolveram permanecer no Brasil continuaram a buscar terras férteis para produzir trigo.

A chegada da colonização Mennonita brasileira, em Bagé, ocorreu pelo interesse despertado por um artigo escrito por Georg Fuchs, na década de 40, que referenciava o avanço da triticultura no extremo sul do Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai, área própria para o plantio do trigo.

Deste grupo, que havia se instalado em Ibirama – SC, formou-se uma delegação que visitou a referida região. O relato da visita entusiasmou a colonização Mennonita (86 famílias) e, em assembléia, decidiram, de imediato, arrendar uma pequena área de 400 ha, em Seival (Bagé, hoje município de Candiota), em 1949. Iniciaram com recursos próprios, lavrando a terra com dois tratores, de rodas de ferro (ainda existentes), e arado com tração animal, mas continuavam procurando terras na região e, através de amizades, os líderes encontraram a área que hoje é Colônia Nova.

4.1 Processo e evolução da colonização

Iniciou-se a negociação com o Sr. Plínio A. Silveira da Rosa, proprietário de 2.256 ha (26 quadras de sesmaria), no sub-distrito de Aceguá - Bagé, cerca de 45 km da sede do município e 30 km da fronteira com o Uruguai. Foi efetivada, em 19.07.1949, a aquisição de parte dessa área (1000 ha) pelo preço de US\$ 6.000 a quadra, a ser pago em dois (2) anos, sendo que os 1256 ha restantes foram arrendados por quatro anos, com o compromisso de compra e venda. O então proprietário confiou na palavra dos colonos; não houve aval, nem garantia, nem pagamento de entrada.

Os imigrantes Mennonitas, de origem alemã, que mal falavam português, sabendo que nada possuíam para pagar a terra, firmaram, então, um compromisso mútuo: “um por todos e todos por um”.

Dessa maneira, a área foi dividida em lotes de 15 e 30 ha; cada família poderia adquirir, no máximo, um lote e poderiam instalar-se, no máximo, duas famílias por lote. Esses colonos tiveram apoio dos Mennonitas holandeses e americanos, através de empréstimos, por quatro anos, para transformar os “xircais”⁶ em grandes lavouras de trigo.

Em pouco tempo, o sonho desses colonos Mennonitas concretizava-se. A evolução ocorreu rapidamente, através do processo de mutirão, fortalecido pelo “trabalho árduo, união e fé em Deus”, no período, ocorreram os seguintes fatos e mudanças:

1950: aquisição de mais 303 ha, para 10 famílias curitibanas.

⁶ XIRCAIS – arbusto comum na região, que atrapalha o desenvolvimento do pasto nativo, diminuindo a lotação de animais, por hectare.

1952: aquisição de mais 114 ha, para 5 famílias catarinenses (Hoffnung).

1953: aquisição de 600 ha, para a família Neufeld, que dividiu a área em 9 lotes. Até então, somavam-se 112 famílias, totalizando 3.273 ha. Continuou o avanço tecnológico e a rápida mecanização da lavoura, propiciada pela facilidade de crédito e pelo sucesso da cultura do trigo.

1955: foram comercializadas 7.200 toneladas de trigo.

1956: foi fundada a Cooperativa Tritícola de Aceguá Ltda., devido às dificuldades encontradas para comercializar a produção de grãos. Primeiro presidente: Sr. Geraldo Friesen.

1959: o povoado possuía 204 famílias, 78 tratores, 93 carroças, 228 cavalos e 13 caminhões. Porém, surgiram grandes dificuldades, devido às condições climáticas e sanitárias, diminuindo a cultura do trigo. Aumentaram as dívidas com os bancos, que levaram a moratórias e vendas de propriedades.

1959 a 1971: a povoação diminuiu em 50 %; 110 famílias emigraram para outros estados e o exterior. Os colonos que permaneceram investiram no sonho de reconstrução. Esse grupo, através de suas lideranças – Igreja, Cooperativa e comunidade – uniram-se e, em 24.10.59, 87 produtores fundaram a Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda., hoje CAMAL. Esta cooperativa foi a alternativa encontrada para buscar a recuperação e reestruturação econômica, através da pecuária leiteira.

1961: foi construída a primeira fábrica de laticínios, para produzir queijo e manteiga. Investiu-se em rebanho holandês e pastagens artificiais.

1966: iniciou-se a construção do Hospital, com recursos próprios e doação da Central Evangélica da Alemanha.

1968: projetou-se a eletrificação rural, necessária para subsidiar a expansão da pecuária leiteira, quando foi criada uma pequena cooperativa, origem da COOPERSUL, fundada em 20 de outubro de 1972.

1969: a região atingiu a posse de 2.476 cabeças de gado. Em março desse mesmo ano, foi inaugurado o Hospital de Colônia Nova.

1970: um projeto (inicial) de Crédito Fundiário, para 45 famílias, para aquisição de 1.350 ha, foi aprovado. A área passou a ser chamada de Colônia Presidente Médici.

1973: foi criada a Sociedade Recreativa Minuano, objetivando o esporte, o lazer e o bem-estar social da comunidade.

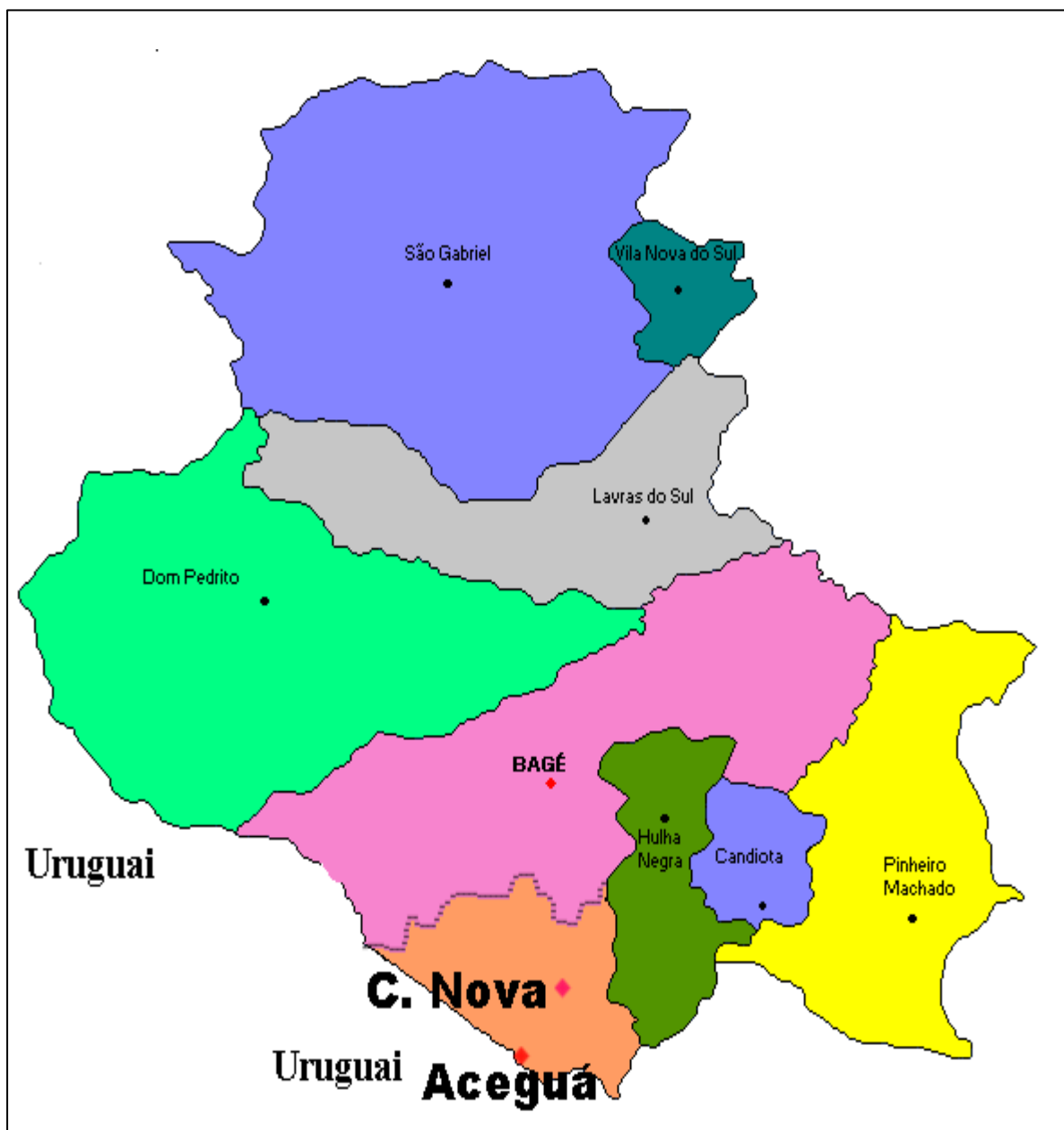
1987: criação da CAMAL – Cooperativa Mista Aceguá Ltda.

1998: adquirida nova área de 4.022,7 ha, denominada de Colônia Pioneira, para assentamento de 80 famílias, todos filhos de pequenos agricultores da região, com recursos oriundos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

O processo de estabilização social e econômica, finalmente recomeçou, respondendo, assim, ao investimento mútuo de “trabalho, união e fé”, fortalecido pelo apoio técnico e financeiro de entidades de classe. Melhorias foram feitas, recuperou-se e restaurou-se a infra-estrutura local, melhorando as condições das estradas municipais e rurais. O investimento na formação técnica de filhos dos colonos Mennonitas (professores graduados, dentista, médico, contadores, veterinários, agrônomo, engenheiros) que retornaram ao “seio familiar”, auxiliou no crescimento e desenvolvimento do que, hoje, é a Colônia Nova, Colônia Médici e a nova “Colônia Pioneira”.

O exposto, em alíneas, em ordem cronológica de 1950 a 1973, tem o objetivo de descrever a trajetória evolutiva da colonização, tendo como ponto de estímulo e organização social a estratégia de “mutirão”, que está baseada no trabalho coletivo e de unidade, na produção da comunidade envolvida.

Hoje o novo município de Aceguá, desmembrado de Bagé em 2000, tem uma área territorial de 1551 Km² e uma população de aproximadamente 7.000 habitantes, sendo que o seu principal distrito é a comunidade de Colônia Nova, onde se situa o hospital da cidade. O novo município faz divisa com Bagé, município-mãe, com Hulha Negra e tem uma grande fronteira seca com o Uruguai. Para melhor localizar o município em carta geográfica, ver figura 1. Também está destacado no mapa o distrito de Colônia Nova.



Fonte: Comissão de Emancipação do Município de Aceguá

Figura 2 - Mapa de localização Aceguá – Colônia Nova

Os vários núcleos de menonitas compõem, atualmente, 213 domicílios (famílias), com 747 habitantes e 86 estabelecimentos agropecuários, responsáveis, atualmente, por 90 % da produção leiteira da região de Bagé, distribuídos em diversas áreas (ver tabela 1). Destaca-se que os dados de produção da Colônia Pioneira, estão enquadrados como “outros”, já que a colonização ainda está em fase de implantação.

Tabela 1 - Produção dos núcleos de Mennonitas de Colônia Nova – 1998

Núcleos	Áreas (ha)	Gado leiteiro (cabeças)	Gado de corte (cabeças)	Leite (litros)	Feno (ton)	Silo (ton)
C. Nova	2.256	3.731	531	3.217.054	194	4.575
C. Curitibanos	303	557	45	666.945	120	890
C. N. Hoffnung	114	40	27	65.168	12	70
C. N. Neufeld	600	310	45	356.026	17	470
Sub-total	3.273	4.178	648	4.305.196	343	6.005
C. Médice	1350	1.221	286	1.899.000	157	3.126
Outros (*)	-	161	3.250	323.500	20	412
Total	4.623	5.560	4.184	6.527.693	520	9.543

Fonte: dados dos núcleo de Colônia Nova - Julho 1999

(*) Produtores de leite, moradores da colônia, com estabelecimentos em outras áreas.

Dentre as entidades representativas do Distrito de Colônia Nova, destacam-se as seguintes:

- **Comunidade da Colônia Nova:** é constituída por uma associação de moradores, de personalidade jurídica, mantenedora do Hospital Colônia Nova e da Escola Menno Simons; é a entidade responsável pelos projetos de colonização, de saneamento básico, estradas, telefonia, assuntos culturais; é a principal interlocutora e representativa das colônias com entidades públicas.
- **Igreja Evangélica Irmãos Mennonitas:** com sede em Colônia Nova, constitui entidade religiosa, legalizada, objetivando a vida espiritual, a evangelização, a educação cristã e a assistência social; tem uma Igreja em Bagé;
- **Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda – CAMAL:** constitui uma cooperativa, legalizada, com instalação principal em Colônia Nova e sede administrativa em Bagé;
- **COOPERSUL:** constitui sociedade cooperativa, legalizada, com sede em Bagé, tendo sido criada por pessoas de Colônia Nova; atua na eletrificação rural;

- **SOREMI:** Sociedade Recreativa Minuano, que tem sede em Colônia Nova; sua atuação está voltada para o lazer, recreação, esportes;
- **Escolas:**
 - Estadual: Escola Júlio de Mello (em Colônia Nova);
 - Municipais:
 - E. M. Manoel de Abreu
 - E. M. São João de La Salle
 - E. M. João Segundo Lima
 - E. M. Santa Rita de Cássia
 - Particular: Escola de 1º Grau Menno Simons, em Colônia Nova
- **Hospital de Colônia Nova:** presta serviços ambulatoriais e de internação, possuindo 42 leitos (32 para o SUS); possui diversos convênios;
- **Posto da Brigada Militar**
- **Posto telefônico CRT:** possui linhas para telefones comerciais, residenciais, fax e conexão internet;
- **Lar Ebenezer** – Centro de Recuperação para Drogados; a comunidade Mennonita assumiu esse centro, com apoio da Prefeitura Municipal de Bagé.

Aspectos relevantes da comunidade de Colônia Nova, preservados e cultivados em todas as colônias que compõem o distrito:

- **língua alemã:** que é falada na comunidade até os dias atuais. Dos pioneiros, muitos têm este idioma como única forma de comunicação, fato este que se constata mesmo em público, visto que, nos lares, a língua alemã é a mais utilizada; as crianças somente aprendem a língua portuguesa, quando entram na escola.
- **Educação:** existe uma conscientização geral de que o aprendizado constitui a base para o desenvolvimento cultural, social e econômico da comunidade. Esta premissa cultural fica evidenciada pela realidade na área educacional:

- crianças dos 7 aos 14 anos: todos na Escola;
- jovens dos 15 aos 25 anos: 80% com 2º grau completo;
- dentre a população adulta, 60 habitantes, que correspondem a cerca de 8% da população local, têm o curso superior completo (no Rio Grande do Sul, somente cerca de 3% dos adultos possuem curso superior completo, conforme censo do IBGE/96).
- analfabetos: índice zero (no RS, cerca de 10% são analfabetos).

A principal escola da comunidade, com aproximadamente 200 alunos, possui características peculiares, pois difere das escolas estaduais comuns em relação às fontes de recursos, os quais são custeados, conjuntamente, pelos governos federal, estadual, municipal, consulado alemão e irmãos Mennonitas. Isto permite que a escola ofereça um ensino de padrão diferenciado, pois, além da boa formação de seu corpo funcional, também dispõe de recursos para acompanhar as necessidades de evolução tecnológica. Os alunos, ao ingressarem na escola, trazem uma bagagem de conhecimentos próprios da comunidade que, somados ao plano pedagógico tradicional, permitem um destacado índice de aproveitamento, quando se transferem para outras escolas de Bagé ou até mesmo do exterior.

- **Religião:** a grande maioria da população professa a religião evangélica, que funciona como “amálgama” ou “fonte de união” da comunidade Mennonita. Observa-se a cultuação dos costumes religiosos, que funcionam como disciplinadores e orientadores das ações nas famílias, na convivência social e no trabalho.
- **Cultura:** os aspectos culturais distintivos são, notoriamente, perceptíveis no dia-a-dia da comunidade. São cultuadas as tradições alemãs, que transparecem em hábitos alimentares, manutenção de um elevado padrão de construção de moradias, cultivo de flores nos jardins, realização de festas comunitárias, músicas de bandinha, centralização das decisões em determinadas lideranças e cultivo de referências históricas. A comunidade já assimilou vários traços culturais brasileiros, em especial, dos gaúchos, como, por exemplo, trajes

gauchescos, criação de cavalos para esporte, alimentação com base na carne bovina e repertório musical.

- **Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda – CAMAL:** constitui um dos pilares da comunidade de Colônia Nova; o desenvolvimento da entidade é a prova e o testemunho de um sucesso no ramo, tendo, como ponto alto, o processamento e a industrialização de produtos lácteos. Hoje, a CAMAL divide-se em produção de laticínios (50% do faturamento), que representa cerca de 90% do leite e derivados produzidos na região de Bagé; setor de cereais (35% do faturamento), distribuídos em diversas culturas (ver Tabela 2); e outros como: mercados, loja e ferragem (15% do faturamento). Também é integrante de uma central de cooperativas junto à SEAGROSUL com sede em Pelotas, onde participa com 33% do capital social. Destacam-se, entre os produtos lácteos: queijo, iogurte, doce-de-leite, manteiga, requeijão, nata e outros. Os produtos são colocados no mercado com a marca “IBAGÉ”.

Tabela 2 - Produção de grãos comercializados pela CAMAL - 1999

Produtos	Quantidade Kg
Arroz	19.000.000
Sorgo	16.000.000
Milho	800.000
Trigo	1.800.000
Cevada	1.300.000
Soja	800.000
Aveia	480.000
Outros	120.000

Fonte: Cooperativa Mista Aceguá - 2000

- **Projetos de colonização:** Recentemente, foi implementado um projeto de colonização chamado Colônia Pioneira, numa de área de 4.022,7 ha, onde estão sendo assentadas 80 famílias, filhos da própria própria comunidade menonita da região. O diferencial deste projeto de reforma agrária, em

relação aos demais (originalmente do Movimento Sem Terra - MST), é que as famílias são constituídas por filhos de colonos e, portanto, começam as suas atividades amparados por uma estrutura familiar e comunitária que lhes dá sustentação financeira e tecnológica, elevando a probabilidade de sucesso. Outro fator relevante é a formação cultural e religiosa destes novos proprietários rurais que lhes confere, como seus antecessores, uma grande capacidade de luta contra as dificuldades: persistência e união.

- **Filosofia:** TRABALHO, UNIÃO E FÉ EM DEUS.

4.2 Dados sócio-econômicos da comunidade

Neste trabalho foram consultadas, como fontes de pesquisa, os cadastros dos membros da Igreja Irmãos Mennonitas, dos sócios da Comunidade Colônia Nova, os balanços e dados da Cooperativa Mista Aceguá, Prefeitura Municipal de Bagé e IBGE. Dados complementares foram obtidos pelo autor do estudo, visando embasar a pesquisa qualitativa.

As análises que seguem têm como objetivo ratificar e consolidar as afirmações e projeções em relação ao desenvolvimento econômico e social, que a comunidade objeto desse estudo ostenta.

Tabela 3 - Domicílios familiares de Colônia Nova - 1999

Domicílio familiar	Quantidade	%
Quantidade de famílias	213	----
Quantidade de pessoas	747	100,00
Quantidade de pessoas do sexo masculino	384	51,41
Quantidade de pessoas do sexo feminino	363	48,59
Quantidade de eleitores	494	66,14

Fonte: Comunidade Colônia Nova, (julho de 1999)

A Tabela 3 contém um apanhado completo do número de famílias e como estas estão compostas, podendo-se perceber que a média é de 3,5 pessoas por unidade familiar,

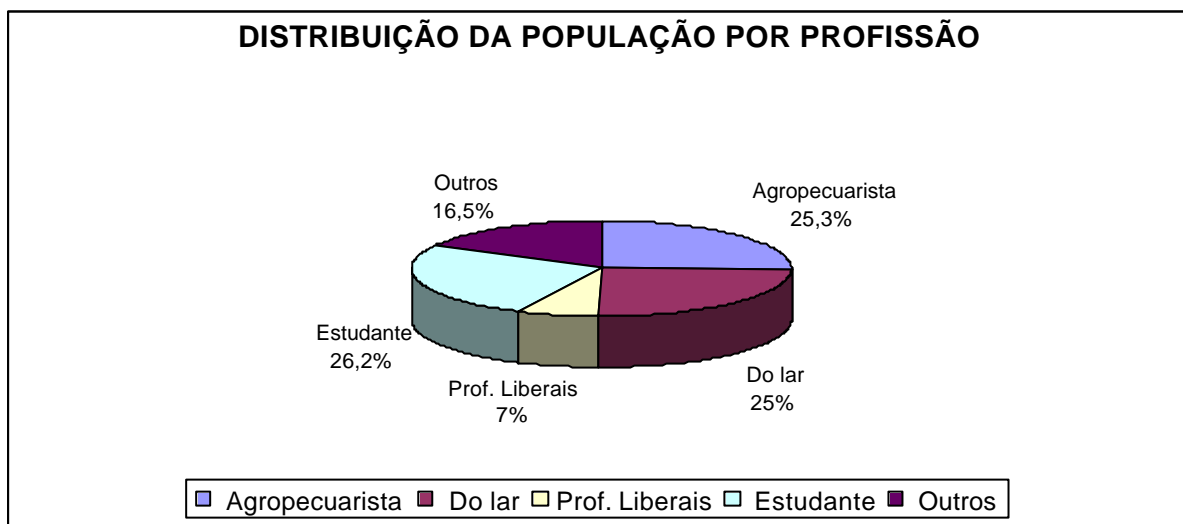
o que está de acordo com os números da região; a distribuição por sexo se apresenta semelhante à configuração das regiões próximas.

Tabela 4 - Distribuição da população de Colônia Nova por profissão - 1999

Ordem	Profissão	Quantidade
01	Agropecuária	194
02	Do lar	182
03	Médico	3
04	Veterinário	5
05	Agrônomo	2
06	Advogado	0
07	Comerciário	11
08	Costureira	3
09	Aposentado	10
10	Mecânico/eletricista	5
11	Professor	18
12	Contador/bancário	8
13	Enfermeiro/Laboratório	9
14	Adm. / Gerente	4
15	Motorista	11
16	Estudante	196
17	Industriário	3
18	Padeiro/cozinheira	6
19	Pedreiro	7
20	Policia/militar	3
21	Informata	4
22	Psicólogo	1
23	Pastor/missionário	3
24	Eng. Químico	2
25	Jardineiro /Zelador	1
26	Secretária/telefonista	1
27	Babá	1
28	Outros	54
----	-----	747

Fonte: Comunidade Colônia Nova, (julho de1999)

A população local está distribuída em três grandes grupos, que correspondem a 76,5 % do total (ver Tabela 4 e Figura 3). O primeiro grupo é constituído pelas pessoas classificadas como agropecuaristas, no qual estão inseridos todos aqueles que têm vinculação direta com a terra, seja como proprietário rural ou trabalhador rural.



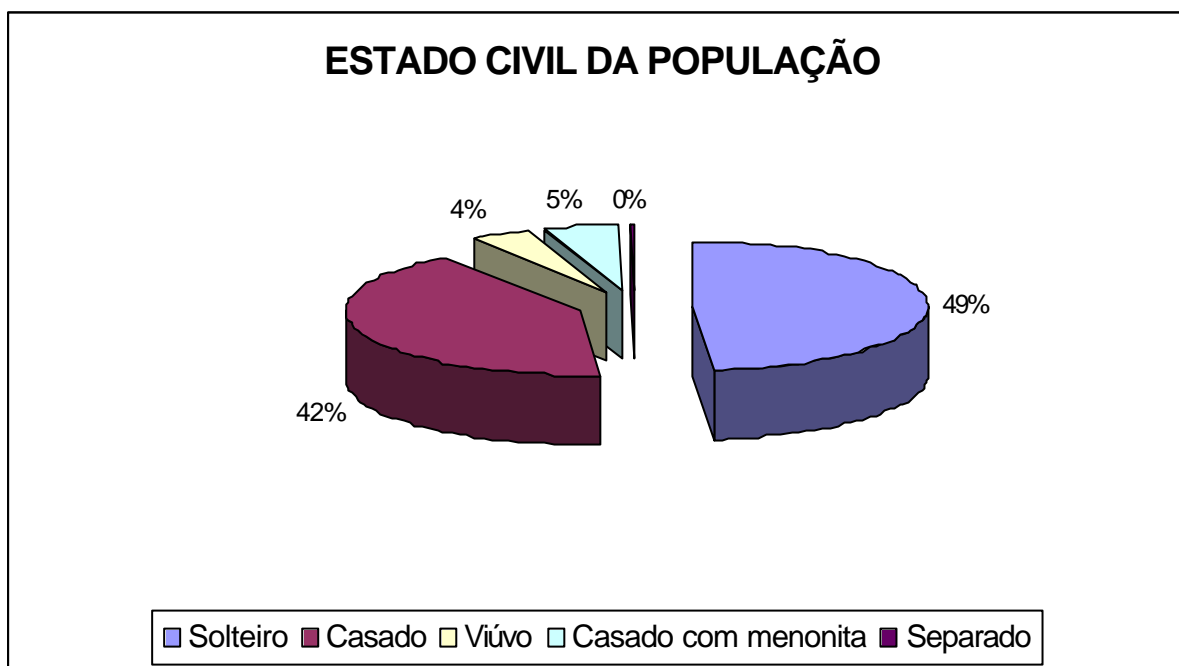
Fonte: Comunidade Colônia Nova, (julho de1999)

Figura 3 - Distribuição da população de Colônia Nova por profissão – 1999

O segundo grande grupo é composto pelas trabalhadoras rurais, classificadas aqui como “do lar”; e o terceiro grupo que se destaca, o dos estudantes, é composto pela juventude local, constituindo parte bastante significativa, ou seja, 26,2 % da população. Na pesquisa não foi identificado nenhum empresário, o que se justifica em função de todos se enquadrarem como agropecuaristas; na realidade, muitos são empresários rurais.

Num quarto grupo, englobando profissionais liberais, foram incluídos professores, administradores profissionais, psicólogos, engenheiros e outros, perfazendo 7% do total. Um quinto grupo, englobando todas as demais profissões, totaliza 16,5% da população local.

Na formação familiar reside um diferencial competitivo da comunidade objeto do estudo, pois existem sólidas estruturas familiares, que, agregadas ao fator cultural e vocação para o trabalho, formam sustentáculos importantes para o progresso econômico e social da região.

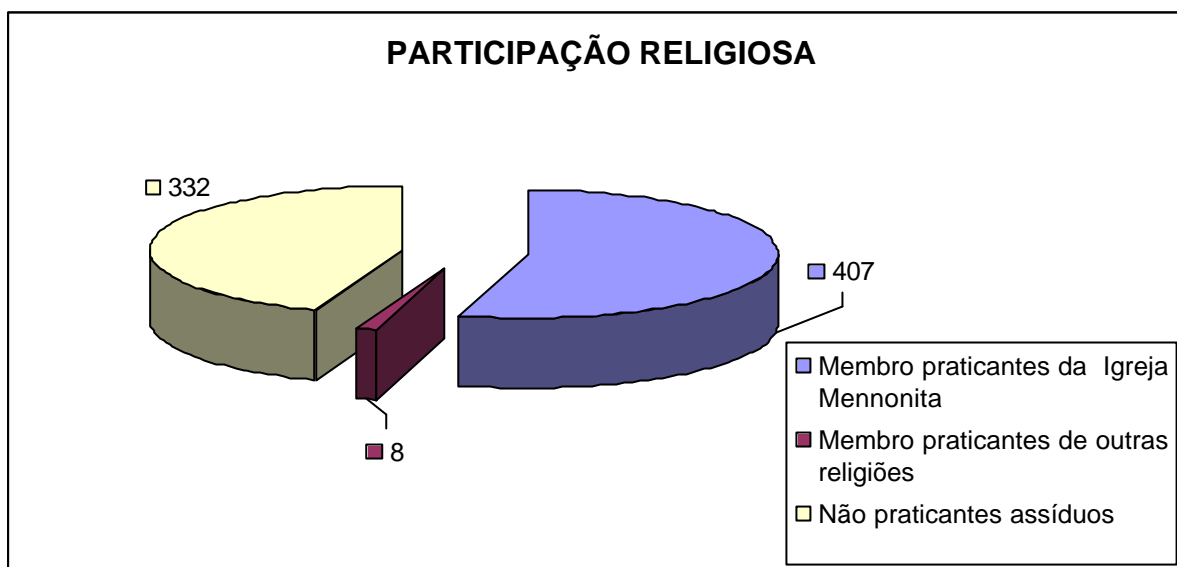


Fonte: Comunidade de Colônia Nova, (julho de 1999)

Figura 4 – Estado civil da população de Colônia Nova – 1999

Em relação ao estado civil, a população está composta por dois grandes grupos (ver Figura 4): os solteiros (que, em sua grande maioria, são estudantes jovens) e o grupo dos casados; somados perfazem 91 % do total populacional. O pequeno número de pessoas separadas, menos de 1 %, reflete o grande apego aos princípios religiosos e familiares, que, de certa forma, garante a manutenção de uma vida regrada, na qual prevalecem os costumes e princípios tradicionais. No RS, segundo a FEE (1998), foram registrados, em 1995, 6.502 divórcios, sendo que destes 65 são do município de Bagé.

Confirma-se, com a Figura 5, que a maioria das pessoas participa efetivamente da vida religiosa e predominantemente da Igreja menonita, o que dá características especiais e diferenciadoras aos moradores locais, pois o fator **fé**, um dos seus lemas, tem sustentação nestes números, ficando muito claro que esta variável influencia as condutas e os costumes, entre os quais a honestidade, a firmeza de decisões e o comportamento social.



Fonte: Comunidade de Colônia Nova, (julho de1999)

Figura 5 -Participação religiosa da população de Colônia Nova - 1999

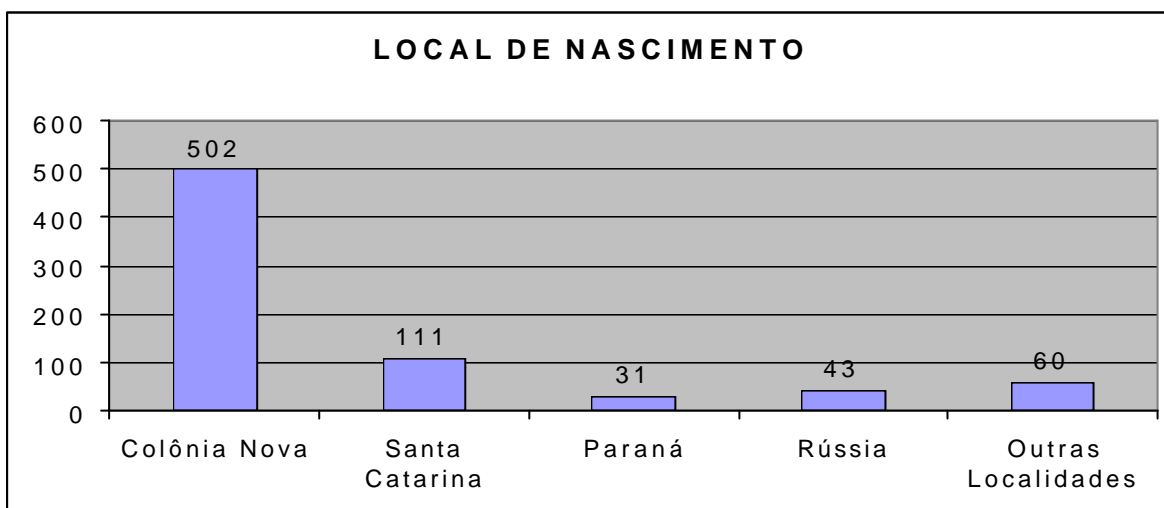
Na distribuição da população por faixa etária (ver Tabela 5) verifica-se que 70,57 % da população local está situada na faixa dos 11 aos 60 anos, em que as pessoas são de modo geral economicamente ativas.

Tabela 5 - Classificação da população de Colônia Nova por idade - 1999

Idade	Quantidade.	%
1 a 6 anos	64	8,57
7 a 10 anos	54	7,23
11 a 20 anos	131	17,54
21 a 30 anos	124	16,60
31 a 40 anos	122	16,34
41 a 50 anos	95	12,72
51 a 60 anos	55	7,37
61 a 70 anos	62	8,30
71 a 80 anos	33	4,42
81 a 90 anos	7	0,91
91 acima	0	0,00

Fonte: Comunidade Colônia Nova julho - 1999

A Figura 6 mostra que a grande maioria da população da comunidade nasceu ali mesmo, fato que contribui para manter as características, tradições e costumes dos imigrantes pioneiros vindos da Europa, conforme já foi mencionado e detalhado na abordagem da história da colônia; os pioneiros representam na atualidade, somente 14,86 % da população total da comunidade.



Fonte: Comunidade Colônia Nova (julho de 1999)

Figura 6 - População de Colônia Nova por local de nascimento -1999

Um dos indicadores fundamentais em uma sociedade e dentro da visão de desenvolvimento contida neste trabalho é a taxa de analfabetismo. A busca de taxas baixas deve ser objetivo de qualquer política de educação de uma região ou país, especialmente em relação à população com idade superior a 15 anos, tendo em vista que esta é a população economicamente ativa e considerando-se que a população em idade inferior ainda está em fase de alfabetização.

Nota-se (ver Tabela 6) que a população possui um nível de escolaridade muito bom, o que está totalmente de acordo com as caracterizações, feitas na revisão da literatura, em relação às regiões que apresentam um grau de desenvolvimento elevado. O índice de analfabetos é praticamente nulo, diferindo do percentual do estado do RS, que tem uma média de 10 % de sua população não alfabetizada. O percentual de 31,12 % de pessoas com segundo e terceiro graus, considerando-se uma comunidade do interior e com sua economia baseada exclusivamente na agropecuária, é indicador de um diferencial importante, que se deve principalmente aos princípios culturais, pelos quais a questão da educação das crianças é prioridade essencial.

Tabela 6 - Índice de alfabetização da população de Colônia Nova - 1999

Grau de Instrução	Quantidade	%
Analfabetos	2	0,27
Sem Instrução (crianças)	56	7,50
Jardim	13	1,75
1º Grau incompleto (adultos e crianças	333	44,54
1º Grau completo	110	14,73
2º Grau incompleto	88	11,79
2º Grau completo	85	11,38
Curso Superior incompleto	23	3,08
Curso Superior completo	37	4,96

Fonte: Comunidade Colônia Nova (julho de 1999)

Analisando a distribuição territorial, percebe-se que as propriedades são relativamente pequenas, mas atendem satisfatoriamente às necessidades de seus ocupantes. A primeira área colonizada é a que tem os menores lotes; isto se deve à forma de distribuição adotada em 1949: quando da chegada dos imigrantes, estes receberam lotes de 15 ha, ou 30 ha. Esta prática foi revista nos assentamentos subsequentes, pois, pela experiência inicial, as lideranças entenderam que, para serem economicamente mais viáveis, as áreas deveriam ter em torno de 50 ha. Hoje já existem proprietários com áreas maiores, em função do êxodo de algumas famílias ocorrido na crise do trigo, quando os que tinham maior disponibilidade financeira adquiriram novas propriedades, o que é um processo normal da grande maioria dos assentamentos, salientando-se que estas áreas ainda são inferiores à média de Bagé, que, pelo anuário estatístico de 1998 corresponde a 135,44 ha por propriedade. (ver Tabela 7)

Tabela 7 - Distribuição das terras - 1999

Terra Própria	Hectares	% do Total	Nº de Famílias	Média p/ Família
Colônia Nova	3.236	24,20	118	27,43
Colônia Médici	1.902	14,22	26	73,16
Colônia Nova II	2.233	16,70	43	51,94
Outras Localidades	6.005	4,88	52	115,49
Total	13.376	100,00	213	62,8

Fonte: Comunidade Colônia Nova (julho de 1999)

Cabe salientar que a área aproveitável das propriedades da comunidade em estudo é de praticamente 100 %, em razão da topografia, que difere de outras colonizações, como a da região serrana, onde existem muitas áreas que servem somente para reflorestamento ou preservação ambiental. Nesta região, encontram-se os chamados campos finos, que apresentam cobertura acima de 80 %, formada por um grande número de espécies de gramíneas, apresentando boa produção forrageira.

Outra prática bastante utilizada é o arrendamento de áreas de terceiros, principalmente para plantação de arroz e formação de outras lavouras, o que amplia o espaço territorial utilizado pelos integrantes da comunidade em aproximadamente 30%, correspondendo a 4.000 ha.

Os dados constantes nas Tabelas 8, 9 e 10, relativos às condições do maquinário utilizado, de habitação e dos bens que as pessoas residentes na comunidade dispõem, nos dão indicativos do grau de desenvolvimento que a comunidade apresenta. Podem-se destacar alguns itens que são indicadores de uma atividade agropecuária bastante desenvolvida (mecanizada) e de uma qualidade de vida destacada, tratando-se de uma área rural constituída de pequenas propriedades.

Tabela 8 - Máquinas e equipamentos existentes na Colônia Nova -1999

Máquinas e equipamentos	Quantidade	Média p/ Família
Tratores	178	0,84
Automotrizes	29	0,14
Caminhões	21	0,10
Camionetas	34	0,16
Ordenhadeiras	104	0,49
Outros	711	3,34

Fonte: Comunidade Colônia Nova (julho de 1999)

Tabela 9 - Bens móveis e utilitários - 1999

Utilitários	Quantidade	Média p/ Família
Automóveis	223	1,05
Motos	43	0,21
Vídeo Cassetes	93	0,44
Geladeira	234	1,10
TV Preto e Branco	47	0,23
TV a Cores	172	0,81
Antenas Parabólicas	165	0,78

Fonte: Comunidade Colônia Nova (julho de 1999)

Tabela 10 - Situação habitacional da Colônia Nova - 1999

Imóvel Residencial	Quantidade	%
Casa Própria	178	83,57
Casa Alugada	12	5,64
Outras Formas	23	10,79

Fonte: Comunidade Colônia Nova, (julho de 1999)

Mais de 80 % das famílias têm trator, que é um indicativo bastante relevante, pois é praticamente o dobro do verificado na região segundo dados da EMATER (1996), mesmo que as propriedades, se comparadas com as de Bagé, tenham praticamente 1/3

da área média. Destaca-se aqui que o autor, durante o acompanhamento feito junto à comunidade (visitas e entrevistas), pôde verificar pessoalmente que as máquinas e equipamentos, de um modo geral apresentam ótimas condições de trabalho, com modelos novos e potentes, principalmente automotrizes e tratores. Em relação às ordenhadeiras, também existe uma preocupação no sentido de substituir os modelos mais antigos por equipamentos modernos e com grande capacidade de produção.

Tratando-se dos utilitários, verifica-se que os percentuais apresentados não deixam dúvidas em relação à qualidade de vida da população local, o número de automóveis, geladeiras (mais de uma por domicílio), TV a cores em 81 % das residências, além de 78 % delas disporem de antena parabólica, equiparam-na com as melhores regiões do Estado.

A situação habitacional é um dos destaques que a comunidade apresenta, não pelo alto índice de famílias com casa própria (83,57 %), mas sim pelo padrão de construção destas casas, todas com ótimas condições de habitabilidade, podendo algumas ser comparadas com as melhores residências da área urbana dos municípios da região.

A Comunidade destaca-se, também, em relação à segurança, fator que contribui de forma significativa na qualidade de vida das pessoas. Chama a atenção que não foram registrados casos de assassinato ou roubos em 2000, enquanto que, em Bagé neste período, ocorreram, segundo dados da delegacia regional de polícia civil 12 homicídios, 191 furtos simples e 134 arrombamentos com furto em estabelecimentos comerciais. Existe, por esta razão, uma despreocupação com a segurança, tanto das residências quanto dos bens móveis, pois a relação de amizade entre os moradores lhes dá muita tranquilidade e o total controle sobre eventuais ameaças.

Quanto à estrutura de saúde existente, a comunidade tem vantagem significativa em relação às demais regiões: conta com uma infra-estrutura de saúde muito boa, pois, enquanto cidades como Bagé dispõem de 3,5 leitos hospitalares para cada grupo de 1.000 pessoas, Colônia Nova conta com 42 leitos para pouco mais de 5.000 habitantes que é a população do novo município de Aceguá, ficando muito acima dos números **preconizados** pelo Ministério da Saúde, que é de 2 leitos para cada grupo de 1.000 habitantes. O número de leitos do hospital, vem crescendo nos últimos anos (ver Tabela 11). O hospital recentemente (abril /2001), recebeu título de destaque entre os hospitais que atendem pelo SUS (Sistema Único de Saúde), quando obteve o 5º lugar em nível nacional e primeiro no Rio Grande do Sul, em pesquisa que mede o índice de satisfação dos

pacientes atendidos. Esta pesquisa é implementada pelo Ministério da Saúde, o qual remete um questionário para o endereço das pessoas que fizeram uso de alguma instituição hospitalar, visando obter informações sobre a qualidade de atendimento “índice de satisfação”, qualidade das instalações, equipe médica, equipe de enfermagem, a maneira como foram tratados e se pagaram algum valor pelo atendimento. A pesquisa tem, além disso, o objetivo de fazer a comprovação da veracidade das faturas, leitos via AIH^s (autorizações de internações hospitalares).

Tabela 11 -Número de leitos do Hospital de Colônia Nova - 2000

Ano	Quantidade
1969	16
1981	21
1993	32
2000	42

Fonte: Hospital da C. Nova (Dezembro-2000)

Conforme foi destacado na revisão da literatura, em relação à qualidade de vida da população, o fator saúde está bem atendido, contando atualmente com uma clara possibilidade de ser incrementado, em razão dos projetos que serão implementados pelo prefeito do município recém instalado. Deve-se lembrar que a qualidade de vida de uma pessoa ou de um grupo de indivíduos envolve, também, o ambiente de trabalho e o ambiente fora do trabalho. Este é um dos destaques da comunidade em estudo, por apresentar condições amplamente favoráveis, que não foram, ainda, afetados pela poluição e por agressões normais dos grandes centros urbanos. Destaca-se que os fatores acima referidos, classificados por Baker e Intagliata (1982), como indicadores de qualidade de vida, existem na comunidade.

Os habitantes dessa colônia têm, no seu passado, uma história de perseguições e discriminações, o que, de certa forma, contribui para que busquem na participação associativa o seu fortalecimento; as famílias têm, portanto, um grande espírito associativo. (ver Tabela 12)

Um percentual muito pequeno das famílias não é participante de nenhuma das associações, o que não contradiz a afirmativa de que existe um forte espírito associativo.

Tabela 12 - Participação da população de Colônia Nova em associações - 1999

Informações Sociais	Quantidade Famílias	%
Sócio da Camal	167	78,41
Sócio no Soremi	135	63,39
Sócio na Coopersul	159	74,65
Sócio na Comunidade Colônia Nova	177	83,10
Membro da Igreja Irmãos Mennonitas	169	79,35

Fonte: Comunidade Colônia Nova, (julho de 1999)

Os entrevistados se referiram a esta ajuda mútua nas entrevistas com declarações como a seguinte:

“a comunidade de Colônia Nova foi fundada por pessoas de bem, que vieram aqui por causa da perseguição religiosa e econômica na Rússia. Aqui tiveram os seus direitos devolvidos e trabalharam para construir uma nova pátria. Como todos eram muito pobres havia muita amizade e solidariedade, união e fé em Deus. Obedecendo ao lema “um por todos e todos por um” chegaram onde estão hoje”. (Entrevista 11 p. 15)

Isto reflete a alta participação associativa das famílias da comunidade, que, em sua grande maioria (83,1 %), são sócias da Comunidade Colônia Nova (entidade de fins filantrópicos, que mantém o hospital e a escola) e das quais 78,41 % têm participação na CAMAL (Cooperativa Mista Aceguá), o que lhes assegura a comercialização da produção e, também, o fornecimento de insumos variados na área de produção agrícola, leiteira, além da disponibilização de gêneros alimentícios (supermercado) e eletrodomésticos (loja da cooperativa).

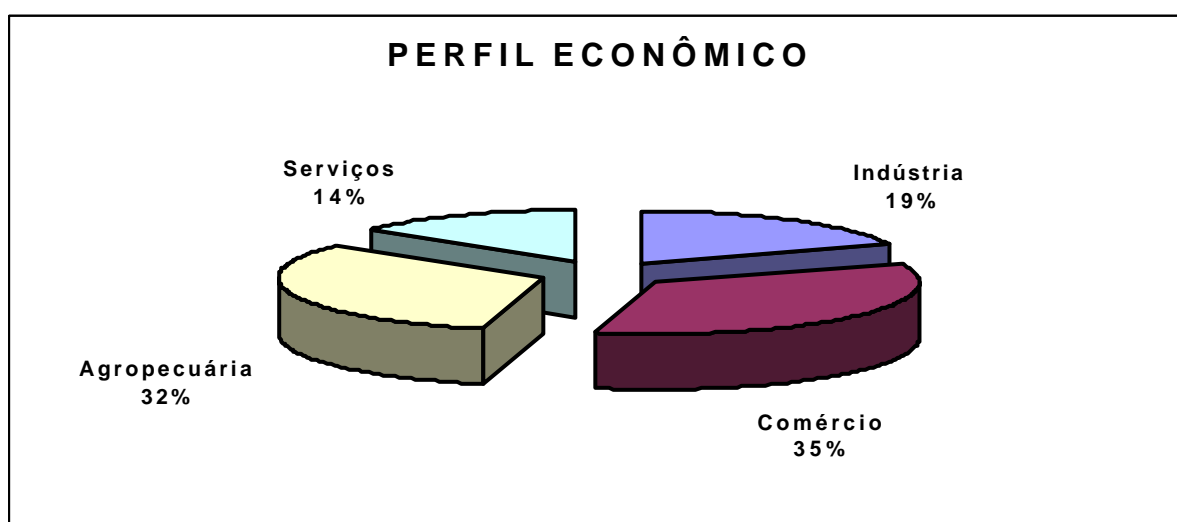
Tabela 13 - Animais criados na Colônia Nova - 1999

Animais	Cabeças	Média p/ Família
Bovinos de leite	4.935	23,00
Bovinos de corte	4.184	19,00
Equinos (Cavalos)	180	0,85
Ovinos	362	1,70
Outros Animais	165	0,78

Fonte: Comunidade Colônia Nova (julho de 1999)

A Tabela 13 apresenta a produção agropecuária encontrada na comunidade; verifica-se uma expressiva média de bovinos de leite criados por família, caracterizando o perfil de pequenas propriedades essencialmente voltadas para a pecuária leiteira. Em Bagé e nas outras cidades da região, esta média cai para oito animais por propriedade, conforme dados da CAMAL (2000), numa conjuntura de propriedades não necessariamente associadas à cooperativa.

Observa-se, na Figura 7, que as atividades econômicas do Município de Bagé têm uma participação mais equilibrada na arrecadação total, bastante diferente da encontrada na



Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda –2000 - Referencial da arrecadação do ICMS

Figura 7 - Dados de Bagé - 2000

Colônia Nova, objeto desse estudo, que apresenta uma concentração no setor da agropecuária. Destaca-se, nesta figura, a pequena participação do setor da indústria, que

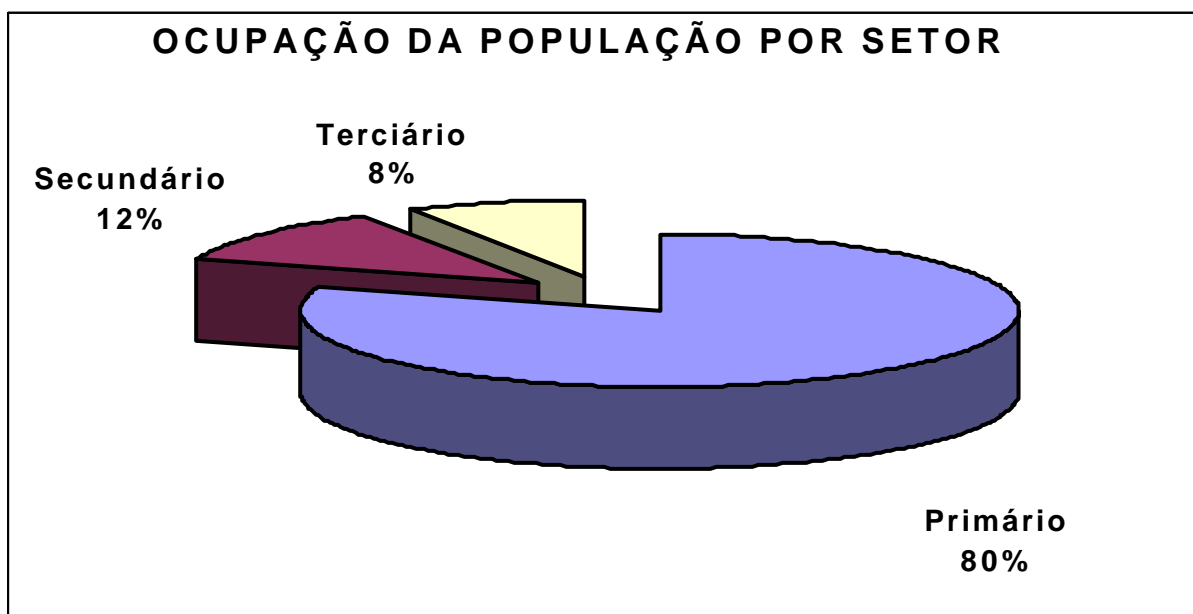
reflete as condições de atraso e estagnação em que a cidade de Bagé se encontra, característica que se estende para as demais cidades da zona sul do Estado.

Conforme pode-se verificar na Tabela 14 e Figura 8, a população de Bagé, apesar de praticamente (82 %) morar na zona urbana, índice que cresceu assustadoramente nos últimos 50 anos, apresenta um percentual muito alto de pessoas ocupadas no setor primário (80%), demonstrando uma alta dependência do campo, mesmo tendo ocorrido, nos últimos dois anos, forte êxodo rural. A ocupação das pessoas, concentrada no setor primário, não corresponde ao percentual da população que reside na zona urbana, o que nos leva a constatar que as pessoas moram na cidade mas trabalham no setor rural.

Tabela 14 - Evolução da população total, urbana e rural de Bagé – 1950/96

População (em mil)	Ano 1950	Ano 1960	Ano 1970	Ano 1996
Urbana	36,3	50,2	59,7	94,69
Rural	28,6	27,2	30,6	20,96
TOTAL	64,9	77,4	90,3	115,65

Fonte: IBGE



Fonte: IBGE

Figura 8 – Ocupação da população de Bagé por setor - 1999

5 FATORES RELEVANTES DO DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo propõe-se a realizar uma análise dos principais fatores instigadores do desenvolvimento local. Cruzam-se as definições apresentadas na revisão da literatura com os levantamentos de dados e as vivências do pesquisador junto à coletividade envolvida, realizadas em diversas visitas à comunidade, participando de datas festivas, conversando com moradores (nos locais de trabalho), fazendo visitas de reconhecimento às principais instituições (destacando-se a cooperativa e o hospital), a propriedades, tanto da comunidade de Colônia Nova, quanto do município-sede (Aceguá), acompanhado pelo professor orientador da dissertação, Dr. Luis Roque Klering. Outros dados obtidos por entrevistas, servem para subsidiar e dar guarida às análises e, também, às conclusões da pesquisa.

Nesta análise, serão discutidos e comparados os registros da literatura acessada com a situação encontrada na comunidade, para comprovar a relevância de cada um dos diversos fatores no processo de desenvolvimento. Entre estes fatores, serão destacados o fator cultural, o fator tecnológico, o trabalho, o fator religioso, o grau de instrução, a qualidade de vida, o cooperativismo e a estrutura familiar.

5.1 Influência cultural

Baseado no conceito da literatura sobre cultura e nas informações levantadas junto à comunidade pesquisada, de onde podem ser extraídas afirmações como: “A manutenção da cultura é fundamental para a preservação da sociedade local”, pode-se dizer que ela é de fato determinante e influenciadora do comportamento e do grau de desenvolvimento que se verifica.

A cultura do povo local é mantida, não nos mesmos moldes dos imigrantes “pioneiros”, mas o cultivo aos costumes e tradições é bastante acentuado, mesmo que já não seja tão intenso como há alguns anos.

As premissas da cultura são perceptíveis no padrão comportamental e de interação dos indivíduos, nos objetivos coletivos compartilhados, no contexto comunicativo, o que diferencia o grupo estudado dos demais da região. Com o passar do tempo, foram ocorrendo mudanças, com a incorporação de novas atitudes, valores e comportamentos.

As mudanças culturais que ocorreram tendem a ser voluntárias e operacionais, as quais são antes proativas do que reativas (CHIAVENATO, 1996), já que os interessados atuam antecipadamente e não aguardam as conseqüências dos problemas.

Hoje, ocorre uma integração de culturas bastante significativa, mas ainda são mantidas algumas diferenças visíveis, que destacam a influência cultural na composição da sociedade local, o que pode ser observado a partir da análise de uma declaração colhida nas entrevistas:

“Só o fato de você olhar e ver as diferenças que existem entre as pessoas daqui, e o **povo brasileiro**, nos dão a certeza de que a formação cultural foi decisiva. O espírito de nos mantermos unidos e não nos misturarmos, ainda persiste de certa forma; por exemplo, os casamentos de nossos filhos com pessoas que não são descendentes, ainda não são muito bem vistos”.(Entrevista 8, p. 5)

Destacam-se os traços culturais como influenciadores diretos do desenvolvimento econômico e social da comunidade, que se caracteriza, também, por um crescente processo de autonomia para definir seu próprio estilo de desenvolvimento, usando instrumentos de políticas congruentes com tais decisões. Tem, além disso, capacidade de apropriar parte do excedente econômico gerado, para reaplicação na própria região, ampliando sua base econômica e conferindo possibilidade de sustentação a longo prazo.

Influências culturais também facilitam o processo de conscientização e mobilização social em torno da proteção ambiental e do manejo racional dos recursos naturais da região, com uma crescente percepção coletiva e comprometimento com as ações de interesse social e econômico local.

Os traços culturais são significativos na formação da sociedade local; seus valores, objetivos, idéias e personalidade estão baseados nos princípios de seus antecessores, chamados de “pioneiros”, mas já se verificam algumas alterações, motivadas principalmente pela facilidade de acesso aos meios de comunicação, interação com outras comunidades e facilidades da vida moderna; isto pode ser mais bem explicado com o seguinte trecho de uma entrevista:

“a cultura de nossos pais teve sempre grande importância. Nota-se hoje que entre as pessoas mais jovens existem aqueles que não vêem a cultura e a tradição com a importância dada pelas pessoas mais velhas”. (*Entrevista 11, p. 5*)

A comunidade ostenta atributos culturais presentes em “empresas inovadoras”; conforme relação indicada por Peters & Waterman (1982); dentre estes podem ser destacados: a) uma firme disposição para agir, fazer as coisas até o fim; b) autonomia e iniciativa; c) produtividade através das pessoas; d) mãos à obra, orientados por valores; e) formas simples e equipes dirigentes pequenas; f) propriedades flexíveis simultâneas (existe uma disposição para refletir e agir na transformação).

Estão presentes características que contribuem para a formação do capital social, abordado na revisão da literatura. Incluem-se aí, por exemplo, as redes de relações interpessoais e os sentimentos de confiança mútua entre os indivíduos que constituem essa comunidade, que tornam possível o empreendimento de ações conjuntas que resultam em proveito da coletividade.

5.2 Utilização de tecnologia e inovação

Um dos atributos desse povo de cultura menonita é a grande facilidade que apresenta para absorver novas tecnologias e desenvolver projetos inovadores, principalmente em zonas rurais de produção. Seu espírito aventureiro e responsável faz com que os avanços tecnológicos se proliferem com bastante rapidez, mais especificamente na comunidade em estudo, em função do nível cultural e de instrução de seus integrantes.

Como foi observado nas entrevistas e no levantamento histórico realizado, esta comunidade, desde a sua fundação em 1949, procurou utilizar-se das mais modernas técnicas agrícolas disponíveis. Hoje, com a associação agricultura/pecuária de leite, a comunidade apresenta um desempenho significativo em relação à utilização de novas tecnologias. Todos os envolvidos, desde o pequeno produtor até a Cooperativa, dispõem de maquinário moderno e acompanham a evolução do mercado, mesmo em uma época em que o setor está, em sua maioria, atravessando grandes dificuldades econômicas, em razão das políticas do Mercosul na agropecuária.

Em relação à inovação, a comunidade acompanha ou até antecipa procedimentos na lavoura arrozeira e as pequenas propriedades rurais têm um desempenho superior à média das demais regiões; em sua maioria dispõem de ordenhadeiras modernas, tanques de resfriamento de leite e processadoras de ração animal.

O avanço tecnológico foi possível porque as lideranças locais sempre estiveram atentas no sentido de viabilizar recursos financeiros nas fontes financiadoras, para que os integrantes da comunidade tivessem acesso às novas tecnologias. Essa idéia está presente nas entrevistas e veio respondida à pergunta feita sobre como era vista a participação da tecnologia no sistema econômico e social local:

“Houve a preocupação por parte das lideranças da comunidade no sentido de atualização técnica, pois só assim se consegue vencer nos dias de hoje, tivemos apoio dos governos municipais, estaduais e até da área federal no auxílio técnico, poderíamos citar a EMATER, e também, como foi referido anteriormente, apoio e orientação tecnológica vinda da Alemanha”. (Entrevista 1 p.11)

“Entendo que hoje, tanto as pequenas propriedades como as grandes empresas, só têm uma alternativa de sobrevivência, ou seja, devem modernizar-se e acompanhar o desenvolvimento tecnológico, produzindo com tecnologia, buscando alta produtividade e redução dos custos, isto vale tanto para aquele que produz 100, ou 1000 litros de leite dia. Quem não acompanhar esta tecnologia, vai desaparecer. Uma dúvida que eu tenho é se teremos rentabilidade suficiente para nos mantermos atualizados, na velocidade que as coisas mudam. A mecanização da agricultura se verificou intensamente na década de 70, com financiamento do governo federal. Hoje temos uma situação bastante diferente, mas muitos produtores já mais capitalizados, conseguem adquirir equipamentos e máquinas novas, acompanhando o mercado e assimilando as inovações tecnológicas, principalmente no setor leiteiro, que conta com tanques de resfriamento nas propriedades, ordenhadeiras modernas, o que torna a atividade mais competitiva, preparada para enfrentar a concorrência externa. Hoje o produtor de leite tem que produzir 500 litros de leite por dia, para manter o sistema familiar; não sendo de economia familiar, a produção deve se situar acima de 700 litros/dia para ser viável economicamente. A média de produção no Uruguai, é de 500 litros produtor/dia. Na CAMAL a média é 110 litros dia por produtor, enquanto a do Estado é 40 litros/dia.” (Entrevista 7 p.11)

“Acho que a tecnologia sempre foi vista com bons olhos, o núcleo desde a sua fundação procurou adotar as tecnologias disponíveis, o que foi com toda a certeza um fator determinante do desenvolvimento da região”. (Entrevista 4 p.11)

A comunidade apresenta um grau de desenvolvimento significativo; no entanto, também se verificam sinais de dificuldade, em função da falta de maior criatividade em outros contextos, que não o setor agropecuário. O grupo não consegue sair da rotina, por razões diversas, mas principalmente por ser muito tradicional; isso fica refletido no pensamento de um dos entrevistados:

“no momento eu não vejo muitas alternativas para implementar o desenvolvimento, tem-se que perseguir as coisas já consagradas, como a pecuária leiteira, por ser o leite uma coisa que está faltando no País inteiro.” (Entrevista 7, p.15)

Apesar das divergências de opiniões em relação ao conceito do “novo rural” e suas implicações para a formulação de políticas e estratégias de crescimento, vem se consolidando de forma lenta, gradativa, mas com grande força a idéia de que já não se pode considerar o meio rural como somente o locus da produção agrícola, posto que este espaço tem exibido um conjunto de transformações significativas. Sendo assim, torna-se difícil identificar o rural com uma única dimensão, ou seja, ele assume um caráter multidimensional, como enfatiza Marsden (1989). Além disso, este mesmo autor ressalta a presença no espaço rural de novos atores sociais que muitas vezes são “intrusos” e que promovem uma disputa ao impor novas formas de produção, ou meios de sobrevivência.

Verifica-se a necessidade de um conjunto de transformações relacionadas à questão das relações do trabalho, ao mercado de prestação de serviços, ou seja, a consideração de um conjunto de atividades rurais não-agrícolas, de comércio e indústria. Gradativamente, em outras regiões, a ocupação em atividades agrícolas vem caindo e cresce o número de pessoas que procuram desenvolver estas atividades em tempo parcial e de autoconsumo, principalmente naquele segmento de pequena produção de base familiar.

A comunidade foco deste estudo continua muito fechada; mesmo com as constantes quedas da renda agrícola, não vem buscando soluções alternativas, seja na área de serviços, de construção, de indústria, ou de exploração turística do local; falta uma visão de *marketing* no sentido de obter uma ampliação das fontes de renda; para isto se faz necessária uma revisão dos paradigmas vigentes, que têm na capacidade de trabalho o foco central. Existe excelência, por exemplo, no cuidado das residências, todas com ótimo

padrão de construção e ajardinamento; no entanto, as vias de acesso ainda carecem de maiores cuidados; faltam opções de lazer à população e estratégias de *marketing*, para melhor divulgar os atributos e riquezas locais; falta determinar as necessidades, desejos e interesses dos mercados-alvos e buscar atender às satisfações desejadas, de maneira a preservar ou ampliar o bem-estar da sociedade local e, também, dos consumidores de produtos e serviços (ainda pouco explorados) que a comunidade pode buscar atender.

As estruturas convencionais das organizações locais têm dificuldades de estimular atividades inovadoras; têm, também, problemas de adaptação e mudanças, por considerar alguns princípios permanentes e imutáveis, ocasionando uma certa inflexibilidade, que deixa as organizações muito conservadoras, com dificuldades para acompanhar as evoluções do mundo moderno. Estão presentes alguns dos fatores endógenos do desenvolvimento citados por Boisier (1992), tais como: recursos físicos e ecológicos, aptidões naturais, estrutura de maquinário, capital acumulado e outros. A sua potencialização, no entanto, conforme o modelo proposto por Boisier (figura 1), sofre algumas limitações, pois a comunidade tem características e valores culturais específicos. Os principais problemas, de acordo com o modelo proposto, referem-se principalmente às instituições e aos procedimentos, destacando-se aí os de governo e de informações. Sabe-se que não há uma estratégia ideal nem ótima para o desenvolvimento de uma comunidade ou organização; existem, isto sim, modelos e estratégias mais ou menos adequados para determinadas situações ou problemas, em face das variáveis envolvidas e do diagnóstico efetuado, o qual nos indicará o caminho mais adequado, que pode assumir infinitas variações.

Isto envolve mudança de paradigmas, em função das alterações tecnológicas cada vez mais rápidas e complexas, o que tornou a tecnologia um fator básico e essencial para desenvolver competitividade num mercado global.

5.3 Trabalho e sua evolução

O **trabalho** é o fator principal do lema da comunidade. Começa-se esta abordagem com uma colocação feita por um dos membros da comunidade envolvida, que, quando

perguntado sobre como o trabalho era encarado pelas pessoas e qual seu significado, respondeu:

“ o trabalho é encarado como algo que dignifica o homem e não uma vergonha. Viver do fruto do trabalho é uma virtude.” (Entrevista 11 p.8)

Analisando esta colocação pode-se dizer que, realmente, o fator trabalho é bastante representativo na condução do processo de desenvolvimento da comunidade, justificando sua posição de destaque, expressão que está de acordo com o que diz Weber (1999), na obra *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, citado no referencial teórico, quando trata da importância do trabalho para o homem, segundo a concepção protestante.

De modo geral, o trabalho está associado às idéias de esforço e cansaço rotineiro, de inevitável incômodo e de ausência de liberdade, o que de fato não ocorre na comunidade em estudo, na qual o trabalho é visto como atividade sublime, como meio de atingir objetivos e a realização humana; veja-se um trecho da resposta de um dos entrevistados:

“Para muitos o trabalho é satisfação pessoal, tem um grupo de pessoas otimistas que gosta de trabalhar, e procuram também a aquisição de bens materiais, geralmente deixando de lado as atividades de lazer, para concentrar-se na aquisição de bens. Esta geração que está ativa hoje cresceu dentro de um quadro de dificuldades, o que lhes deu um espírito de luta insuperável. A próxima geração, os jovens de hoje, já estão aprendendo outras coisas, de uma maneira diferente, cabe a nós ensinar para que se dediquem ao trabalho como nós fizemos, pois eles contarão com uma base econômica muito melhor.” (Entrevista 7 p. 8)

Conforme Weber (1999), na concepção capitalista, “tempo é dinheiro” e o desenvolvimento das possibilidades técnicas influenciou fortemente a forma do capitalismo moderno. Dentro desta ótica, ganhar dinheiro é resultado e expressão de virtude e de eficiência de uma vocação. A população da comunidade tem principalmente na vocação agrícola uma forma concreta de sucesso. Além de sua formação cultural e religiosa, outros princípios do capitalismo levantados por Weber são observáveis na comunidade, tais como: lembra-te que tempo é dinheiro, lembra-te que crédito é dinheiro, lembra-te de que dinheiro é de natureza prolífica.

Para ratificar as colocações cita-se alguns apanhados das entrevistas realizadas, em que fica bastante claro o posicionamento das pessoas, em relação aos fatores tempo de trabalho:

“realmente o fator tempo vem cada vez mais tomando espaço em nossa comunidade, a gente está acostumado a ver e ouvir dizer que os mais antigos dispunham de mais tempo, hoje em dia é uma correria e o fator dinheiro não deixa de ser bastante importante, poderia dizer que predominante.” (Entrevista 4 p. 8)

“Por natureza todo o ser humano é um ser materialista. Isto gera muitas vezes uma inversão de valores, passando a interessar tão somente a conquista de riqueza, onde o que vale é me destacar profissionalmente e aumentar minha conta bancária. As pessoas estão valorizando muito a questão “dinheiro”, deixando de lado muitas vezes a honestidade e os princípios bíblicos.” (Entrevista 8 p. 8)

Outra característica, determinante de algumas facilidades, que apresenta este povo de origem pobre, com muita disposição para trabalhar quando chegou na região, foi a preservação do crédito. Isto foi logo percebido pelos órgãos financiadores, abrindo as portas para que fossem usadas praticamente todas as linhas de financiamento disponíveis. Por terem o trabalho como meta principal, foi gerada uma confiabilidade e, conforme cita Weber (1999), o bom pagador é dono da bolsa alheia, ou seja, aquele que é conhecido por pagar pontualmente e exatamente na data prometida pode em qualquer momento levantar tanto dinheiro quanto seus amigos puderem dispor. Precisa-se destacar, também, que, somado a isso, existem os princípios éticos da religião, que serão abordados mais adiante.

A forma de trabalho associativo e cooperativo é muito significativa, porque a comunidade a pratica desde a sua fundação. O fator união, que juntamente com trabalho e fé, faz parte do lema da comunidade, tem origem nos primeiros colonizadores, que através de mutirões colhiam e plantavam em grande quantidade. A cooperativa CAMAL é, também, um diferencial competitivo para esta região, pois não só financia, mas também garante a colocação de toda a produção local, sendo a principal impulsionadora do desenvolvimento tecnológico e produtivo dos cooperados, fato este que é reconhecido pelos habitantes, como pode ser percebido no trecho a seguir, extraído de uma entrevista:

“a indústria dentro da comunidade permite que todos produzam e tenham colocação de seus produtos, isto é fundamental principalmente no setor lácteo. Deve haver uma garantia de escoamento da produção; se não tivesse cooperação, solidariedade, a comunidade não teria o grau de desenvolvimento e produtividade verificado, o principal fato econômico da região é a indústria que absorve a produção. Todo o sistema cooperativo é importante, pois se não está bom com ele, muito pior seria se ele não existisse, até mesmo o sistema de preços dos produtos locais, são balizados pelo que a cooperativa paga.” (Entrevista 7 p. 13)

Existe, na comunidade estudada, um grande potencial de desenvolvimento, além do que já foi obtido, mas as pessoas são bastante tradicionais, o que impede o aparecimento de idéias criativas e inovadoras, razão pela qual exploram-se somente as

atividades conhecidas, que estão enraizadas e são vistas como as únicas alternativas viáveis. É preciso uma maior abertura, o que envolve certamente mudanças culturais, para que se crie um ambiente propício ao surgimento de novas atividades econômicas, não necessariamente ligadas à agropecuária.

O mundo do trabalho está sendo ampliado, tem-se apresentado mais instável e as razões podem ser facilmente identificáveis: globalização, aumento populacional e introdução de novas tecnologias, especialmente nas áreas da comunicação e da informação. O conceito de emprego está sendo substituído pelo conceito de trabalho, por meio de tarefas, projetos, missões a executar e atividades a desempenhar. O processo de competição não é apenas por salários, como mostra a teoria do capital humano, mas por empregos, já que pessoas com níveis mais elevados de escolarização ocupam cargos mais bem remunerados.

A avalanche de mudanças exige profissionais capazes de admitir que seu saber é insuficiente e aptos a adquirir com facilidade novos conhecimentos e capazes de aplicá-los ao trabalho. Nesta sociedade, o fator de produção mais importante é o conhecimento e não mais o capital, a terra ou a mão-de-obra. O trabalho sofre uma verdadeira revolução no sentido de que a atividade produtiva passa a se fundar em conhecimentos técnico-científicos, em oposição ao trabalho rotineiro, repetitivo e desqualificado, que predominou na fase do capitalismo liberal e nas primeiras décadas deste século. Em vista disso, o trabalhador não é mais considerado como simples apêndice da máquina, mas sim um sujeito pensante, criativo, capaz de regular o processo de trabalho, em vez de ser por ele regulado.

Assim, as mudanças do paradigma econômico implicam, conseqüentemente, mudanças indispensáveis no paradigma educacional. O enfrentamento dos novos tempos requer uma mudança de mentalidade e de cultura. A mobilidade de capital é imensa e é preciso preparar a mão-de-obra para ser mais flexível do ponto de vista cultural, para poder se mover mais facilmente e se adaptar com maior facilidade às novas situações. Esta carência exige uma reforma na educação, de modo a que ela possa abrir um leque de oportunidades aos profissionais num processo interativo e que estimule a criatividade.

Este novo mercado de trabalho tende a buscar trabalhadores com capacidade para a produção flexível: polivalentes, altamente qualificados, com maior autonomia,

recompensados em seu trabalho pela estimulação recebida no próprio processo de reestruturação produtiva como agentes com imaginação, estímulo que foi apagado no passado pelo sistema alienador de produção. Dessa forma, o trabalhador terá condições de ser, permanentemente, um agente de inovação tecnológica dentro de organizações inovadoras e empreendedoras (CARVALHO, 1998).

Segundo Drucker (1993), há a necessidade de um sistema educacional que promova eficazmente a inserção do indivíduo, ainda quando estudante, neste mercado de trabalho com características novas. Torna-se necessário, também, a reorganização teórica e metodológica, de forma que sejam condizentes com o novo paradigma, uma vez que a aprendizagem não se constitui apenas de experiências nos processos de produção, mas da sua combinação com atividades intelectuais e criativas.

5.4 Participação religiosa

Mesmo tendo aumentado a riqueza da população, são mantidos os princípios religiosos como balizadores de costumes e condutas. Aquela máxima de que toda vez que a riqueza aumenta a religião diminui não se apresenta como verdadeira na comunidade.

Os princípios protestantes foram decisivos para o crescimento da comunidade. Isto ficou bastante claro para este pesquisador. Está claro também para todos os habitantes locais, os quais acreditam ser o fator religioso, determinante das coisas boas que possuem. As palavras “fé em Deus” estão presentes em todas as entrevistas e são propagadas com orgulho, toda vez que alguém fala sobre as razões do desenvolvimento local.

Para fundamentar a importante e decisiva participação da religião no processo de desenvolvimento, vejamos algumas partes dos depoimentos colhidos:

“Eu acho que a nossa fé tem sido um dos aspectos mais importantes para nossa formação e, também, nossa maneira de viver aqui. Essa formação e toda uma bagagem que nossos pais trouxeram, toda uma orientação nesta parte, fazendo com que a fé, a nossa crença seja fundamental em tudo o que a gente possa fazer, tanto no trabalho como na diversão. Então, às vezes tem tido até conflitos com pessoas mais liberais, a nossa formação, e principalmente os nossos costumes religiosos nos induzem a passar aos nossos filhos os ensinamentos bíblicos.” (Entrevista 1 p. 6)

“A religião sempre teve grande influência no desenvolvimento do povo menonita. O ensino da palavra de Deus, simplesmente manteve os cristãos unidos e uns ajudaram os outros, sua palavra valia mais que um contrato e existia uma linha clara do certo e do errado”. (Entrevista 5 p. 6)

“Através da religião, manteve-se o respeito ao próximo, o princípio de cooperação mútua, entre outros aspectos. Não acredito que apenas os princípios protestantes tenham influenciado a sociedade, mas os princípios cristãos. O pecado para a comunidade, é o que está relatado na Bíblia, que consiste em não roubar, não mentir e outros.” (Entrevista 6 p. 6)

Este respeito aos mandamentos bíblicos com certeza gera um ambiente propício às boas relações, estimula a união e a cooperação, como salientam as pessoas entrevistadas; mesmo que haja um grande destaque para os bens materiais, isto não compromete o espírito religioso das pessoas; portanto, elas não estão despidas de sua roupagem ético-religiosa, o que é ratificado pelas citações de Max Weber constantes na revisão da literatura, quando aponta o capitalismo como fruto de uma atitude protestante mais metódica, mais controlada, mais ascética, mais independente e mais voltada para a produção de bens materiais, em oposição à religião católica.

O culto aos princípios religiosos leva à ética nos negócios, o que evita uma das principais barreiras do progresso econômico bem sucedido, a corrupção, que afasta os investimentos, torna ineficazes as políticas públicas, destrói o sistema cooperativo e gera na comunidade um clima de insegurança, prejudicando não só as relações comerciais como, também, as sociais. Um dos entrevistados justifica estas afirmações, com a seguinte colocação:

“A religião é fundamental, porque a gente baseia a nossa conduta, tanto moral quanto espiritual. Devemos acreditar que Jesus Cristo é o que nos salva, é o que vai nos levar para o céu um dia, uma vez que você é um cristão não faz determinadas coisas. Consideramos como pecado tudo aquilo que nos desvia do caminho de Deus, prostituição, vadiagem, desonestidade.” (Entrevista 8 p. 6)

A idéia de que o prazer e a diversão não constituem valor prezado pela comunidade pode ser identificada na resposta abaixo.

“entendo que nossa comunidade está mais voltada para o trabalho e não para o prazer, como em muitas outras. A diversão principal, ainda é, ir à Igreja aos domingos, quando o pátio fica cheio de carros, muitos dos quais só saem da garagem justamente no domingo e com esta finalidade”. (Entrevista 9 p. 10)

Tais convicções geram, na prática, poucas opções de diversão, lazer e, até mesmo, “falta de liberdade,” o que pode estar impedindo o surgimento de novos talentos, ou

aptidões, pois o sistema bloqueia o exercício criativo e a busca de novas opções, tanto existenciais, quanto econômicas e sociais; as coisas são bonitas, mas muito sérias, práticas e objetivas.

5.5 Organização e cooperação

No referencial teórico, foram abordados alguns aspectos sobre o mito da pequena propriedade, o surgimento de novos concorrentes, a perda de competitividade e, até mesmo, a busca de economia de escala através de outros modelos. A comunidade em estudo, por ser pequena, consegue trabalhar bem estas questões, acima de tudo porque tem suporte econômico, pelas razões já expostas. Também as condições geográficas a favorecem, pois dispõe de solos férteis e de fácil manejo, que, somados à tecnologia empregada, lhe permitem produzir a custos compatíveis com o mercado.

Organização e cooperação foram fundamentais no final da década de 70 e início dos anos 80, quando a lavoura tritícola entrou em decadência, pois, se não existisse principalmente cooperação, a comunidade teria sucumbido, e não teria se reestruturado em outra atividade “pecuária-leiteira”, não explorada até então.

Para Boisier (1992), as possibilidades de desenvolvimento regional dependem mais de atitudes coletivas do que da condução social dos recursos, destacando que não há lugar para uma transformação profunda dos processos de desenvolvimento sem uma transformação individual e coletiva das mentalidades. E a qualidade dos resultados que uma sociedade obtém como produto de seu esforço é resultante da existência de certas atitudes, que favorecem a cooperação, o intercâmbio de idéias, o surgimento de uma sinergia e outros.

Cooperação e solidariedade contribuíram e contribuem para o sucesso do modelo de desenvolvimento local; faz parte da tradição do povo menonita ajudar e ser ajudado, e isto facilita as relações e viabiliza a realização de empreendimentos. Entretanto, percebe-se, nas entrevistas, que as opiniões em relação a estes fatores foram mudando com o passar do tempo, em consequência das mudanças sociais e familiares. Num primeiro

momento, a cooperação e a solidariedade tiveram uma participação decisiva no processo, o que se confirma neste trecho de uma das entrevistas:

“Eu gostaria de salientar a parte de cooperação e solidariedade, isto tem sido fundamental, as pessoas ajudam as pessoas, temos por exemplo a criação do novo assentamento que tem tido vários apoios, principalmente dos colonos já instalados, que tem participado financeiramente, fornecendo sementes, transportes, maquinário, venda de animais com vantagens.” (Entrevista 1 p. 13)

Atualmente a situação está um tanto modificada, em função da independência econômica das famílias, do crescimento da cooperativa; a solidariedade e a cooperação acontecem e são observadas apenas nos momentos de maior dificuldade; quando em condições normais, a competitividade interna começa a aflorar, como se pode confirmar nas palavras de um dos membros da comunidade e sócio da cooperativa:

“Nós poderíamos afirmar que a competitividade está cada vez maior, a solidariedade e a cooperação já foram bem maiores, principalmente se considerarmos o início do processo de colonização, onde houve uma solidariedade muito estreita, intensa e importante, mas, de acordo com a evolução e a independência dos seus integrantes, estes itens, eu acredito que estão perdendo terreno e a competitividade está aumentando. Houveram grandes mudanças no comportamento dos sócios em relação à empresa, aquela fidelidade impecável, suas contribuições infalíveis, não se mantém como antigamente.” (Entrevista 4 p. 13)

Constata-se, também, que a cooperação entre as famílias, a união e a solidariedade vêm minguando com o passar do tempo; para ilustrar este comentário cita-se um trecho das entrevistas:

“ nos primeiros anos a cooperação era maior, hoje em dia todos estão mais independentes, e isto se verifica principalmente com aqueles que têm melhores condições financeiras, enquanto que no início uns dependiam muito mais dos outros, o que fortalecia a união”. (Entrevista 9 p. 13)

5.6 Estrutura familiar e nível de instrução

Considerando-se que as comunidades desenvolvem suas próprias culturas e seus sistemas de valores predominantes, e que estes, em grande escala, são influenciados pela personalidade de seus fundadores, o que se constata na comunidade objeto do estudo é que se desenvolveu uma cultura híbrida, refletindo fortemente a cultura de seus antepassados, principalmente na estrutura familiar, que mudou muito pouco, mas assimilou atitudes, formas de agir e costumes locais.

A declaração seguinte, na qual pode ser identificada a participação da influência européia e dos fatores locais, exemplifica esta interação.

“Os nossos pais trouxeram uma bagagem da Europa, talvez um tanto diferente deste local onde a gente está vivendo na sociedade de hoje, em grande parte na educação, em casa, na educação religiosa, a formação na escola diferenciada, dando ênfase não só ao ensino de português, mas também ao de alemão. Mantendo as tradições e tentando da mesma forma se integrar com o pessoal que está morando aqui, e que tem costumes diferenciados, buscando uma convivência pacífica e integrada. Integrar faz parte dos destinos desta comunidade.” (Entrevista 1 p. 2)

O grau de instrução que os integrantes da comunidade apresentam favorece o surgimento de lideranças preparadas e capazes de defender os interesses coletivos, destacando-se como um ponto de diferencial competitivo, pois não só as associações organizadas contam com bons líderes, mas, também, as famílias.

Destaca-se, aqui, que o processo de liderança normalmente envolve um relacionamento de influência em duplo sentido, orientado principalmente para o atendimento de objetivos mútuos, tais como aqueles de um grupo, organização ou sociedade. Portanto, a liderança não advém somente do cargo de líder, mas requer esforço e cooperação de outras pessoas, requisito atendido com relativa facilidade pelos integrantes do grupo estudado. Os novos líderes do amanhã devem passar por um esforço educacional complexo, destinado a mudar atitudes, valores, comportamentos e, conseqüentemente, a estrutura produtiva, de tal maneira que esta possa se adaptar às demandas ambientais caracterizadas por novas tecnologias, novos mercados, novos problemas e novos desafios.

As idéias sobre as fontes de riqueza dos povos têm sofrido alterações; começam pelas terras, posteriormente abrangendo os recursos naturais, o poder econômico e militar, o acesso a altas tecnologias e capital. Atualmente, não há mais como omitir que a fonte de riqueza e o recurso mais escasso, capaz de atrair os demais, é população dotada de educação, conhecimento, traços culturais e muita competência.

Nesta dimensão, Drucker (1995) expressa sua idéia de que nenhuma sociedade na história enfrentou tais desafios. No entanto, igualmente novas são as oportunidades da sociedade do conhecimento, na qual, pela primeira vez na história, a possibilidade de liderança estará aberta a todos. E também a possibilidade de adquirir conhecimentos não mais irá depender da obtenção de uma educação prescrita em determinada idade. O aprendizado tornar-se-á a ferramenta da pessoa - à sua disposição em qualquer idade -

porque tanto aptidões como conhecimentos poderão ser obtidos por meio de novas tecnologias de aprendizado.

A participação dos aspectos educação e instrução no desenvolvimento da comunidade assume papel de destaque e se confirma com declarações do tipo:

“educação e instrução são fundamentais, a questão do ensino para o desenvolvimento; inclusive nesta área tivemos auxílios por parte do governo alemão, não só para ensino da língua alemã, mas também no geral, técnicas práticas agrícolas. Vieram profissionais alemães, técnicos, agrônomos e veterinários. Até hoje tem orientações, através do Instituto Goethe, que orienta principalmente a escola no ensino da língua, inclusive oferecendo bolsas de estudos para quem se interessar em fazer cursos práticos na Alemanha, tendo várias pessoas já utilizado esta oportunidade, que é de grande utilidade para a comunidade e para a escola local.” (Entrevista 1 p. 4)

“ Hoje o núcleo possui profissionais praticamente em todas as áreas, na saúde, na agropecuária e outros; isto gera um nível de educação bastante elevado, considerando-se, também, que não existem analfabetos no núcleo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da região e mais especificamente da Colônia.” (Entrevista 4 p. 4)

”Creio que estes dois aspectos foram de grande importância para o desenvolvimento desta sociedade, pois com eles, ou melhor, baseado neles que se construiu esta sociedade. Com educação aprende-se a respeitar a opinião e a experiência dos mais velhos, o que foi um dos fundamentos para esta sociedade.” (Entrevista 6 p. 4)

“A educação é uma das coisas mais importantes; tanto isto é verdade, que uma das primeiras profissões entre os mennonitas foi a de professor. O objetivo era ensinar as novas gerações, fato que levou a atingirmos 100 % de alfabetização da nossa comunidade. Conforme os ensinamentos da Bíblia, onde consta, -ensine à criança o caminho de Deus, assim quando ela for adulta não irá se desviar-.” (Entrevista 8 p. 4)

Importante se faz destacar que o fator instrução, mesmo sendo um distintivo, merece algumas ressalvas em relação à falta de abertura, pois é muito centralizador e fechado. A escola mantida pela comunidade apresenta um corpo docente formado tão somente por pessoas de origem alemã, o que do ponto de vista da administração não é o ideal; seria conveniente uma maior pluralidade na formação básica.

Em relação ao grau de escolaridade e educação da população local, percebe-se que existe um direcionamento para algumas áreas, mais especificamente aquelas que caracterizam a região, o que impede que outras se desenvolvam. Seria muito importante gerar *experts* em outros ramos de atividade, ou seja, na área da indústria, mecânica, eletrônica, informática, para que surgissem outras alternativas de desenvolvimento. A comunidade não conta com cursos técnicos de nível médio; todos os interessados são dirigidos para Bagé ou outros municípios. Os estudantes de curso

superior, em sua grande maioria são alunos da URCAMP – Universidade da Região da Campanha.

Quando foi abordado o tema da agricultura familiar na revisão da literatura, a ênfase estava voltada para a viabilidade econômica, a falta de políticas de desenvolvimento para a agricultura, o êxodo rural, e o desenvolvimento sob o paradigma da modernização, agricultura totalmente mecanizada e em grande escala, ou seja, um modelo de agricultura empresarial. Na comunidade pesquisada, várias destas abordagens se confirmam, mas surge um diferencial competitivo que é terem uma boa e sólida estrutura familiar, que envolve vários fatores, entre eles cultura, religiosidade, priorização do item instrução e outros, que garantem a formação de uma mão-de-obra qualificada e preparada para desempenhar da melhor maneira as atividades agropecuárias envolvidas, destacando-se que o trabalho familiar propicia uma atenção maior e mais continuada, com trabalho fora do horário estritamente profissional. Outro fator que também tem um tratamento especial é o êxodo rural, o qual é tratado com seriedade pelas lideranças locais, e sempre que existe uma quantidade de jovens (filhos de colonos) com dificuldade de expansão na área original, são feitos então investimentos na aquisição de novas glebas.

Os entrevistados, quando questionados em relação à família, têm prazer e facilidade de se expressar em relação ao assunto, pois todos sentem-se honrados pelo perfil que apresentam. Destacam-se algumas das respostas dadas:

“Eu creio que a família é a célula mais importante da sociedade; se houver uma convivência pacífica, uma família que vive em harmonia, isto vai se refletir com certeza na sociedade e a maioria das famílias têm tido isto na mão, todas com alguma exceção, é claro, todas as crianças daqui tem família, isto é fundamental nos dias de hoje.” (Entrevista 1 p. 9)

“A família é a célula-mãe da sociedade. Muitas famílias ensinam os filhos a trabalhar, além de investir na sua educação (escolaridade). Filhos são vistos como dom de Deus para a propagação da fé e da sociedade.” (Entrevista 3 p. 9)

” A família é considerada o fundamento da nossa sociedade religiosa e social. Separação de casais é raridade e os filhos são vistos como futuros líderes e educados de acordo. Os filhos são introduzidos na sociedade pela escola, escola dominical (ensino religioso) e reuniões coletivas de caráter social ou religioso.” (Entrevista 5 p. 9)

Após a análise e descrição dos dados relativos à comunidade de Colônia Nova e Bagé, e o destaque dos fatores de desenvolvimento considerados relevantes, percebe-

se que a influência cultural, a utilização de novas tecnologias, a evolução do trabalho, a participação religiosa, a organização e a cooperação, somadas a uma estrutura familiar e nível de instrução sólidos, permitem que, mesmo em épocas difíceis, a população local consiga evoluir econômica e socialmente, em níveis superiores às regiões vizinhas, que teoricamente têm as mesmas condições. No capítulo seguinte, isto poderá ser melhor entendido, quando serão abordadas as conclusões do estudo e as contribuições que dele possam ser aproveitadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo final apresenta as principais conclusões obtidas nesta pesquisa, expondo os resultados das análises que foram construídas através do estudo dos dados, das entrevistas e das vivências do pesquisador; considera seus limites e suas contribuições, apresenta também, algumas sugestões para que se possa dar continuidade ao tema pesquisado.

6.1 Conclusões do Estudo

Neste trabalho considerou-se o desenvolvimento como um processo dinâmico na sociedade, que está constantemente em mudança. Os aspectos mais discutidos nesta dissertação são específicos do caso estudado; não podem ser generalizados, como receita pronta, para qualquer situação. Esta dissertação constitui-se num trabalho aberto, que procura oferecer subsídios que permitam compreender melhor a comunidade estudada, sua cultura, suas práticas de trabalho, sua organização social, suas formas associativas, a utilização de novas tecnologias e seus diferenciais competitivos.

Algumas questões ficam ainda sem resposta e é importante que outros trabalhos sejam feitos, como forma de aprofundar aspectos que podem e devem ser mais bem detalhados, enriquecendo a análise e, também, aumentando o conjunto de conclusões que passamos a apresentar.

O desenvolvimento apresentado pela comunidade realmente é originário de uma soma de diversos fatores convergentes, que, agrupados, formaram um conjunto de

características diferenciadas e possibilitaram a este grupo de pessoas desenvolver-se de forma distinta, mesmo que em condições inicialmente de grande dificuldade.

Como foi abordado na revisão da literatura, na descrição da história da colonização e nos dados apreciados, são diversos os fatores significativos e determinantes do diferencial, que estão internalizados neste povo de origem alemã, que aqui chegou marcado por repressões diversas, acostumado a muitas limitações, portador de uma grande capacidade de luta e de grande vontade de vencer.

Mesmo alguns aspectos da vida comunitária que aparentemente não têm relevância econômica direta, como a participação ativa em associações de diversos tipos e entidades com objetivos culturais e esportivos, são relevantes para explicar o desenvolvimento, na medida em que ajudam a aproximar os membros da comunidade, fortalecendo os laços existentes. Eles tornam os membros culturalmente mais propensos a colaborar para enfrentar problemas comuns pois, estando mais próximos, é facilitada a comunicação, a troca de informações e experiências, possibilitando a composição de estruturas cívicas voluntárias favoráveis ao próprio desenvolvimento. Segundo Putnam (1996), na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos, o que leva a comunidade a se manter unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Isto está bastante caracterizado na comunidade em estudo, na qual as pessoas interagem como iguais na busca de seus objetivos, com compreensão conjunta do processo em todas as suas dimensões fundamentais: econômica, social, política e ambiental.

Está presente na comunidade a idéia de missão/vocação para vencer, em função da cultura étnica, da união e da solidez do núcleo familiar, características que outras comunidades da região não possuem, o que pode ser motivo determinante do atraso econômico e social que as mesmas apresentam.

Cabe destacar, ainda, que a grande capacidade de aprendizagem, a manutenção de uma vida regrada, primando pela manutenção das tradições e dos costumes, criaram um ambiente propício para que os projetos de desenvolvimento locais conseguissem, na sua grande maioria, atingir os objetivos traçados, tendo principalmente a aprovação do ambiente externo, constituído por financiadores e apoiadores dessa comunidade de imigrantes. A confiança e a credibilidade econômica atingida já no início da colonização,

gerou um diferencial competitivo, que foi e continua sendo muito bem aproveitado. A dedicação ao trabalho, a integração cultural, política e religiosa são fundamentais para esse desenvolvimento. Esta afirmação apóia-se no último projeto de expansão territorial, quando, por meio das lideranças locais, foi obtido mais um financiamento para aquisição de terras e assentamento de filhos dos colonos locais.

A busca do entendimento das razões que levaram, ou garantiram o sustento e o desenvolvimento da comunidade mostrou-nos que estes não se devem a práticas extrativistas, vegetais ou minerais, mas sim à colocação em prática de alguns projetos, que contaram com apoio político de líderes locais e da população local. Identifica-se também uma cultura receptiva, uma grande capacidade de organização social e um grande capital humano que aceita e busca tecnologias e inovações, constituindo o capital social que contribui para aumentar a eficiência da sociedade.

Os resultados encontrados confirmam os pressupostos iniciais, de que o diferencial de desenvolvimento é consequência da associação das diversas variáveis citadas no modelo de análise, que funcionaram como catalisadoras e viabilizadoras das iniciativas sociais e econômicas, sejam estas privadas ou comunitárias.

A evolução obtida pela comunidade nos seus 50 anos de existência deixou definitivamente para trás a pobreza e as carências de oportunidades econômicas e sociais, com aumento do grau de liberdade, e das possibilidades de desenvolvimento. A saúde geral da população local, o conforto das residências, a satisfação com o trabalho, a estrutura familiar sólida, o bem estar físico das pessoas e as condições ambientais locais, aumentaram as oportunidades das pessoas de exercerem sua “condição de gente”, permitindo com que a comunidade conte atualmente com um grande potencial humano e uma boa qualidade de vida.

Finalmente, destacam-se as principais razões às quais se pode atribuir o grau de desenvolvimento apresentado pela comunidade, segundo depoimento dos próprios moradores e percepções do pesquisador: importância e conotação dada ao trabalho, força de vontade, persistência, honestidade, disciplina, união, religiosidade, influência cultural, tecnologia, estímulo das lideranças, espírito comunitário, preservação dos costumes e tradições, sistema cooperativo, apoio do governo alemão, apoio dos governos federal, estadual e municipal. Destaca-se aqui que o apoio municipal nunca foi efetivo na

comunidade, em função da distância do distrito em relação à sede e, principalmente, da falta de interesse dos governos municipais pelos colonos. Portanto, este é um momento ímpar, pois, com a emancipação de Aceguá, finalmente Colônia Nova tem a oportunidade de obter apoio mais significativo, por ser parte importante do novo município e contar com integrantes da comunidade no governo instalado em janeiro de 2001.

6.2 Contribuições

Este trabalho possibilitou a identificação e até, de certa forma, a comprovação de que algumas variáveis são imprescindíveis para que uma comunidade consiga se desenvolver econômica e socialmente, superando as dificuldades iniciais comuns da implantação. Estas dificuldades rapidamente são superadas quando existe uma coalizão de fatores favoráveis, como os encontrados na comunidade estudada, os quais foram amplamente detalhados.

Por outro lado, poderá servir de fonte de consulta para os moradores locais, que poderão, a partir do conhecimento da formação histórica da localidade e das razões que influenciaram decisivamente o seu desenvolvimento, buscar a correção de possíveis falhas e estabelecer políticas e estratégias, para não só garantir a manutenção do que está feito, mas sim aproveitar esta base existente para implementar um processo de mudanças e adequação a novas tecnologias que podem dar à comunidade um futuro promissor.

Identificaram-se, no entendimento do pesquisador, os traços culturais da comunidade e os pressupostos básicos que o grupo inventou, descobriu ou desenvolveu, no processo de aprendizagem, para lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna, o que poderá servir de referência, ou consulta às demais comunidades com características semelhantes, que poderão tirar proveito dos pressupostos que tenham funcionado bem o suficiente para serem considerados válidos. Segundo Schein (1985), os pressupostos são eles próprios respostas aprendidas, originadas de valores compartilhados. Mas, como um valor leva a um comportamento e como tal comportamento começa a resolver os problemas, esse valor é gradualmente internalizado.

Outra contribuição é a possibilidade de servir de base e, também, de sugestão para pesquisas futuras. Alguns pontos desta pesquisa poderão ser aprofundados com uma investigação mais detalhada; entre estes se pode citar o melhor aproveitamento do material humano qualificado existente na comunidade, as novas oportunidades econômicas que estão surgindo com a evolução do distrito, e, até mesmo, os fatores que foram objeto deste estudo, pois, nesta pesquisa, optou-se por algumas formas de coleta e análise que não esgotam as possibilidades de outros estudos.

Num momento em que existem muitas preocupações em relação ao futuro da comunidade, porque os projetos de colonização são bastante difíceis, a nova geração não está mais preparada para atuar em conjunto, como anteriormente; muitos estão indo embora, alguns estão se desfazendo de suas propriedades e procurando outras localidades para morar e exercer suas atividades; este trabalho pode apontar e, até mesmo ser usado como referencial, para que sejam buscadas alternativas, tais como financiamento de projetos junto aos órgãos governamentais, via Banco do Brasil e Banrisul, com base no histórico desta colonização, destacando-se o seu poder e vocação para o trabalho, a capacidade de utilização de novas tecnologias, a sua seriedade e responsabilidade com os compromissos assumidos, a grande capacidade de aprendizagem, honestidade, fama de bons pagadores, entre outros. Segundo Weber (1999), “o bom pagador é dono da bolsa alheia”, referindo-se àqueles que são conhecidos por pagar pontual e exatamente na data prometida, os quais podem levantar tanto dinheiro quanto seus amigos possam dispor, o que é de grande utilidade e deve ser mais bem explorado.

Constatou-se que a economia local necessita de mudanças, pois está muito concentrada na pecuária de leite e cultivo de alguns grãos; é imperioso que haja uma diversificação de culturas no campo, incentivando-se a profissionalização agrícola e, ao mesmo tempo, atraindo-se algumas indústrias, ou agroindústrias, para que se amplie o campo de trabalho, se produza com maior valor agregado, e se aproveite mais o potencial humano disponível e se aumente a participação de outros setores produtivos na composição do PIB local. Para Motta (1998), as mudanças não são simples, nem fáceis, pois, se assim fossem, as pessoas as procurariam naturalmente. A mudança desestabiliza as pessoas, uma vez que requer revisão da maneira de pensar e agir, comunicar e criar um significado para a vida. A mudança envolve o indivíduo e seu meio, portanto é incerta e arriscada, podendo ser promissora ou ameaçadora.

Para complementar, destaca-se que as transformações contemporâneas tornaram o sistema de produção automatizado e informatizado, ficando cada vez menos dependente dos trabalhadores. A alta produtividade e o progresso independem da alta agregação das pessoas e já não criam tantos empregos (MOTTA, 1998), o que reforça a idéia de que as pessoas da comunidade devem urgentemente criar outros campos de trabalho, diversificar a atividade econômica, buscando aproveitar melhor o conhecimento existente; assim terão grandes possibilidades de fortalecimento coletivo e conseqüentemente facilidades para implementar novos projetos de desenvolvimento, que poderão fortalecer ainda mais a economia local, consolidando o grau de desenvolvimento distintivo que apresenta atualmente. Para que isto aconteça, é necessária a adoção de algumas estratégias de marketing, principalmente a estratégia de posicionamento, aproveitando a distintividade existente na comunidade, com o objetivo de mostrar ao público externo as riquezas e potencialidades locais.

6.3 Limites da pesquisa

O trabalho apresentou algumas limitações; destacam-se as seguintes:

- em função de a comunidade estar em processo de desmembramento de Bagé, e Aceguá não apresentar uma estrutura municipal, alguns dados e informações tiveram o acesso dificultado;
- falta de abertura da população, no sentido de fornecimento de informações; pelas suas características culturais, existem certas precauções, quando o assunto está relacionado com os interesses pessoais do entrevistado, ou da comunidade;
- impossibilidade de fazer comparações mais detalhadas com outras regiões, que apresentam semelhanças culturais e atividades correlacionadas, em função de distâncias e de tempo para conclusão do trabalho.
- dificuldade de identificação de outras variáveis, além daquelas pressupostas, pois isto abriria demasiadamente o campo de estudo e conseqüentemente inviabilizaria o trabalho, dentro dos prazos e objetivos delimitados.

ANEXOS

ANEXO 1

Roteiro para entrevista

QUESTÃO 01:

Na sua opinião o que contribuiu para o desenvolvimento diferenciado “distintivo”, que a comunidade de Colônia Nova obteve, nestes 50 anos de sua existência?

QUESTÃO 02:

Qual a sua posição, em relação à origem do povo que fundou a comunidade, o que isto representa na sua formação e como o Sr.(a) se insere neste contexto?

QUESTÃO 03:

Em relação às fontes de financiamento, que alavancaram o desenvolvimento social e econômico do Distrito, o que o Sr.(a) tem a relatar?

QUESTÃO 04:

Como o senhor(a) vê a participação dos aspectos educação e instrução no desenvolvimento da comunidade, que contribuição eles trouxeram?

QUESTÃO 05:

Qual o seu posicionamento, em relação à influência do aspecto cultural na composição da sociedade local?

QUESTÃO 06:

De que maneira o senhor(a) classifica a influência religiosa como determinante de princípios econômicos e sociais dos habitantes da comunidade? Os princípios protestantes, foram decisivos para o crescimento da comunidade?

QUESTÃO 07:

A que razões poderíamos atribuir o desenvolvimento que a comunidade apresenta?

QUESTÃO 08:

Como o trabalho é encarado pelas pessoas que compõem a comunidade, o que é buscado através dele? Como é visto o fator tempo “tempo é dinheiro”, qual a sua posição em relação ao assunto?

QUESTÃO 09:

Que papel representa a família na comunidade? e os filhos como são vistos, tratados e direcionados para conviverem na sociedade?

QUESTÃO 10:

Considerando-se que existem muitas outras comunidades de imigrantes instaladas no Estado, quais as diferenças fundamentais que existem e qual a sua posição em relação a estas diferenças?

QUESTÃO 11:

Como é vista a participação da tecnologia no sistema econômico e social local, qual a sua efetiva influência ?

QUESTÃO 12:

As instituições (empresas) que formam a comunidade, como se apresentam em relação a: flexibilidade, inteligência, rapidez nas decisões?

QUESTÃO 13:

Qual o seu posicionamento relativamente a competitividade/solidariedade/cooperação dos indivíduos que compõem a sociedade local?

QUESTÃO 14:

Que relevância tiveram as principais entidades constituídas, como influenciadoras do desenvolvimento comunitário?

QUESTÃO 15:

Baseado no lema da comunidade (trabalho, união e fé em Deus), elabore um parecer pessoal sobre estes três fatores e destaque de que forma eles influenciaram a evolução econômica e social do Distrito de Colônia Nova.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOS, S. **O que é trabalho**. 5ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1992.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia do desenvolvimento (rural) sustentável.
In. ALMEIDA J. e NAVARO, Z. **Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

ANDREWS, F.M., WITHEY, S.B. **Social indicators of well-being: americans' perceptions of life quality**. New York : Plenum Press, 1976.

ANSART, P. **Ideologias, conflito e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARENDT, H. **A condição humana**. 6ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 1993.

BAKER, F. e INTAGLIATA, J. **Quality of life in the evaluation of community support systems**. Evaluation and Program Planning, 5, 1982. p.69-79

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BOISIER, S. **El difícil arte de hacer región**: Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Cusco: CBC – Centro de Estudios Regionales Andinos “Bartolomé de Las Casas”, diciembre, 1992.

BOWLING, A. **Measuring health: A review of quality of life measurements scales**. Philadelphia : Open University Press Milton Keynes, 1991.

BRAVERMAN, A.; GUASCH, L. **Institutional aspects of credit cooperatives**: World Bank Agricultural Policy Working Papers, WPS 7, April, 1988.

BRESSAN, F. **O método de estudo de caso**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

CARVALHO, H.G. Tecnologia, Inovação e Educação: chaves para a competitividade **Revista de educação e tecnologia**. Programas de Pós-Graduação em Tecnologia dos CEFETS – PR/MG/RJ, ano 2, nº 3, ago/1998. Curitiba: Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, 1998 .

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**. São Paulo: Atlas, 1998.

CASTELLS, M. **O Poder da identidade**. vol. II . São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHIAVENATO, I. **Os novos paradigmas**. São Paulo: Atlas, 1996.

CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. **Handbook de estudos organizacionais, modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

COMUNIDADE DE COLÔNIA NOVA. **Levantamento estatístico dos menonitas e seus descendentes**. Colônia Nova: CAMAL, 1999.

CORRÊA, H.; GIANESI, I.G.N. **Just in Time, MRP II e OPT: um enfoque estratégico**. São Paulo: Atlas, 1993.

DELGADO, N.G. **Política econômica, ajuste externo e agricultura**. Debates – CPDA, nº. 7, Rio de Janeiro, setembro de 1998.

DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Rurais. **Agricultura familiar e desenvolvimento**. Municipalização diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas. Curitiba, 1997.

DRUCKER, P.F. **A comunidade do futuro**. São Paulo: Futura, 1998.

_____. **Administrando em tempos de grandes mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1995.

_____. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.

- EMATER/RS – Bagé. **Sumário do diagnóstico sócio-econômico do município**. Bagé, 1996.
- FARINA, E.M. e LAZZARINI, S.G. A Pequena Produção e o *Agribusiness* (PENSA - Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial – Internet <http://www.usp.br/fea/adm/fia/pensa/pensa2.htm>,1999.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- FREITAS, M.E. **Cultura organizacional, formação, tipologias e impactos**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1991.
- FUKUYAMA, F. **Trust: the social virtues and the creation of prosperity**. New York: The Free Press, 1995.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico**, 1998.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUARESCHI, P.; RAMOS, R. **A Máquina capitalista**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- KAISER, J. **Ordem e Progresso: O Brasil dos gaúchos**. Florianópolis: Insular, 1999.
- KATZ, D.; KAHN, R. **Psicologia social das organizações**. São Paulo: Atlas, 1973.
- KERLINGER, F.N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.
- KOTLER, P. **Administração de marketing**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- LISBOA, A.M. Desenvolvimento, uma idéia subdesenvolvida. **Cadernos do CEAS**, n.161, jan/fev, 1996, p11-21.
- LOSCOCO, K. A. ; ROSCHELLE, A. R. Influences on the quality of work and nonwork life: two decades in review. **Journal of Vocational Behavior**, 39, 1991. p. 182-225
- MATARAZZO, D.C. **Análise Financeira de Balanços**. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 1993.
- MATTOS, C.A. **Paradigmas, modelos y estrategias en la practica latinoamericana de planificacion regional**. Santiago do Chile : Ilpes, 1988.

- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo : Atlas, 1990.
- MARSDEN, T. **Restructuring Rurality: from order to disorder in agrarian political economy**. Sociologia Ruralis, 1989.
- MELO, F.H. de. **Prioridade agrícola: sucesso ou fracasso**. São Paulo: Pioneira, 1997.
- MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORGAN, G. **Images of organizations**. Califórnia: Sage Publications, 1986.
- MOTTA, P. R. **Transformação Organizacional: a teoria e a prática de inovar**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.
- NEVES, D.P. A diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo : Cortez, 1985.
- NOACK, H. Concepts of Health and Health Promotion. In ABELIN, T.; Brzezinski Z.J. e VERA, D.L. Castairs (Eds.) **Measurement in Health Promotion and Protection**. World Health Organization, 1987.
- PETERS, T. ; WATERMAN JR.,R. **In Search of Excellence**. New York: Harper & Row, 1982.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório sobre Desenvolvimento Humano**, 1997.
- POLESE, M. **Economia Urbana y Regional: introducción a la relación entre territorio y desarrollo**. Cartago: lur/buap/gim, 1998.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- REQUEJO, L.M.H., Lack of Monitoring Agricultural Cooperatives in Brazil: Evidence and Prospects for Improvement, Illinois, Internet.
<http://agrosoft.com/ag97/papers/w2w1600.htm>, 1997

- REYDON, P. B.; LUDWIG, A. P. **Intervenção estatal no mercado de terras: A experiência recente no Brasil.** São Paulo: NEA-IE/Unicamp, 2000.
- ROSEGRANT, M. and SIAMWALLA, A. Government Credit Programs: Justification, Benefits, and Costs, In. John Mellor and Raisuddin Ahmed (eds), **Agricultural Price Policy for Developing Countries.** Baltimore, MD: John Hopkins University Press, 1988.
- ROSS, S.; WESTERFIELD, R.W.; JAFFE, J.J. **Administração financeira.** São Paulo: Atlas, 1995.
- SANTOS FILHO, J.C. **Pesquisa educacional: quantidade – qualidade.** São Paulo: Cortez, 1995.
- SCHEIN, E. Coming to a New Awareness of Organizational Culture. **Sloan Management Review**, 1985.
- SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SMIRCICH, L. Is The Concept of Culture a Paradigm for Understand Organizations and Ourselves In. FROST, P. et al. **Organizational culture.** Beverly Hills: Sage Publications, 1985.
- SOUZA, E.L.P. **Clima e cultura organizacionais:** como se manifestam e como se manejam. São Paulo: Edgard Blücher, 1978.
- STABLEIN, R. Data in organization studies. In: CLEG, S. R., HARDY. C., NORD, W.R. **Handbook of organization studies.** Londres: Sage, 1996.
- THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TRIVIÑOS, A N.S. Pesquisa Qualitativa. In: **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.
- VÁSQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo local. Una estratégia de creación de empleo.** Madrid: Editorial Pirámide, 1988.
- VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; OLIVEIRA, Lúcia Maria Barbosa. **Administração Contemporânea: perspectivas estratégicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

WEBER, M. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 14^a ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

_____. **Economia y sociedade**. Madrid : Fondo de Cultura Econômica, 1993.

_____. **Ensaio de Sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.